

Instituto Superior de Ciências do
Trabalho e da Empresa



Academia Militar



A Engenharia Militar Portuguesa
História, Transformação da Defesa e Interesse Nacional

João Rebocho Pinto

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em História, Defesa e Relações Internacionais

Orientador:

Professor Doutor António José Telo

Academia Militar

Setembro, 2008

Resumo

Propõe-se o repensar do papel da Engenharia Militar, sem perder de vista o seu percurso histórico, num ambiente marcado pelo processo externo de transformação da defesa. Isto, aproveitando a janela de oportunidade que é constituída pelos processos internos de reorganização e reequipamento das Forças Armadas e, em particular, do Exército, que ocorrem num ciclo de transformação social, política e económica, marcado por importantes fragilidades estruturais.

Face a uma tipologia de missões que cada vez mais exigem capacidades para além do combate, e ao reforço do papel das Forças Armadas e da Engenharia em particular, como instrumento de política externa, esta tenderá a afirmar-se e a crescer nos exércitos europeus, com novas competências e uma capacidade de articulação e inter-operacionalidade, quer com os serviços de protecção civil, quer com forças congéneres.

A Engenharia é a arma para a qual o contacto com as populações é mais natural e habitual, tanto na paz como na guerra, sendo aquela que mais pode fazer por elas. Com a crescente valorização no campo doutrinal militar de aspectos relacionados com a cooperação, integração e interpenetração civil-militar, bem como o alargamento do leque de missões das Forças Armadas, percebe-se que estamos perante um quadro dinâmico e evolutivo.

O reconhecimento da sua importância e a adesão social, espontâneos ou induzidos, são determinantes para um processo deste tipo. A sociedade não aceitará Forças Armadas cuja finalidade não compreenda, pelo que se colocam questões de legitimação social do papel e das missões das Forças Armadas e do Exército em particular.

Palavras Chave:

Engenharia Militar / Transformação da Defesa / Interação Civil-Militar / Legitimação social

Abstract

One proposes the rethinking of the Military Engineering role without losing sight of its historical course, in an environment influenced by the external process of defense transformation. This, taking advantage of the opportunity window created by the internal processes of reorganization and re-equipment of the Armed Forces, and in particular of the Army, which happens within a social, political and economical transformation cycle, marked by important structural weaknesses.

In view of a typology of missions which demands more and more capacities beyond combat and of the strengthening of the Armed Forces role, and of Engineering in particular, as an instrument of external politics, the latter will tend to affirm itself and grow within the European armies with new competences and with articulation and inter-operative capacities, either with the civil protection services or with congener forces.

Engineering is the arm to which the contact with the populations is more natural and usual, both in peace and war, being the one that can do more for them. With the increasing valuation of aspects related with civil-military cooperation, integration and interpenetration within the field of military doctrine, as well as the widening of the Armed Forces missions range, one understands to be facing a dynamic and in constant evolution cadre.

The recognition of its importance and social adhesion, both spontaneous or induced, are determinant for such a process. Society will not accept Armed Forces whose aim it doesn't understand. Therefore questions of social legitimation of the Armed Forces role and missions, and of the Army in particular, are raised.

Key Words:

Military Engineering / Defense Transformation / Civil-Military Interaction /
Social Legitimation

Agradecimentos

Cumpre manifestar o nosso agradecimento, institucionalmente:

- Ao Estado-Maior do Exército e ao Gabinete do Chefe de Estado-Maior do Exército;
- À Zona Militar dos Açores - ZMA;
- À Escola Prática de Engenharia - EPE;
- À Academia Militar- AM;
- Ao ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;
- Ao Federal Department of Defence, Civil Protection and Sport, Land Forces - Engineer / Rescue Training Unit.

Individualmente, para além, naturalmente, do Prof. Doutor António Telo, que aceitou orientar-nos, agradecemos a colaboração, disponibilidade e gentileza dispensadas por:

- Major-General António Gil,
- Tenente-Coronel Helder Perdigão,
- Tenente-General Cameira Martins, Comandante da Zona Militar dos Açores;
- Coronel Côrte-Real Andrade, Comandante da EPE;
- Tenente-Coronel João Pires, 2º Comandante da EPE;
- Tenente-Coronel Rodrigues dos Santos, Comandante do Batalhão de Engenharia da EPE;
- Tenente-Coronel Martins Costa, Director de Instrução da EPE;
- Major Nuno Quaresma, da Direcção de Instrução da EPE;
- Coronel Mira Vaz, Academia Militar – Destacamento da Amadora;
- Tenente-Coronel Mendes Dias, Academia Militar – Destacamento da Amadora;
- Sr.^a D. Paula Franco, Academia Militar – Sede/Biblioteca;
- Prof. Doutor Luís Nuno Rodrigues - ISCTE;
- Coronel João de Sousa Teles, Adido de Defesa acreditado na Dinamarca;
- Coronel Jürg Hof, Trp génie/sauvetage;
- Major André Guess, aide-de-camp CDT Engineer / Rescue Training Unit;
- Dr. Armando Vieira, Presidente do Conselho Directivo da ANAFRE;
- António Dias da Costa, Técnico de Serviço Social da Embaixada de Portugal em Berna.

Por último, *the last but not the least*, um agradecimento à família, que *obrigada* a conviver com a Engenharia Militar durante cerca de um ano, resistiu estoicamente!

Índice	5
Abreviaturas	6
1 – Introdução	7
1.1 – Questões prévias	7
1.2 – Porquê a Engenharia Militar?	9
1.3 - Engenharia	11
1.4 – Transformação da Defesa	16
1.5 – Breve historial da Engenharia Militar em Portugal	19
2 - O estado da arte	22
2.1 – A Engenharia Militar norte-americana e as suas declinações	22
2.2 – Suíça/Dinamarca	29
2.3 - Espanha	36
3 - O caso português	39
3.1 – O exercício da tutela política e o quadro jurídico-constitucional	39
3.2 – A importância da componente de política externa	50
3.3 – Problemas	54
3.3.1 - As Forças Armadas e a sociedade	54
3.3.2 - Corporativismo e tribalismo nas Forças Armadas	57
3.3.3 - Fragilidades estruturais e económicas	61
3.3.4. - A transformação da defesa no caso português	64
4 – O quadro actual da Engenharia Militar Portuguesa	71
4.1 – As questões da ambivalência e da escala	78
4.1.1 – A ambivalência	78
4.1.2 – A escala	79
5 - A caminho de uma nova força?	86
6 – Bibliografia	91
7 – Breve currículo do Autor	94

Abreviaturas

ACT – Allied Command Transformation / Comando Aliado para a Transformação (NATO)
BOS – Battle Operative System / Sistema Operativos do Campo de Batalha
CEE – Comunidade Económica Europeia
CEME – Chefe de Estado-Maior do Exército
CEMGFA – Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas
CIMIC – Civil Military Coordination / Coordenação Civil-Militar
COPS – Comité Político e de Segurança (EU)
CPLP – Confederação dos Países de Língua Portuguesa
EOD – Explosive Ordnance Disposal / Inactivação de Engenheiros Explosivos
EPE – Escola Prática de Engenharia
EU – European Union / União Europeia
EUA – Estados Unidos da América
EUROFOR – Força de Reacção Rápida Europeia
FA – Forças Armadas
FAO - Food and Agriculture Organization / Organização para a Agricultura e Alimentação
FOPE – Força Operacional do Exército
IESM – Instituto de Estudos Superiores Militares
LPM – Lei de Programação Militar
MOOTW – Military Operations Other Than War / Operações Militares Não de Guerra
NATO/OTAN – North Atlantic Treaty Organization / Org. do Tratado do Atlântico Norte
NBQ – Nuclear, Biologic, Quimical / Nuclear, Biológico e Químico
NEO – Non-Combatent Evacuation Ops. / Operações de Evacuação de Não-Combatentes
NU – Nações Unidas
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Mundial de Saúde
OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação Europeia
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PESD – Política Europeia de Segurança e Defesa
RAF – Royal Air Force / Real Força Aérea
SMO – Serviço Militar Obrigatório
SNBPC – Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
SRPCBA – Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores
STANAG – Standardization Agreement / Acordo de Estandarização
SWISSCOY – Swiss Company (Kosovo) / Companhia Suíça no Kosovo
UALE – Unidade de Aviação Ligeira do Exército
UE – União Europeia
UEM – Unidade Emergência Militar
UEO – União da Europa Ocidental
UN – United Nations / Nações Unidas
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFIL – United Nations Interim Force in Lebanon / Força Internacional NU no Líbano
USACE – United States Army Corps of Engineers / Engenharia do Exército dos EUA
VLR – Very Long Range / Muito Longo Alcance

1 – Introdução

1.1 Questões prévias

A nossa decisão de trabalhar um tema como a Engenharia Militar implica, antes de mais e por elementar prudência, mas também por obrigação intelectual e científica, uma explicitação dos pontos de partida do investigador. Ao longo das entrevistas e contactos mantidos, quer com militares, quer com civis, ressaltou sempre a necessidade de prévio esclarecimento da razão do nosso interesse pela questão. Ela gera estranheza e mesmo desconfiança, o que não deixa de ser compreensível, até porque, sendo o investigador um civil, fica irremediavelmente colado a uma das partes do problema, quando em causa está a avaliação de algo que, sendo essencialmente militar, denota uma ambivalência civil/militar.

Utilizamos o termo ambivalência conscientes de que ele gera, em princípio, duas reacções distintas e eventualmente bem marcadas, consoante os campos. A ambivalência, enquanto conceito, pode não suscitar particulares incómodos no campo civil, para além da ideia ou sensação de incerteza ou indefinição, mas admitimos que no campo militar ela seja mal acolhida, quer na perspectiva de que neste não há lugar a conceitos dúbios, quer na perspectiva de que uma Arma ou uma unidade militar tem uma e uma só expressão ou encargo operacional.

Estabelecendo então os nossos pontos de partida, assumimo-nos como um investigador civil, sem qualquer ligação, anterior ou actual, pessoal ou familiar, à realidade militar, nem por via do cumprimento do serviço militar. Move-nos o interesse desde sempre mantido pela importância, no contexto nacional, da instituição Forças Armadas; por aquilo que genericamente que é designado (mas as mais das vezes dificilmente explicitável) como o *superior interesse nacional*; e pela necessidade que entendemos imperiosa, de colocar a racionalidade económica ao serviço de um País dela tão necessitado.

Assumimos ainda que existem riscos de incompreensão e/ou reacção desfavorável aos termos em que se desenvolverá a investigação e o argumento. Antes de mais, por eventual inépcia do investigador traduzida em deficiente explicitação.

Depois, porque a “tropa”, forma popular, redutora e algo depreciativa de dizer «as Forças Armadas», é muito sensível, afinal como muitos outros sectores da nossa sociedade, a questões de cariz corporativo, ou que confrontem o seu carácter algo *tribalista*.¹ Isto traz com frequência ruído à avaliação das questões, induzindo desvios do essencial das mesmas. Debruçar-nos-emos muito levemente sobre este aspecto.

No entanto, esclareça-se desde já, não confundimos aquelas manifestações corporativas com as necessárias e muito apreciadas evidências de um espírito de corpo e de missão. Estas são apreciadas em contexto militar, por revelarem a intrínseca qualidade guerreira que uma unidade militar deve ostentar. Já na perspectiva civil são apreciadas por denotarem capacidade e competência para o cumprimento das missões, mas também pela sensação de segurança e de auto-estima, para além de todo o potencial de criação de prestígio e credibilidade interna e externa.

Outro risco, advém das diferentes perspectivas sociais, políticas, ideológicas e económicas, que a sociedade tem das Forças Armadas e que levam estas e os militares a adoptarem compreensíveis reservas, criticismo reservado, ou mesmo cautela defensiva. Uma qualquer aproximação vinda da esfera civil, nomeadamente sob a forma de uma investigação como a que nos propomos realizar, é assim, naturalmente, objecto de escrutínio sob as diversas vertentes referidas. Quem é? O que pretende? A quem, ou a quê, está ligado? Que interesses serve, ou procura servir?

Estas são várias das *legítimas* questões que se colocam, antes de uma abordagem à equação em jogo. Procuraremos, ao invés de as desvalorizar ou ignorar, reconhecê-las, integrando-as como componentes de um racional mais vasto, no sentido de as superar, limitando os seus efeitos distorcivos.

¹ No sentido que Keegan atribui e ao qual teremos oportunidade de nos referir mais adiante.

1.2 - Porquê a Engenharia Militar?

A escolha do tema desta dissertação decorre da conjugação de vários factores. Resultaram particularmente catalisadoras as leituras de *Operation Alacrity* (Norman Herz, 2004) e de uma edição da revista “National Geographic” dedicada aos efeitos devastadores do furacão Katrina sobre a cidade de Nova Orleães.

No primeiro caso, fomos confrontados com o relato circunstanciado dos contornos e condicionalismos vários do processo de imposição/negociação que levou à construção, por unidades militares de engenharia norte-americanas e inglesas, das pistas de aviação militares das Lajes e de Santa Maria, nos Açores, durante a 2ª Guerra Mundial. A segunda remete para a falência do sistema de diques que protegia Nova Orleães. Neste caso, embora *contamine* de alguma forma o argumento, constata-se que compete ao Army Corps of Engineers a gestão daquele sistema, como lhe coube o projecto, construção e manutenção, de importantes obras de hidráulica, como alguns dos maiores sistemas de canais nos Estados Unidos.

Depois, curiosidade e fascínio. Curiosidade traduzível na questão: O que é, e para que serve, a Engenharia Militar? Fascínio decorrente da ideia de que as Forças Armadas, e no caso particular o Exército, são também uma Escola. Que, para além de instrumento de afirmação e defesa de soberania e da política externa, se constitui em centro de produção e reprodução de conhecimento, que integra naturalmente o necessário ao adequado desempenho de funções estritamente militares, primariamente de defesa da integridade e soberania nacionais, mas que, de há muito, e não apenas na presente era do Conhecimento e da Informação, vai muito para além daquele. Por outro lado, a aceitação explícita do “desafio para o futuro” que a Academia Militar formula, balizando e potenciando a veia prospectiva que enformou o nosso pensamento desde o início deste curso de mestrado.

Por fim, decorrendo do anterior, mas quase por imposição disciplinar da nossa formação de base, a necessidade de sentir e prever alguma utilidade prática da investigação. Se este último factor fica para já por provar, registe-se, quanto aos primeiros e no caso português, que as potencialidades da Engenharia Militar, na guerra e na paz, devem suscitar algumas reflexões. E não apenas à luz do actual estado da arte, do corrente processo de Transformação da Defesa, ou da sua importância instrumental e/ou estratégica na execução de políticas, nomeadamente no plano da afirmação externa.

A Engenharia Militar parece, à partida, a Arma do Exército mais “naturalmente” capacitada para responder a uma particular responsabilidade constitucional que impende sobre as Forças Armadas, que consiste na possibilidade de estas serem *incumbidas (...) de colaborar em missões de protecção civil, em tarefas relacionadas com a satisfação de necessidades básicas e a melhoria da qualidade de vida das populações, e em acções de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação.*²

A interiorização deste quadro constitucional suscita leituras diversas, dentro e fora da instituição militar. Real e não despiciendo, conquanto não constitua objecto primeiro desta investigação, é o risco da contribuição para uma *civilização* das Forças Armadas, como formulado por Mira Vaz.³

Em causa, a possibilidade da realização de missões de paz e de apoio às populações comprometer a identidade simbólica e a competência última de uma unidade militar. Sem perder de vista todos os alertas e reservas, até pela sua importância balizadora e estimuladora do pensamento, parece-nos de alguma utilidade considerar outros dados, porque, da correlação destes, parece resultar clara a existência de espaço e oportunidade para esta investigação.

Para além de procurarmos melhor perceber o potencial da nossa Engenharia Militar, procuraremos também tentar descortinar os papéis que lhe cabem ou são destinados futuramente, sem perder de vista o seu historial.

De um ponto de vista estrutural, após uma especificação genérica do objecto de estudo e uma muito breve resenha histórica da actividade da nossa Engenharia Militar, procurar-se-á perceber o estado da arte recorrendo a um levantamento da situação nos EUA (actual potência hegemónica) e no universo NATO (enquanto espaço de participação e cooperação), referindo sinteticamente o que ao nível da UE parece aproximar-se e/ou distanciar-se daqueles modelos.

² Artigo 275º, nº 6, da Constituição da República Portuguesa. De notar, a este respeito, a exponencial mediatização das intervenções da Força Aérea e da Marinha.

³ 2002, *Civilização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*, Cosmos/IDN, Lisboa

Em seguida abordaremos muito rapidamente o caso do par Suíça/Dinamarca, pelo que encerra de diversidade, para concluirmos com a Espanha, por ser a nossa vizinha e aliada, mas também pelas suas especificidades. Existem dois casos, o inglês e o francês, que porventura deveríamos ter abordado, não o tendo feito por razões distintas.

Quanto ao inglês, omitido por opção, relevamos a tradição e a ilustração em feitos de armas.⁴ No caso francês, que muito nos interessava pela simbiose que parece operar entre os conceitos e doutrinas da engenharia de combate e da engenharia de apoio geral, não descurando a componente do serviço à população (traduzida por exemplo na formação e certificação dos bombeiros sapadores franceses), revelaram-se infrutíferas todas as muitas tentativas de obter informação pertinente, em tempo útil.

Estabelecido algo semelhante a um estado da arte, em contornos largos, passaremos à abordagem do caso português. Aqui procuraremos:

- Perceber a situação actual em Portugal e as suas condicionantes;
- Ensaiai uma perspectivação dos horizontes possíveis da nossa Engenharia Militar, em processo de transformação da defesa, considerado o estado da arte e o seu previsível desenvolvimento.

1.3 – Engenharia

O que é a Engenharia, e em particular o que é e para que serve a Engenharia Militar? Começámos pela busca da moda, por mais fácil e mais acessível (mas que também coloca reservas e exige algum cuidado). Assim, encontrámos no verbete *engenharia* do Wikcionário:⁵

1 – Ciência e arte das construções civis e militares, sejam edifícios, máquinas, aparelhos, abertura de minas, plantas topográficas, etc.

2 - Corporação militar que dirige e executa trabalhos da especialidade de engenharia.

⁴ “After the war Field Marshal Viscount Montgomery of Alamein (1887-1976) paid the following tribute to the Corps of Royal Engineers: *The Sappers really need no tribute from me; their reward lies in the glory of their achievement. The more science intervenes in warfare, the more will be the need for engineers in the field armies; in the late war there were never enough Sappers at any time. Their special tasks involved the upkeep and repair of communications; road, bridges, railways, canals, mine sweeping. The Sappers rose to great heights in World War Two and their contribution to victory was beyond all calculations.*” Retirado de http://www.remuseum.org.uk/corpshistory/rem_corps_part16.htm#bailey, em 20.01.2008

⁵ <http://pt.wiktionary.org/wiki/engenharia>, consultado em 13.01.2008, 22h00.

3 - *Curso superior, com sua respectiva especialidade (...).*

Recorrendo a uma pesquisa mais *tradicional*, encontramos: *aplicação de métodos científicos ou empíricos à utilização dos recursos da natureza em benefício do ser humano; formação, ciência e ofício de engenheiro; actividades e funções de um engenheiro, que vão da concepção e do planeamento até à responsabilidade pela construção e pelo controlo dos equipamentos de uma instalação técnica ou industrial; projecto e manufactura de produtos complexos; construção, criação, execução de algo em que se utilize engenho e arte (...).*⁶

E um engenheiro? Curiosamente, a respectiva entrada, na mesma obra, refere: *aquele que construía ou criava engenhos de guerra, além de conceber e executar obras de fortificação e defesa de posições [As escolas de formação de engenheiros foram, inicialmente, as academias militares]; membro do corpo militar de engenharia; indivíduo que se diplomou em engenharia (...).* Noutro dicionário⁷, lê-se: *s. masc. (do francês antigo engin, máquina de guerra). Pessoa licenciada (...).*

O que suscitou a consulta ao Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa: *s. De engenho. Em 1578: «...é um engenheiro italiano que ia no exército...», na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, s.v. Térzio (Filipe).*⁸

Pela curiosidade e valor histórico de que se reveste o acesso a um Dicionario Encyclopedico de 1878, aqui ficam as respectivas entradas⁹:

- Engenharia - *estudos e profissão do engenheiro; o corpo de engenheiros.*
- Engenheiro – *oficial que sabe a arquitectura militar e os trabalhos para o ataque e defesa das praças, dos campos, as construções civis ou náuticas, a construção de máquinas, etc; homem perito na aplicação da matemática a estes diferentes objectos (civil, hidráulico, de pontes e calçadas, náutico, construtor, etc.). De ordinário e sem especificação, entende-se do militar.*

⁶ Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Tomo VIII, pp. 3299-3300.

⁷ Nova Enciclopédia Larousse, Vol. 9, p. 2589.

⁸ Volume II, p. 405.

⁹ Dicionario Enciclopédico ou Novo Diccionario da Língua Portueguez, p.1061. Utilizámos a grafia corrente.

Somos forçados a concluir que a Engenharia e o engenheiro estão, de há muito, intimamente ligados ao fenómeno da guerra. No caso português isto parece particularmente evidente, como refere o Eng. Fernando Santo, actual Bastonário da Ordem dos Engenheiros, em texto a propósito da comemoração dos 70 anos da Ordem: “*O primeiro ramo da engenharia a ser reconhecido oficialmente foi o da engenharia militar, cuja criação foi decretada em 1647 por D. João IV (...).*”¹⁰

Mas, em boa verdade, talvez um dos melhores e mais antigos exemplos (sem esquecer o caso chinês) da importância da Engenharia na arte e na forma de fazer a guerra, nos seja oferecido pela organização militar do Império Romano, com os seus *fabri* e *praefectus fabrum*: **Fabri**, *are workmen who make any thing out of hard materials, as fabri tigncmi, carpenters, fcibri aerarii, smiths, &c.* “*(...) The fabri in the army were under the command of an officer called praefectus fabrum. (Caes. ap. Cic. ad Ait. ix. 8, Bell. Civ. i. 24 ; Veget. ii. 11.) It has been supposed by some modern writers that there was a praefectus fabrum attached to each legion; and this may have been the case.*”¹¹

Da Wikipedia¹² retiramos, a propósito, a seguinte referência: “**Roman military engineering - (Praefectus fabrum)** is a type of Roman engineering carried out by the Roman Army - almost exclusively by the Roman legions for the furthering of military objectives. The military engineering of Ancient Rome's armed forces was of a scale and frequency far beyond that of any of its contemporaries. Indeed, military engineering was in many ways institutionally endemic in Roman military culture, as demonstrated by the fact that each Roman legionary had as part of his equipment a shovel, alongside his gladius (sword) and pila (spears). Roman military engineering took both routine and extraordinary forms, the former a proactive part of standard military procedure, and the latter of an extra-ordinary or reactionary nature.”

Este exemplo da Engenharia Militar Romana vale pela ilustração de conceitos organizacionais e operacionais, bem como pela demonstração da resiliência, efectividade e poder de uma força integrada, apta a promover aquilo que hoje designaríamos como vantagens competitivas, independentemente dos teatros de operações, das características dos terrenos e das circunstâncias em que trava combate.

¹⁰ In Jornal da Construção, 07.12.06, consultado no site www.ordemengenheiros.pt em 17.06.08.

¹¹ <http://www.ancientlibrary.com/smith-dgra/0524.html>, consultado em 14.01.2008, 13h00

¹² http://en.wikipedia.org/wiki/Roman_military_engineering, consultado em 14.01.2008.

Teoria, conceitos e prática, que vamos ainda hoje encontrar (salvaguardadas as naturais diferenças) na definição da Arma de Engenharia que integra o *Manual de Operações de Engenharia* do IESM¹³. Logo na Nota Introdutória¹⁴: “*engenharia, como multiplicador do potencial, no contexto tático, em unidades de armas combinadas*», mas também sinais claros de novos tempos, tempos de transformação e inovação, com as referências “*ao emprego da engenharia em operações de apoio à paz e à adopção de um «novo» processo de decisão militar.*”.

Depois, no Capítulo 1 – Noções Gerais¹⁵, encontramos:

“101 – A Engenharia é um sistema orientado para o terreno, que molda e altera o ambiente físico operacional, visando aumentar as possibilidades e letalidade dos sistemas de armas das forças amigas e diminuir as do inimigo. A Engenharia é um elemento de apoio de combate e pode corporizar, no todo ou em parte, um dos sistemas operativos do campo de batalha (BOS), designado por Mobilidade, Contramobilidade e Sobrevivência.

102 – Para além do apoio de combate, o sistema de engenharia proporciona também apoio logístico no âmbito das infra-estruturas (fortificações, edifícios, vias rodoviárias, ferroviárias, fluviais, instalações portuárias, pistas de aviação, obtenção, preparação e manutenção de sistemas de fornecimento e distribuição de água, electricidade e esgotos, instalações para armazenamento e distribuição de combustíveis), no âmbito da inactivação de engenhos explosivos (EOD), no âmbito da descontaminação NBQ e no âmbito da informação geográfica e apoio cartográfico.

103 – O sistema de engenharia consiste no conjunto de pessoal, equipamentos, meios e procedimentos de engenharia existentes na AOp de uma grande unidade (GU). Sendo um sistema funcional, a sua missão genérica é apoiar todas as forças através da realização de tarefas ou trabalhos agrupados em quatro grandes áreas, também conhecidas por objectivos do sistema de engenharia:

- *Apoio à mobilidade*
- *Apoio à contramobilidade*
- *Apoio à protecção (ou sobrevivência)*

¹³ Operações de Engenharia – Volume I, IAEM, ME-20-63-12, Julho 2003, Lisboa

¹⁴ Obra citada, p. y.

¹⁵ Idem, p. 1-1.

- *Apoio geral de engenharia”*

Ainda neste sentido, encontramos em Bacelar (2000)¹⁶ uma referência, a propósito da identificação das Forças Militares por tipo de tarefas:

- *“De combate: (...)*
- *De apoio de combate: Estruturas cuja organização e tipo de armamento as credenciam para complementarem as actividades das forças combatentes. É o caso da Engenharia sempre que constrói ou reduz obstáculos ou pontes.*
- *Apoio de fogos: (...)*
- *Apoio de serviços: (...)”*.

Refira-se que, em contacto com militares da arma com quem contactámos, todos formularam sinteticamente a tarefa primordial da Engenharia como sendo de *apoio à manobra*. Por outro lado, todos os militares de outras armas contactados se referem ao par de opostos Engenharia de Apoio Geral/Engenharia de Combate, com uma grande maioria a inclinar-se para a inexistência, em termos práticos, de competências e/ou capacidades de Engenharia de Combate no actual quadro.

À guisa de comentário, podemos afirmar que esta foi a grande dicotomia, mais ou menos mitificada, com que tivemos de lidar. Em termos formais, doutrinários e programáticos, a Arma de Engenharia não revela uma tão grande dicotomia entre as duas faces da questão.

Teríamos assim, em traços largos, a definição do que é a Engenharia Militar. Curiosamente, como se perceberá mais à frente, estes ensaios de definição encerram, quer na sua sistematização, quer na sua formulação, todos os ingredientes que alimentam perspectivas mais ou menos convergentes a propósito das suas efectivas capacidades, bem como da actual e futura importância operacional e instrumental, face às profundas mudanças que se têm vindo a verificar no ambiente em que as Forças Armadas do mundo ocidental são chamadas a intervir e operar.

Por fim, entendemos dever afirmar que, boa verdade, a engenharia, os seus métodos, conceitos e aplicações práticas, são transversais a toda a actividade humana, encontrando-se

¹⁶ Sérgio Bacelar, *A Guerra em África 1961/1974 – Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas*, p.178.

presente em maior ou menor grau em tudo o que nos rodeia e utilizamos. Seja na perspectiva da *aplicação de métodos científicos ou empíricos à utilização dos recursos da natureza em benefício do ser humano, da concepção e do planeamento até à responsabilidade pela construção e pelo controlo dos equipamentos de uma instalação técnica ou industrial, seja na construção, criação, execução de algo em que se utilize engenho e arte.*

Por isso, temos a consciência de que, ao escolhermos o tema deste trabalho, isolamos artificialmente uma das manifestações da “arte” da engenharia ao serviço do homem, em ordem a circunscrever o seu âmbito e ilustrar um dado argumento. Omitimos, de alguma forma, que essa *faculdade da alma para discorrer e inventar com prontidão e facilidade*¹⁷ é notavelmente transversal aos diversos sectores de actividade. Assim, ao escolhermos a Engenharia Militar, enquanto Arma do Exército, não estamos a esquecer a importante, para não dizer decisiva importância da Engenharia em sentido lato, ao serviço da Marinha e da Força Aérea, nos seus múltiplos desdobramentos.

1.4 - Transformação da Defesa

Mendes Dias¹⁸ vai beber à fonte para nos adiantar que estamos perante um “*processo de mudança de forma, natureza ou função*” (USJFCOM, 2005a, p.1) que no seu berço geográfico, ou seja, nos EUA, traduziu-se na necessidade de alteração na forma ou estrutura das forças militares e na sua natureza, pretendendo dar resposta, também, aos novos desafios que se colocam ao Poder hegemónico do Sistema Político Internacional, na lógica profunda de assegurar a manutenção da superioridade na dimensão militar do Poder, e onde o ambiente de incerteza e o primado da acção conjunta e combinada estão adquiridos (USJFCOM, 2005^a, p. 1).

António Telo, a trabalhar num patamar mais descomprometido, mais conceptual, propõe que a transformação da defesa é “*um movimento de grande envergadura e duração. Trata-se da adaptação da segurança e defesa à transição da sociedade industrial para a da idade da informação (...).*”¹⁹

¹⁷ Entrada – Engenho -, Dicionário Enciclopédico ou Novo Dicionário da Língua Portuguesa, p.1061.

¹⁸ in Proelium, VI Série n.º 6, 2006, *O Exército e a Transformação da Defesa*, pp. 9-23.

¹⁹ António Telo (2003), *Portugal e a Transformação da Defesa*, in Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa – Seminário, AM/IAEM, pp. 19-38

Admitimos que este ensaio de definição não suscite particular divergência por parte dos que se debruçam sobre esta temática. Não que o assunto seja por todos tratado da mesma forma e com igual abrangência, já se viu, ou que ele seja imune a mal-entendidos e/ou interpretações enviesadas, como alerta o sentido crítico de António Telo (2006).

Após a adopção pela administração Bush da expressão, *mais politicamente correcta*, “transformação da defesa” em substituição da, já *muito antiga e consagrada na historiografia*, “revolução militar” ou “revolução nos assuntos militares - RMA”, aquela tornou-se *de uso obrigatório no mundo Ocidental*, sendo que hoje, *qualquer país Ocidental, europeu ou não, certamente refere que vive um processo de “transformação da defesa”*. É preciso estar na moda e dar a aparência de seguir as mais recentes tendências, sobretudo quando isso não acontece...²⁰

A opção da administração Bush radicava na ideia de que “revolução” *dava a entender que se destruía e deitava fora o passado para construir sobre as suas ruínas algo de novo*. Telo esclarece, a partir dos autores que primeiro plasmaram a expressão “revolução militar” - Michael Roberts - e a consagraram - Geoffrey Parker - que esta designa antes *um corte epistemológico com o anterior, uma nova qualidade que se alcançou em termos da actividade militar das sociedades em causa*, resultante de um processo de transformação num *período prolongado*, não tendo aqui aplicação a noção de *movimento rápido e brusco*, nem a *ideia de que o antigo é destruído e mandado fora*.

Afinal, algo semelhante a um fenómeno de subsunção, ou processo de superação integradora. E coloca a questão: *devemos de facto abandonar a expressão “revolução militar” ou “revolução dos assuntos militares” e aceitar o que é a actual moda oficial, passando a chamar ao processo a “transformação da defesa”?*

Depois de ilustrar as diversas fases da “revolução militar” concede: *Em certo sentido, a mudança da denominação oficial foi excelente, pois permitiu dar um nome claro à fase da “revolução militar” que começa algures nos finais do século XX: a quarta fase da revolução militar de transição para a Idade da Informação, na minha opinião, ficará conhecida para a História como a “transformação da defesa”*.

²⁰ *Transformação da defesa ou revolução militar?*, in A Transformação da Defesa, AM/Prefácio, pp. 15-41, nosso sublinhado.

A transformação da defesa e a actual fase da revolução militar em curso, tendem à materialização, cerca de 2020, de um “sistema de sistemas”²¹ e este *corresponderá a uma aceleração do ciclo «Observação-Orientação-Decisão-Acção»*, do Coronel John Boyd, e por conseguinte, *aumentará de forma decisiva o ritmo da batalha* (Murawiec, 20200, p.117).²²

Sendo que um dos aspectos primordiais da transformação da defesa é informatização do campo de batalha, é oportuno o alerta de Craig Miller: *Um dos principais problemas em relação aos mapas induzidos por sistemas C2 centralizados é que as pessoas se esquecem de que os mapas são modelos da realidade, não a própria realidade.*²³

Em síntese, parece-nos evidente:

- Que existe um efectivo e evidente processo de transformação da defesa, dos assuntos militares ou, mais prosaicamente, da forma de fazer a guerra;
- Que os contributos para esta “nova forma de fazer a guerra” vão desde uma (cada vez mais impressiva) incorporação tecnológica e informática, a uma crescente interpenetração dos planos militar e civil, com vista ao domínio da globalidade de um teatro de operações;
- Que este processo induz cada vez maiores ritmos de execução dos planos de batalha, acompanhados pela recolha e processamento, sistematizado e em tempo real, de um enorme e abrangente manancial de informações complementares;
- Que são manifestas as implicações sociológicas, as concretas e aquelas que resultam do escrutínio público proporcionado pela comunicação social (manipulada ou isenta e esclarecida);
- Que, quase paradoxalmente decorrendo deste quadro, aparecem revigorados alguns sistemas ou elementos essencialmente antropológicos, como o simbólico e a sua relação com as estruturas e o exercício do poder, mas também a noção de território como espaço vital a defender e a oposição entre profano e sagrado, presente nas disputas religiosas associadas aos grandes conflitos actuais, congelados, latentes ou espoletados.

²¹ Telo, 2006, referido por Mendes Dias em *O Exército e a Transformação da Defesa*, p. 10

²² Mendes Dias, idem..

²³ Miller, Craig S., Cap. USAF, *Uma Nova Perspectiva para as Forças Armadas - Consulta a Mapas em Sistemas de Comando e Controlo Centralizados*, citando Mark Monmonier, *How to Lie with Maps*. (Chicago: University of Chicago Press, 1996) 1-4. <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/2006/3tri06/miller.html>, consultado em 11.11.06, 12h33.

1.5 – Breve historial da Engenharia Militar em Portugal

Cingindo-nos apenas ao aspecto do reconhecimento formal, recuperamos o já citado texto de Fernando Santo: *O primeiro ramo da engenharia a ser reconhecido oficialmente foi o da engenharia militar, cuja criação foi decretada em 1647 por D. João IV e que "viria a desempenhar um papel relevante no desenvolvimento do País durante os últimos 350 anos", com particular destaque para o processo de reconstrução da cidade de Lisboa no rescaldo do terramoto de 1755.*²⁴

Em 1997, por ocasião das comemorações do seu 350º centenário, foi a Arma de Engenharia objecto de um louvor, pelo então CEME, General Cerqueira Rocha²⁵. Do teor desse louvor, pela sua oportunidade ilustrativa, respigamos este trecho:

(...) Embora a Engenharia Militar tenha estado sempre presente, através das técnicas e dos meios que lhe são próprias, no esforço de afirmação da nacionalidade que marcou o período da primeira dinastia e também, de forma muito impressiva na expansão ultramarina e sobretudo no estabelecimento da presença portuguesa nos novos territórios, foi só no período da Restauração que, no quadro das novas Ordenações Militares, a Engenharia passou a ser organizada como uma Arma diferenciada. Tratou-se aliás de um desenvolvimento coerente com o conceito da época de basear a Defesa Nacional na das Praças fortificadas de fronteira. Dessa evolução resultou um assinalável contributo para a garantia da Independência restaurada, a estruturação da Arma da Engenharia e ainda, e simultaneamente, o início em Portugal do ensino universitário da engenharia.

Mais próximo de nós, já em pleno século XX (e após um período negro entre 1911 e 1927, ano da criação da Escola de Gases²⁶), parece ser possível identificar para os últimos 40/50 anos, três períodos a que correspondem três visões da Engenharia Militar em Portugal.

²⁴ In Jornal da Construção, 07.12.06, consultado no site www.ordemengenheiros.pt em 17.06.08.

²⁵ Portaria CEME de 31.03.07, in Ordem do Exército nº 5, 1997, 1ª série, pp. 86-88.

²⁶ Referido pelo Comandante da EPE, Cor. Côrte-Real Andrade, em entrevista a 05.03.08. Curiosamente, para o mesmo período, há uma referência na Wikipédia sobre a Engenharia Militar brasileira, a propósito dos prejuízos resultantes de uma estratégia de desvalorização da arma, por intervenção de consultores alemães - *A falta de escolas de engenharia militar e de instrumentos e laboratórios escolares acarretou um atraso no desenvolvimento do país.*

Um primeiro, que vai da eclosão do conflito colonial, em 1961, até 1974, marcado pelo teatro de operações africano. Aqui, a Engenharia não deixará de se ilustrar em feitos de armas, como soe dizer-se, mas também pela obra realizada.

Não lhe podendo ser atribuída a totalidade das realizações, sem ela, jamais Bacelar (2000) poderia afirmar que *no Ultramar (as Forças Armadas) contribuíram activamente para a industrialização, a modernização social, o incremento do ensino, a optimização da estrutura de saúde, a criação de muitas infra-estruturas, a melhoria das redes de transportes e de comunicações de todos os territórios e, sem gastos que inviabilizassem o progresso almejado, adoptaram as estratégias operacional, estrutural e genética que permitiram o exercício pelo da administração e o desenvolvimento sustentado das respectivas economias.*²⁷

Mais objectivamente, Cann (1997)²⁸, refere:

- *No início das guerras Angola tinha cerca de 36.211 quilómetros de estradas; em 1974 este número ultrapassara os 80.000, 12 por cento dos quais asfaltadas, 38 por cento cobertas com cascalho ou terra batida e 50 por cento caminhos ou trilhos normalmente intransitáveis na época das chuvas.*
- *De 1960 a 1964, foram necessários a dez batalhões de engenharia 50 meses, a uma taxa de 90.000 horas/homem por cada 100 quilómetros de estrada, para construir, reparar ou manter o sistema (de estradas).*
- *Durante as campanhas, na Guiné, foram construídos 520 quilómetros de novas estradas alcatroadas, dos quais 241 completados pelo batalhão de engenharia residente (...).*
- *Moçambique começou a guerra com 37.000 quilómetros de estrada e alcançou os 48.000 em 1974.*
- *Com mais de 45.000 quilómetros de novas estradas construídas em todos os teatros durante as Campanhas, tal como os romanos, os portugueses pareciam subscrever o dito «O fim da subversão depende do moral da população e de boas estradas».*
- *Na Guiné, a engenharia militar empreendeu a construção de 630 diques entre 1963 e 1974, (...) e construiu 196 escolas e 51 postos médicos entre 1969 e 1974. No mesmo período, no âmbito do programa de reordenamento rural construiu 8313 cabanas.*

²⁷ *A Guerra em África 1961/1974*, p.173

²⁸ Cann, John P., 1998 (1997), *Contra-Insurreição em África 1961/1974 – O modo português de fazer a guerra*, pp. 202-208

De 1974 a 1995, com o fim da guerra e da presença em África, assiste-se a um enfoque da actividade da Engenharia Militar no território continental e ilhas, a que corresponde um período marcado fortemente pela realização de missões de apoio às populações, em articulação com as autarquias. Resulta particularmente interessante a referência do então Major Loureiro dos Santos (1976) aos *benefícios (...) daquilo a que chamamos «política de porta aberta»; a actuação das FA em tarefas de reconstrução nacional permite que a população as conheça, sinta (ou não) a sua eficiência, e propicia aos militares o contacto com o meio real (com relevância para o social).*²⁹

De 1995 em diante, a actividade da Arma de Engenharia vai orientar-se maioritariamente com o apoio à projecção de forças em operações de manutenção/imposição da paz, assumindo definitivamente o seu papel na definição de um instrumento da política externa nacional. No entanto, devem ser realçados três aspectos:

1. Que se mantém internamente a colaboração no apoio à população, sendo uma experiência muito assinalável (pelo volume e pelo êxito) e mutuamente gratificante de cooperação da estrutura militar com as autarquias locais. Os militares adestram-se, realizando tarefas que contribuem para o bem-estar das populações e para o seu próprio nível de operacionalidade. Os autarcas, esses, exultam. Segundo relato informal que tivemos oportunidade de registar, a pressão que se verifica por parte de algumas autarquias sobre a estrutura militar, para a prossecução de obras de vários portes, radica em três aspectos fundamentais:
 - a. As obras levadas a cabo pela Engenharia Militar, no âmbito de protocolo específico, respeitam os orçamentos previstos e aprovados, o que não será questão de somenos, no quadro geral do país. Acresce que os mesmos orçamentos são em média 30% mais baixos do que os praticados no mercado.
 - b. São concluídas dentro dos prazos anunciados, quando não entregues em antecipação dos mesmos.
 - c. A competência e o cuidado posto na execução das obras são garante da sua fiabilidade e perenidade.
2. Que a Engenharia Militar enquanto componente do sistema de forças e do dispositivo do Exército, tem um papel específico, convergente com outras armas e serviços, num qualquer esforço ou empenhamento de meios militares.

²⁹ *Forças Armadas Defesa Nacional e Poder Político*, pp. 91-93

3. Que a nossa Engenharia Militar, à imagem das suas congéneres e aliadas, tem já hoje um espectro de actuação vasto, seja em termos de operações ou actividades CIMIC (civil-military coordination), MOOTW (military operations other than war), apoio directo às populações (integrando o dispositivo do Serviço Nacional de Protecção Civil e nomeadamente o Serviço Regional de Protecção Civil dos Açores, a que dedicaremos alguma atenção), ou na execução de missões de cooperação técnico-militar.

2 - O estado da arte

2.1 – A Engenharia Militar norte-americana e as suas declinações

Os Estados Unidos constituem hoje a potência hegemónica, na actual configuração unipolar e difusa do sistema internacional. Com uma área territorial de cerca de 10.000.000km², têm uma população estimada de cerca de 300.000.000 de habitantes.³⁰ Estes são dados que confirmam que, antes de mais, estamos perante uma questão de escala e de potencial. Assim, não surpreenderá que, em matéria de Engenharia Militar, quando se pensa no estado da arte, salte à vista o poderio dos EUA. É uma questão de escala, mas também uma condição primeira para a manutenção e defesa daquele estatuto e dos objectivos estratégicos norte-americanos no mundo. A máquina militar dos Estados Unidos lidera, por isso, o processo de transformação da defesa e não ignora a importância da Engenharia Militar em todas as suas vertentes³¹.

Sinteticamente, no que diz respeito à designada Engenharia de Combate, vamos encontrá-la embebida na orgânica das 4 Divisões Marine, em unidades de escalão batalhão³². Com cerca de 180.000 elementos no activo e cerca de 40.000 reservistas, em 2005, os Marines constituem o quarto, e mais pequeno, ramo das Forças Armadas dos Estados Unidos.³³

³⁰ Dados consultados em http://pt.wikipedia.org/wiki/Estados_Unidos_da_Am%C3%A9rica, em 26.06.08, e confirmados em outros sítios.

³¹ Isto não significa que não tenhamos bem presentes as capacidades, por exemplo, das Forças de Defesa de Israel. Trata-se, também aqui, de uma questão de escala.

³² Página consultada:

<http://hqinet001.hqmc.usmc.mil/p&r/concepts/2007/PDF/Appendicies%20C&P%202007%20PDFs/C&P2007AappendixA%20Pg249-260%20US%20Marine%20Corps%20Forces.pdf>. 24.06.08

³³ Página consultada <http://www.marines.mil/units/hqmc/Pages/default.aspx>. 24.06.08

Os Batalhões de Engenharia de Combate são unidades de 1ª linha, com a missão de apoio de combate, encontrando-se apetrechados e treinados em função disso, não destoando do elevado nível de operacionalidade e capacidade de combate das unidades que integram. Limitados ao nível do apoio geral de engenharia, são secundados neste campo pelos Batalhões de Apoio de Engenharia, unidades que respondem pelas tarefas do nível seguinte, nomeadamente pelo armazenamento e distribuição de água e combustíveis. Na componente de apoio geral e/ou de construções, encontramos duas grandes referências: os Seabees, da Marinha e o Army Corps of Engineers, do Exército.

Comprovando de alguma forma a importância da leitura de “Operation Alacrity”, de Norman Herz³⁴, para a escolha do tema deste trabalho, devemos referir que foram precisamente o 96º Batalhão dos Seabees e o 928º Batalhão de Engenharia da Aviação do Army Corps que, em operação conjunta com os ingleses Army Sappers, a RAF e a Royal Navy, protagonizaram a *invasão negociada*³⁵ dos Açores. Objectivo: a construção das pistas de aviação das Lages, primeiro, e posteriormente de Santa Maria, de modo a permitir a actuação dos bombardeiros VLR³⁶ aliados na luta anti-submarina pelo controlo do Atlântico.

Seabees é a designação dada aos Batalhões de Construção da Marinha dos Estados Unidos, com origem na 2ª Grande Guerra, mais precisamente após o choque traumático que constituiu o ataque japonês a Pearl Harbour, facto que, como é sabido, vai catapultar os Estados Unidos para a guerra. A sua área de intervenção vai da construção de bases terrestres e aeronavais, à construção e pavimentação de estradas e pistas de aviação, não esquecendo uma multitude de variados projectos de construção em diversos teatros de operações.³⁷

Já no caso do US Army Corps of Engineers - USACE³⁸, o seu historial remonta a 1776, durante a Revolução Americana, mas só em 1802 se afirma autonomamente como Arma do Exército dos Estados Unidos. O USACE constitui uma referência incontornável que encerra ainda hoje as características que lhe advêm das suas origens e do seu papel na construção e afirmação da nação americana. Para além de uma dotação de recursos e equipamentos compatíveis com as suas missões e objectivos, ele mantém a orientação que cedo lhe foi

³⁴ 2004, *Operation Alacrity: the Azores and the war in the Atlantic*, Naval Institute Press, Annapolis

³⁵ O objectivo estratégico teria de ser atingido com ou sem a anuência do governo português.

³⁶ Very Long Range.

³⁷ Página consultada: <http://en.wikipedia.org/wiki/Seabee> . 24.06.08

³⁸ Página consultada: <http://www.usace.army.mil> . 24.06.08

transmitida: *"From the beginning, many politicians wanted the Corps to contribute to both military construction and works "of a civil nature."*³⁹

Com um efectivo de cerca de 34.600 civis e 650 militares, o USACE lidera nas áreas de engenharia e ambiental, dispondo de uma força de trabalho multifacetada que integra biólogos, engenheiros, geólogos, hidrólogos, gestores de recursos naturais e outros profissionais, em ordem a enfrentar todos os desafios que hoje se colocam⁴⁰.

A sua missão: *to provide quality, responsive engineering services to the nation including:*

- *Planning, designing, building and operating water resources and other civil works projects (Navigation, Flood Control, Environmental Protection, Disaster Response, etc.)*
- *Designing and managing the construction of military facilities for the Army and Air Force. (Military Construction)*
- *Providing design and construction management support for other Defense and federal agencies. (Interagency and International Services)*

(...) As in its earliest days, the Corps of Engineers still thinks of itself as an organization ready to help build the nation's infrastructure. (...) Although maintaining the nation's public works remains an imperative, today environmental issues are the chief public works challenges. (...) Infrastructure development no longer automatically means large construction and maintenance operations. It means developing management techniques, new approaches, and new technology to use our resources more efficiently and to reduce resource depletion. It also means eliminating or reducing contaminants, such as radioactive wastes, toxic and solid wastes, and nonpoint source pollutants of our surface and groundwater. Finally, it involves working with other agencies and organizations to develop effective responses to ecological crises such as oil spills, drought, and fire. In all these areas, the Corps began developing expertise a century or more ago. Clearly, the Corps' historical strengths in program management, engineering design, research and development, and construction will prove invaluable as the agency readies to meet the challenges of the 21st century.⁴¹

³⁹ Retirado de: <http://www.hq.usace.army.mil/history/Brief/index.html>. 24.06.08

⁴⁰ Idem, adaptado.

⁴¹ Idem, nossos sublinhados

É um outro *estado da arte* que está aqui presente e que nos interessa particularmente. Resulta claro que a expressão “estado da arte” não releva “apenas” da dimensão, da disponibilidade de meios e equipamentos, dos orçamentos e das capacidades operacionais e de projecção, independentemente do tipo de missões. Ela assenta também na assumpção do estatuto de agência federal, ao seu nível organizacional, na forma como se desdobra a sua actividade, a sua interactividade e grau de participação na gestão pública de áreas de interesse estratégico, no espectro das suas competências que, por via do seu estatuto incluem a emissão de licenciamentos, alvarás, autorizações e fiscalização do cumprimento das disposições federais.

Também determinante, é o facto do Army Corps dispor de competências em praticamente todas as valências da área de engenharia. Obrigado a acompanhar (aqui sim, com toda a propriedade) o estado da arte, não se estranhará que inovação, investigação laboratorial e no terreno, sejam comuns no quotidiano das suas unidades; nem que o Corps tenha adquirido um nível de especialização e um estatuto científico que lhe conferem prestígio e respeito.

Finalmente, apesar das evidentes e cruciais condicionantes históricas e políticas das intervenções armadas norte-americanas no exterior, nenhum outro poder militar terá antecipado, doutrinariamente e do ponto de vista da estratégia genética, a necessidade de desenvolver novas formas de reforçar a interacção e articulação com as populações autóctones, por parte das forças projectadas em teatros de operações, traduzidas na CIMIC ou nas MOOTW. Aliás, mesmo no plano interno, ainda recentemente a natureza se encarregou de evidenciar a extraordinária necessidade destas competências, vide a situação causada pelo impacto do furacão Katrina na cidade e área de Nova Orleães.

Concluindo, evidenciamos que as novas competências e os novos desafios dão ainda mais sentido e força ao mote “*we fight and we built*” característico da Arma de Engenharia. Até porque a Engenharia é, em qualquer circunstância, a arma que mais pode fazer e contribuir para aproximar e cativar as populações amigas ou hostis. “Fazer”, não tem aqui apenas um sentido figurado, traduz-se em termos objectivos no fazer/construir/instalar/repor escolas, hospitais, habitações, vias de comunicação, redes de água, electricidade e saneamento.

Quanto à NATO, sendo os EUA a força dominante e determinante no seio da aliança, não se torna difícil perceber que esta adopta naturalmente os padrões americanos, os quais, por força da política externa e dos interesses estratégicos dos Estados Unidos, para além do avanço

doutrinal, apresentam um elevado nível de experimentação no terreno. Se nos é perdoada a imagem, a NATO parece funcionar como uma plataforma reprodutora e distribuidora de competências e capacidades por “perfusão”, assumindo desde a sua criação um papel determinante na modernização, aperfeiçoamento e normalização das máquinas militares dos aliados visando a criação e manutenção de uma efectiva inter-operacionalidade. Um dos instrumentos deste processo é a publicação regular dos STANAG’s – acrónimo de Standardization Agreement⁴².

Dado o seu evidente potencial, a NATO constitui um importante instrumento de cooperação internacional para a gestão de crises que imponham uma actuação militar decisiva. Esta capacidade foi recentemente potenciada pela emergência do conceito jurídico de actuação *out of area*, bem como pela alteração na tipificação das missões e dos respectivos mandatos. De alguma forma, a NATO tem vindo a assumir um papel de braço armado das Nações Unidas, constituindo-se como uma alternativa em termos de capacidade, prontidão, projecção e efectividade, ao tradicionalmente moroso, negociado e pouco fiável processo de constituição de uma força de capacetes azuis.

De forma natural, porque estruturalmente o poder da NATO depende, ao nível do *hardpower* e da logística e capacidade de projecção, dos meios norte-americanos, torna-se muito ténue a linha entre o que é utilização de um instrumento e o que se pode traduzir pela sua *instrumentalização*. Sem dúvida, este é um dos aspectos mais marcantes das intervenções militares sob a égide da NATO, gerando conflitualidade interna e externa e obrigando a um processo negocial nem sempre fácil e isento de dificuldades e dúvidas.

Certo é que a NATO, após a implosão da União Soviética e o fim da guerra-fria, se viu colocada perante um dilema: extinção ou transformação. A aposta na continuidade e na transformação alargou exponencialmente as áreas de competência, as suas missões e os seus horizontes, tornando a NATO num dos motores do processo de transformação, através de uma abordagem sistémica (que pode ser traduzida pelo estabelecimento de um *Allied Command Transformation* – ACT, uma estrutura de segundo nível estratégico, cujo Comandante-Supremo Aliado é simultaneamente o Comandante do Comando Conjunto das Forças dos Estados Unidos⁴³.

⁴² Consulta a <http://www.nato.int/docu/handbook/2006/hb-en-2006.pdf>, em 26.06.08

⁴³ NATO Handbook 2006, p. 89

Sinteticamente, pensamos poder afirmar que, no plano prático e para além dos seus aspectos tecnológicos e doutrinais, a transformação pode ser percebida através dos moldes de concepção e aprontamento da NATO Response Force, bem como no ênfase colocado na cooperação civil-militar que é hoje vista como *an increasingly important factor in the successful conduct of military operations*⁴⁴.

Curiosamente, a cooperação civil-militar é hoje um projecto multinacional, originalmente patrocinado pela República Checa, em conjunto com Dinamarca, Alemanha, Holanda, Noruega e Polónia, vindo a constituir o CIMIC Group North, em Janeiro de 2003. Itália, Hungria e Grécia darão corpo ao CIMIC Group South.

No caso da União Europeia e da sua resultante para a área da defesa e segurança, levantam-se ainda mais questões deste tipo. Antes de mais, porque uma importante percentagem dos estados-membros integra também a NATO. Aliás, como assinala Severiano Teixeira, a propósito da então União da Europa Ocidental - UEO, *a ambiguidade era o preço do compromisso, sempre difícil, entre duas concepções em presença sobre a questão da segurança europeia: a concepção atlantista que uma defesa no quadro da NATO e a concepção europeísta, que procura, para além da NATO, uma capacidade de defesa autónoma para a Europa.*⁴⁵ Com o Tratado de Nice, de Dezembro de 2000, é dado o primeiro passo para uma Política Europeia de Segurança e Defesa – PESD, e a UEO *é integrada na EU (...). No plano das instituições, são constituídos três novos órgãos permanentes na EU, homólogos das estruturas político-militares da NATO, ou da extinta UEO: O Comité Político e de Segurança (COPS), o Comité Militar e o Estado-Maior. A União Europeia passa a ter, facto absolutamente inédito até então, uma dimensão militar.*⁴⁶

Depois, porque podendo estar em causa objectivos que, em função dos momentos e situações, sejam comuns ou sobreponíveis aos do parceiro e aliado americano, a sua origem, a sua filosofia e princípios de actuação relevam de um ideal e de um conceito distinto. Finalmente, *the last but not the least*, porque o bloco europeu pensa uma força comum europeia que se constitua como efectiva alternativa à predominância da potência hegemónica, ao nível dos instrumentos militares de política externa.

⁴⁴ Idem, p.97

⁴⁵ *A Democracia, a Defesa e as Missões Internacionais*, in Os Militares e a Democracia, pp. 72-73

⁴⁶ Idem, p. 75.

Finalmente, não é fácil conjugar:

- A condição de aliado, com todas as considerações que ela arrasta;
- A “dívida de gratidão” para com a potência que ajudou a Europa a levantar-se das ruínas após a 2ª Guerra;
- A sensação de partilha de valores comumente descritos como “ocidentais”;
- A ideia de domínio e manipulação americana dos seus parceiros europeus;
- A forte sensibilidade europeia face ao posicionamento dominante e de carácter marcadamente imperial, dos Estados Unidos;
- As questões no alargamento a leste, criando fricção, que cresce à medida que a Rússia sente o seu “espaço vital” ameaçado.

A União Europeia dispõe hoje, à semelhança da NATO Response Force, de uma Força de Reacção Rápida, a EUROFOR, cuja dotação, nos termos do acordado no Conselho Europeu de Helsínquia, deverá atingir os 60.000 efectivos, visando o seu emprego nas designadas missões de Petersberg.

Estas missões fazem parte integrante da política europeia de segurança e de defesa (PESD). Foram incluídas expressamente no Tratado da União Europeia (artigo 17.º) e abrangem:

- *As missões humanitárias ou de evacuação dos cidadãos nacionais.*
- *As missões de manutenção da paz.*
- *As missões de forças de combate para a gestão das crises, incluindo operações de restabelecimento da paz.*

(...) Foram instituídas pela Declaração de Petersberg, adoptada na sequência do conselho ministerial da UEO, realizado em Junho de 1992. Nos termos desta declaração, os Estados-Membros da UEO decidem colocar à disposição da UEO, mas igualmente da NATO e da União, unidades militares provenientes dos diversos ramos das suas forças convencionais.⁴⁷

Daqui se infere a existência de uma profunda diferença conceptual na criação das duas “forças de resposta”. Aparentemente semelhantes ao nível dos seus meios e capacidade operacional e procurando a europeia uma capacidade de projecção de forças “equiparável” à da NATO (sendo que esta depende essencialmente da capacidade norte-americana), o facto é que a

⁴⁷ Retirado de http://europa.eu/scadplus/glossary/petersberg_tasks_pt.htm , 10.08.08.

EUROFOR dificilmente poderá ser entendida pelos diversos actores do sistema internacional como um instrumento musculado e decisivo, à imagem da NATO.

Curiosamente, parece existir aqui um paradoxo que releva do simbólico, mas acima de tudo daquela ancestral e muito primária noção de capacidade de imposição da força, que parece afectar de forma diametralmente oposta os dois universos. Um é visto como forte, impositivo e por vezes mais um instrumento da muito interventora política externa norte-americana. O outro é percebido como fraco, sem capacidade impositiva e fragilizado, quer pelo seu processo de construção essencialmente humanista e apaziguador, quer pelo facto, ainda não ultrapassado, de não existir ainda na política de defesa europeia (como noutras políticas sectoriais) uma só e firme voz. E esta é uma situação geradora de desconfianças mútuas.

O facto é que a EUROFOR e os seus *battlegroups* não tiveram ainda a prova de fogo. Até que isso aconteça, o esforço vai todo no sentido da procura de um equilíbrio nesta matéria.

2.2 - Suíça/Dinamarca

A Suíça e a Dinamarca constituem um par que considerámos relevante para a análise que nos propomos, por três razões. São semelhantes em termos de escala, quer ao nível da área territorial quer demograficamente. Ambos os países atravessam processos de reorganização e reconfiguração das suas Forças Armadas. Em terceiro lugar, são ambos mais pequenos do que Portugal e têm algo a partilhar connosco em termos organizacionais.

A Suíça abrange uma área de 41 300 km², dos quais 1 289 são cobertos por lagos, e tem uma população de cerca de 7 427 000 habitantes.⁴⁸ A Dinamarca ocupa 43.094 km², para uma população estimada de 5.476.000 habitantes.⁴⁹ A título comparativo, Portugal dispõe de 92.391 km² de área, para uma população estimada de 10.945.870 habitantes.⁵⁰ Em termos geográficos, geopolíticos e geoestratégicos, devemos considerar Portugal e Dinamarca são membros de pleno direito da União Europeia e da Nato, posicionados respectivamente na periferia ocidental atlântica e na centralidade marítima a norte, entre os mares do Norte e Báltico.

⁴⁸ Dados: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Su%C3%AD%C3%A7a> , 26.06.08.

⁴⁹ Dados: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Dinamarca> , 26.06.08

⁵⁰ Dados: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Portugal> , 26.06.08, estes e os anteriores, genericamente confirmados através dos sites <http://data.un.org> e <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal> .

Já a Suíça constitui uma verdadeira excepção, a todos os níveis. Incrustada estrategicamente entre a França, a Alemanha, a Áustria e a Itália, por força do seu estatuto neutral, não integra a União Europeia nem a NATO (apenas colabora no âmbito da Parceria para a Paz, não almejando integrar a aliança militar), sendo que só em 2002 aderiu às Nações Unidas. Por outro lado, a Suíça foi um dos primeiros membros do Conselho da Europa e mais recentemente da OSCE – Organização para Segurança e Cooperação na Europa.

Começemos então pelo exemplo suíço. Em primeiro lugar, para além das paisagens, do chocolate, dos relógios e dos canivetes, o que vem à mente são as ideias de rigor, qualidade e inovação, que aliás estão presentes nos referidos produtos e lhes emprestam o prestígio de que eles justificadamente gozam. Em matéria de inovação aplicada à área da defesa, ao nível conceptual e estrutural, encontramos uma primeira surpresa na designação e actuação do departamento da Confederação Helvética que tutela estas questões. Trata-se do Departamento Federal de Defesa, Protecção das Populações e Desportos.

Esta designação (que, por si só, é capaz de arrancar um sorriso a muito boa gente), à qual corresponde uma adequação estrutural e filosófica coerente, encerra talvez uma das maiores lições que o caso suíço apresenta ao nível doutrinal. Retenhamos, daqui, o racional implícito no agrupamento destas áreas de intervenção estatal, defesa, protecção das populações e desporto, sem nos alongarmos no desdobramento da questão para o campo das mentalidades, da cultura física e do rigor.

Deixamos dois elementos de reflexão:

- Um, o facto do Barão de Coubertin ter impulsionado *o movimento olímpico moderno também por motivos militares*, com o objectivo de *melhorar a condição física dos franceses para evitar derrotas como a da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871)*⁵¹;
- Outro, o ensaio de uma síntese: uma mente sã em corpo são, ao serviço dos direitos e obrigações de uma cidadania activa.

Para a Suíça, a neutralidade é forçosamente uma neutralidade armada, porque se trata de um estatuto que tem de ser defendido. Daí a decisão de manter um assinalável e operacional nível de defesa e a manutenção, nos termos da sua Constituição, da obrigatoriedade do serviço

⁵¹ A partir da obra *The International Olympic Committee*, da autoria de Jean-Loup Chappelet, citado por Rodrigo Tavares no artigo “Citius, altius, fortius” publicado na Revista Visão nº 802, de 17.07.08.

militar sob a forma de uma milícia complementar de um corpo activo profissionalizado. A Suíça não pode estabelecer alianças militares, a menos que seja atacada, e as suas forças são usadas apenas em defesa própria e no âmbito da segurança interna. Pelas mesmas razões, não toma partido em conflitos internacionais, nem concede direito de passagem a forças estrangeiras.

*Mas a interdependência do mundo moderno torna cada vez mais difícil uma neutralidade pura e ortodoxa. Assim, a limitação auto-imposta para permanecer à margem do mundo político acabou e têm vindo a modificar-se as atitudes suíças em relação à neutralidade. A adesão às Nações Unidas, em 2002, embora a Suíça tenha participado intensamente e por várias décadas nas actividades das suas agências especializadas, como UNESCO, OMS, FAO, OIT, UNICEF, entre outras, foi objecto de um referendo nacional. Desde 1999, uma companhia das Forças Armadas Suíças, com cerca de 175 efectivos, a SWISSCOY, está no Kosovo, em apoio aos esforços internacionais de manutenção de paz nos Balcãs.*⁵²

*Ao clássico papel do Exército Suíço na defesa da independência nacional e da sua segurança interna, foram acrescentados a promoção da paz em contexto internacional e ajuda humanitária após catástrofes naturais. As regras foram modificadas, de modo a ser possível para as tropas suíças de armamento ligeiro servir nas operações de apoio à paz das Nações Unidas, que não prevejam combates. (...) Se o programa Exército 1995 restringiu o número de efectivos para 400.000 soldados, o novo programa Exército XXI prevê uma força activa de 120.000 pessoas, além de 80.000 reservas e incorporação de 20.000 recrutas. O programa Exército XXI é a mais radical transformação da defesa suíça desde a Segunda Guerra Mundial. A concepção militar moderna exige unidades de luta mais flexíveis, dinâmicas e móveis. As Divisões estão a transformar-se em brigadas e muitas formações estáticas estão a ser objecto de reagrupamento. A terminar, A Suíça gasta, actualmente, menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) anuais com a defesa nacional.*⁵³

E com efeito, no caso suíço, a componente económica parece ser a verdadeira razão de ser da “transformação da defesa”. Na sequência de um pedido de informação, através dos canais para o efeito disponibilizados pela Federação Helvética, recebemos em 23.07.08, do Ajudante

⁵² Elementos retirados de http://www.swissinfo.ch/por/perfil_da_Suica/detail/Politica.html, em 26.06.08.

⁵³ Informação recolhida em http://www.swissinfo.ch/por/perfil_da_Suica/detail/Defesa.html, em 26.06.08, adaptado.

de Campo do Comandante da Unidade de Treino de Engenharia e Salvamento, Major André Guess, uma mensagem que encerra um parágrafo a todos os títulos esclarecedor: “(...) *It is true that also the Swiss Engineer / Rescue Training Unit are in transformation but not only because of the threat changes, the main reasons are the budget guidance's.*

Mas é do ponto de vista estratégico e operacional que a mensagem em causa resulta particularmente interessante. Perante as questões colocadas: *Dans l'actuel context, la plupart des missions on peut les encadrer génériquement comme MOOTW - Military Operations Other Than War -, avec une tonique sur la CIMIC, comme votre mission au Kosovo avec la SWISSCOY l'exemplifique. (...) A côté, on étudie la "civilinization" du soldat face au paradigme du guerrier. Je doit expliciter que je dévalorise pas le génie de combat et son rôle d'appui à la mobilité, contre-mobilité et autres taches classiques du génie, bien au contraire! (...) Face aux prémisses, on croit qu'il y a une question d'échelle, de transformation ou évolution dans le sens de la croissance de l'échelle du génie a l'intérieur des armées, d'où notre demande sur l'actuel ratio du génie suisse face aux autres armes;*

a resposta: “*We are pleased to acknowledge your inquire. I am the aide-de-camp of Brigadier General Ruedin, Commander of the Engineer / Rescue Training Unit. Your investigation sounds interesting and I am absolutely agree with your statement that engineers will go towards Military Operations- Other Than War such as CIMIC or disaster relief. But the focus of the Swiss engineers is still to support the manoeuvre brigades (infantry and mechanized) in defence operations. With sapper units and with combat engineers during the attack phase. So I will say, that our focus will be still defence operations, for the engineer's it will be mobility, counter-mobility and survivability operations. The speciality of the Swiss Armed Forces is the fact, that we have rescue battalions as part of the engineer and rescue troops, with special knowledge in disaster relief operations, they will fill the gap.*”⁵⁴

Temos assim que a Suíça, empenhada na salvaguarda da sua soberania territorial e do seu estatuto neutral, não descarta quer a componente da racionalidade económica, quer a da modernização e adequação do seu dispositivo militar aos novos desafios e missões.

⁵⁴ Nossos sublinhados.

Em particular, no caso da Engenharia Militar, esta está estrategicamente centrada nas missões de apoio à defesa e combate, dispondo igualmente de capacidade ao nível da busca e salvamento e de operações de apoio humanitários.

Quanto à Dinamarca, para além do facto já referido de ter também em curso um processo reorganização e reequipamento das suas Forças Armadas, interessava-nos sobretudo a forma como, do ponto de vista político, aquele processo era conduzido. Após contacto inicial por correio electrónico, recebemos uma amável e interessada informação do nosso Adido de Defesa na Dinamarca, Coronel João de Sousa Teles, que reproduzimos parcialmente:

“(...) O enquadramento legal da Arma de Engenharia Militar decorre da organização legal das Forças Armadas da Dinamarca, que por sua vez se baseiam no Acordo de Defesa 2005-09, estabelecido pelos partidos políticos Dinamarqueses, e resultou numa reorganização na qual resultaram alguns serviços conjuntos e forças próprias de cada ramo das forças armadas, além da guarda (Home Guard). Assim, basicamente, o Exército tem uma Divisão com duas Brigadas que possuem sub-unidades de Engenharia e que lhe conferem as possibilidades operacionais desta arma de apoio de combate, nomeadamente alguma capacidade de luta NBQ, apoio á mobilidade e contra-mobilidade, etc. Nos serviços conjuntos (Joint Services) existe um Serviço de Construções de Defesa onde a Engenharia Militar tem um papel de relevo.

No teor da mensagem, era ainda chamada a atenção para alguns aspectos importantes como *a carga de esforço na população activa dos dois países; a inserção geográfica muito diferente e relevante, nomeadamente no que toca ao potencial da balança comercial; o facto da Dinamarca ser um País Nórdico com um estreito e peculiar relacionamento com os outros Países Nórdicos, o que lhe possibilita um aumento de potencial estratégico.* Conquanto tenhamos algumas reservas em relação ao último ponto, ele não deixa de alertar para a necessidade de pensarmos a nossa própria realidade nestes termos. Porque é, de facto, diferente e relevante a questão da inserção geográfica, e porque neste domínio o nosso potencial estratégico é enorme.

Depois, ressalta da mensagem a referência ao Acordo de Defesa 2005-09, bem como ao facto de ele resultar de um entendimento entre os partidos políticos dinamarqueses. Aquilo que, entre nós, é designado pela classe política e analistas como um pacto de regime, mas que não

há memória de alguma vez ter ocorrido em pleno, com todas as consequências daí decorrentes, nomeadamente a estabilidade na execução, aferição e subsequente programação do acordado.

Um ciclo estável de análise, planeamento, aprovação consubstanciada em acordo e execução, seguida de aferição do executado e novo ciclo. Em qualquer área de actividade este tipo de actuação, quando conseguido, induz racionalidade nas opções e confere estabilidade na execução. Naturalmente ele implica também rigor e responsabilidade, transversais a todos os patamares do processo, mas, particularmente, por parte daqueles que, em última análise suportam os esforços financeiros de um Estado e escolhem os legisladores e executores das políticas sufragadas, os seus cidadãos eleitores. Rigor, responsabilidade e cidadania são aqui palavras-chave.

Vejam agora os traços essenciais do Acordo de Defesa dinamarquês em vigor - *The Danish Defence Agreement 2005 - 2009*⁵⁵, no que ao Exército diz respeito: *The Army's capacity for rapid deployment of forces to prevent crises from occurring or developing further will be additionally strengthened, at the same time as maintaining forces abroad for a longer period of time and to a greater extent than before. (...) It is presumed that the deployment and logistics are planned and continuously tested in conjunction with exercises, participation in NATO's Response Force, etc., (...).*

(...) The accord parties agree that Denmark must work for a development of SHIRBRIG (Multinational Standby Forces High Readiness Brigade for UN operations), so that the multinational brigade – besides peacekeeping operations on the basis of chapter VI of the UN Charter – can be deployed with more robust units in peacemaking operations on the basis of chapter VII of the UN Charter. (...) The training programme is aimed at individual military training that enables the soldier to perform tasks in uncertain environments and (...) and perform tasks in a total defence context and which includes training in total-defence capabilities (e.g., fire fighting, emergency response, maintaining law and order, etc.).

Seguem-se os aspectos práticos da reorganização, traduzidos na eliminação de várias forças e unidades, com alguma reafecção de meios, como no caso do eliminado Esquadrão 274 de Helicópteros Anti-tanque, cujos helicópteros will subsequently be used for the forming of a

⁵⁵ <http://forsvaret.dk/FKO/eng/Defence+Agreement/Army/>, 26.06.08, nossos sublinhados.

helicopter observation and light transport detachment. Referência particular, também para a criação de uma companhia CIMIC: *In addition to this a company for civilian, military cooperation (CIMIC), to be located in Vordingborg. The accord parties will decide on how the CIMIC-capacity could be strengthened based on the evaluation of lessons learned within the defence agreement period.*

Quanto às duas brigadas que dão corpo à nova estrutura e dispositivo:

- *Brigade consisting primarily of professional personnel is to be established with a staff and staff company in Haderslev, one standing armoured battalion in Holstebro, one standing mechanized infantry battalion in Høvelte, one standing reconnaissance battalion in Slagelse, one standing light reconnaissance squadron on Bornholm, one standing logistics battalion and one standing military police company in Aalborg, one standing armoured engineers company in Skive, (...)The brigade is designated to NATO at high readiness.*
- *Brigade primarily comprising personnel on response-force contracts is to be established with staff and staff company, one cadre-manned mechanized infantry battalion in Slagelse, one cadre-manned mechanized infantry battalion in Høvelte, one cadre-manned mechanized infantry battalion in Holstebro, one cadre-manned artillery unit in Varde, one cadre-manned armoured engineers company in Skive, (...). The brigade is designated to NATO at lower readiness.*

A terminar esta breve alusão ao processo de reorganização da defesa dinamarquesa, onde ressaltam aspectos metodológicos e organizativos, parece-nos importante evidenciar: no plano político, o acordo e a planificação, como instrumentos de salvaguarda do interesse público (nacional), conferindo estabilidade e tranquilidade na execução do programa aprovado; no plano estratégico a aposta na construção de uma capacidade operacional e de projecção de força, no âmbito da NATO Response Force, e a criação e previsível desenvolvimento futuro de uma força CIMIC.

Resta afirmar que a fórmula dinamarquesa não constitui, por si só, uma garantia de exemplar funcionamento deste tipo de processos. No decurso deste acordo têm sido frequentes as notícias e polémicas na comunicação social e na opinião pública, relativas a opções de aquisição de meios e equipamentos para as Forças Armadas dinamarquesas.

2.3 – Espanha

O caso espanhol surge necessariamente e por várias razões. Espanha, que constitui o nosso único vizinho terrestre e, por via disso, sempre foi considerada o nosso imediato e primeiro inimigo, integra hoje, tal como Portugal, as Nações Unidas e mais determinadamente a União Europeia e a NATO. Este enquadramento internacional faz de Espanha um país amigo, parceiro e aliado. Tanto melhor para nós, mas o facto é que hoje são outras as batalhas e disputas. E nestas, pesa a dimensão económica e o desenvolvimento de todos e cada um dos sectores das duas sociedades peninsulares.

Os dois países integram e dão corpo a uma realidade geográfica e geoestratégica incontornável: o espaço da Península Ibérica. Como bem o expressam Telo e Torre Gómez⁵⁶, em resposta à pergunta: *existe uma Península a partir da perspectiva dos sistemas internacionais dos séculos XIX e XX? A resposta é afirmativa. (...) Ao longo da época contemporânea a Península é, sobretudo, uma unidade no sistema internacional. Esta afirmação está certa numa tripla perspectiva:*

a) *É exacta, porque de um ponto de vista estratégico a Península tende a ser vista como um conjunto.*

b) *É verdadeira, já que a interacção com o sistema internacional marca o ritmo e a direcção da evolução das sociedades peninsulares e determina as suas linhas gerais, criando a realidade de um desenvolvimento paralelo, ainda que com débeis influências mútuas em situações normais.*

c) *É certa, pois apesar de existir um desenvolvimento em grande medida paralelo, concorrem igualmente factores originais significativos, muitos deles também determinados pelo sistema internacional.*

Os factores territoriais e demográficos ditam que Espanha, na actual configuração política e autonómica, ocupa uma área de 504.645 km², para uma população de cerca de 46.000.000 habitantes⁵⁷, dados que lhe conferem, face a Portugal, uma relação física da ordem de 5 para 1. Estes são dados que se reflectem no posicionamento geoestratégico espanhol e na correspondente dimensão e estrutura das suas Forças Armadas.

⁵⁶ 2003, *Portugal y España en los sistemas internacionales contemporáneos*, p.354, nossa tradução e adaptação.

⁵⁷ Retirado de <http://es.wikipedia.org/wiki/Espa%C3%B1a>, 22.07.08

Em termos daquilo que designamos como *memória histórico-genética* dos povos, apesar de todas as *modernizações* e reformulações ao nível dos paradigmas de visualização da relação de Portugal com o seu único vizinho ibérico, prevalece a memória da construção de uma nação e de uma identidade própria e exclusiva, em confronto com os reinos e sensibilidades confinantes, unificados, após 1492, com os Reis Católicos. O que leva a que se respire, em Portugal, o sentimento e as responsabilidades de uma nação independente, afirmada desde há muitos séculos. E afinal, na Espanha de hoje, como na de ontem, respira-se tudo menos isso. Porque o ar espanhol é uma pluralidade conflitual de estatutos - iberistas, integradores, federalistas, autonómicos e independentistas. Esta é uma condicionante fragilidade estrutural.

Voltando ao cerne da nossa questão, importará constatar que apesar das potencialidades e fragilidades que a afectam, Espanha dispõe de capacidade militar em linha com as suas preocupações ao nível da defesa territorial e ao nível do cumprimento das missões que lhe possam ser atribuídas no âmbito da NATO e da União Europeia.

O processo de transformação da defesa nunca lhe seria estranho, quanto mais não fosse por via da sua participação nestas entidades. Não pode, no entanto, ser desprezado o particularmente favorável enquadramento social, político e económico, em que o processo ocorre nas Forças Armadas Espanholas. Estas, para além de assumirem um papel determinante, dos pontos de vista simbólico e formal, na manutenção da unidade nacional, constituem-se (particularmente após a última reformulação) em alternativa no mercado de trabalho e efectivo instrumento de política externa.

As, até há bem pouco, favoráveis condições da conjuntura económica nacional permitem algum desafogo financeiro, pelo que, para além da manutenção e equipamento das tradicionais armas e unidades de 1ª linha, ao exército espanhol têm sido permitidos alguns desenvolvimentos práticos das doutrinas que perspectivam a actuação de unidades militares para lá das missões estritas de combate.

É o caso da autonomização de uma força de emergência militar, a UEM – Unidade de Emergência Militar, de escalão Brigada, com cerca de 4200 efectivos e alicerçada nos princípios da doutrina NEO (Non Combatent Evacuation Operations).⁵⁸

⁵⁸ d.v. Major-General Cameira Martins, que nos chamou a atenção para esta unidade, a qual não surge ainda hoje (28.07.08) no organigrama das unidades militares espanholas disponibilizado ao público em <http://www.mde.es>.

Desdobrada em 4 batalhões territoriais, esta força dispõe de um impressionante arsenal de meios e equipamento adequados ao conjunto das missões que lhe cabem, nomeadamente uma rápida resposta e de espectro largo a situações extremas e catástrofes naturais. A sua acção pretende-se integral, isto é, abarcando os aspectos de segurança, assistência logística e médica, salvamento e intervenção.

Particularmente interessantes são os pressupostos da organização desta força:

- Necessidade socialmente sentida de apoio a incidentes civilmente geridos;
- Uma nova visão da segurança e dos papéis das Forças Armadas;
- Reforço do dispositivo nacional de resposta a crises;
- Força conjunta que constitui a primeira unidade militar do género, em Espanha, nascida para unificar os esforços civis e militares no controle das situações de crise.
- Objectivo: procurar o concurso de pessoal civil competente e altamente qualificado - engenheiros, construtores civis, técnicos de saúde, psicólogos, veterinários – introduzindo-os num ciclo de treino civil-militar.⁵⁹

Na mesma linha podemos incluir o Batalhão CIMIC I: *El Batallón CIMIC I se creó el 1 de julio de 2005 como órgano de ejecución de cooperación cívico-militar de la Fuerza de Maniobra del Ejército de Tierra, y cumplir así los criterios y las capacidades CIMIC que la OTAN recomienda a sus países miembros.*⁶⁰

Não deixa de ser assinalável a capacidade e a visão que as Forças Armadas Espanholas demonstram, na implementação de unidades militares que podemos designar de nova geração, atribuindo-lhes desde logo uma efectiva capacidade operacional suportada pelos meios considerados necessários. No entanto, uma oportuna chamada de atenção⁶¹, baseada em observação directa no terreno, aponta para a constatação de que a mais meios e pessoal, não corresponde necessariamente melhor e maior operacionalidade. Por entendermos que fará então mais e melhor sentido, tratá-la-emos aquando da abordagem ao caso português.

Outro aspecto do caso espanhol, prende-se com a habilitação específica dos oficiais que servem no corpo de engenharia, os quais até há bem pouco tempo não eram necessariamente engenheiros academicamente habilitados, situação que está em curso de resolução.

⁵⁹ A partir da apresentação da UME no CIOR-CIOMR-NRFC Summer Meeting, Riga 2007, documento disponibilizado pelo Major-General Cameira Martins.

⁶⁰ Em http://www.ejercito.mde.es/organizacion/bon_cimic/index.htm . 28.07.08

⁶¹ Do Ten.Cor. Martins Costa, Director de Instrução na Escola Prática de Engenharia.

Aliás, nos profissiogramas e escalas de carreira coexistem os engenheiros da arma de engenharia e os engenheiros politécnicos especializados em armamento, construção e telecomunicações.⁶²

3 – O caso português

Dir-se-á que as realidades que acabamos de abordar em termos muito sintéticos, se encontram a anos-luz da nossa própria, nomeadamente em termos de escala, ao nível organizacional e das dotações orçamentais. Preferimos realçar a importância dos contributos e dos ensinamentos que as vias e os métodos escolhidos podem carrear para a nossa realidade, marcada por problemas crónicos ao nível estrutural e pela incapacidade, daí resultante, que o país tem demonstrado para resistir aos efeitos das conjunturas internacionais. Em todos os sectores estatais se ouve a expressão “a manta é curta”. A exiguidade dos meios financeiros disponíveis obriga ao estabelecimento de prioridades. Estas, uma vez estabelecidas, são colocadas em causa pela retenção, ou desafectação, das verbas a si destinadas, pelo que se torna muito complicado o exercício da gestão em si, mas também da gestão das expectativas e das boas-vontades.

As Forças Armadas, o Exército e a Arma de Engenharia não escapam a esta equação. E no entanto, vão de alguma forma *tapando o Sol com uma peneira*. Atente-se no exemplo da força de Engenharia projectada para o Líbano no âmbito da UNIFIL. Sendo o trabalho realizado muito assinalável, no reverso da medalha está o facto da projecção de meios ter comprometido 1/3 dos meios da arma, sendo que dos 2/3 remanescentes, existem casos de operacionalidade duvidosa ou mesmo de efectiva inoperacionalidade.

3.1 – O exercício da tutela política e o quadro jurídico-constitucional

Nos últimos 200 anos do percurso histórico de Portugal, a instituição militar tem assumido a marcação dos momentos de ruptura com *os modelos políticos que não estão adaptados aos*

⁶² Como é possível constatar em <http://www.ejercito.mde.es/personal/ley/cuerpespec.html> , 28.07.08.

*desafios da sua época.*⁶³ Telo identifica 13 características comuns nos movimentos que analisa, da revolução de 1820, até ao 25 de Abril de 74:⁶⁴

1. *São quase exclusivamente militares;*
2. *Reúnem a quase totalidade das Forças Armadas;*
3. *Não encontram resistência significativa;*
4. *Revestem a forma de marcha da província sobre a capital;*
5. *Cimento ideológico difuso, onde o único traço comum é a ideia da pátria em perigo;*
6. *Têm em comum o grande incentivo patriótico dos militares;*
7. *Partem, em regra dos escalões intermédios da hierarquia;*
8. *São, em regra, precedidos por uma série de “ensaios gerais” falhados;*
9. *Antes destes movimentos triunfarem, vamos encontrar conflitos importantes, que implicaram um empenhamento anormalmente intenso das forças armadas e uma sua profunda reorganização;*
10. *São precedidos por tentativas falhadas do anterior regime para se reformar;*
11. *São precedidos por apelos mais ou menos insistentes de partes significativas da sociedade para que as forças armadas protagonizem a mudança;*
12. *São, em regra, precedidos de uma crise ou abalo económico que vêm do exterior;*
13. *São acompanhados por reivindicações de carácter corporativo dos militares, que ajudam a convencer os hesitantes a aderir e abrem o leque dos activistas.*

Este conjunto de características dá corpo à ideia de umas Forças Armadas que em determinados momentos históricos e porque detêm, no sentido weberiano da expressão, o poder do uso legítimo da violência ou, mais cruamente, o poder das armas, se afirmam como motor da reforma do próprio Estado. De onde se pode inferir que as Forças Armadas, pela sua função, mas neste caso essencialmente pelo seu histórico, talvez imponham ainda uma atenção particular por parte da sua tutela, não apenas no quadro da dotação orçamental para o exercício das suas missões.

Sabemos que, no actual quadro constitucional resultante do “movimento militar de salvação nacional”⁶⁵ de 25 de Abril de 1974, prevalece o adquirido com a revisão de 1982, no que concerne à completa subjugação do poder militar ao poder político.

⁶³ Telo, *História Contemporânea de Portugal*, p.32

⁶⁴ Idem, pp. 32-39, retomado em *Os Militares e a Democracia*, pp. 101-107

⁶⁵ Como definido por Telo, *História Contemporânea de Portugal*, pp. 39-40.

É hoje habitual ouvir-se que as Forças Armadas estão enquadradas e conscientes do seu papel no Estado e na sociedade. Mas *enquadramento* é algo eminentemente estático ou, pelo contrário, eivado de uma dinâmica decorrente dos múltiplos processos que se desenvolvem, condicionando o objecto de análise?

A razão de ser da existência das nossas Forças Armadas, bem como a caracterização essencial das suas missões, estão expressas no texto legal fundamental que é a Constituição da República Portuguesa. Documento que importa ter conta, não apenas pelo seu peso institucional e instituidor, mas também pelo facto de ele não ser uma tábua, ou magna carta, preservada pela poeira dos tempos. Porque tem uma dinâmica periódica de avaliação e revisão. Porque é passível de adequação a novas realidades ou objectivos, gerando, em função disso, novos enquadramentos.

Ora, atendendo ao uso que da palavra *enquadramento* se faz nesta área de conhecimento, até pelas definições acima, parece-nos estarmos perante uma exploração da sua polissemia. Isto equivalerá a dizer que estamos perante a necessidade de produção de directrizes que fixem orientações, num *quadro* de combinação, harmonização, adequação, integração, compreensão, focalização e selecção de múltiplos pontos de interesse, tendo como ponto de partida o tangível – meios e equipamentos, mas também a geografia, nas suas múltiplas declinações: física, humana, geopolítica e geoestratégia – e o intangível – o sentir e a vontade políticos. Se o objecto de análise diz respeito ao papel actual e futuro das Forças Armadas portuguesas, bem como à sua inscrição⁶⁶ na nossa realidade nacional, então a complexidade da equação vêm imediatamente ao de cima. E isto, não apenas pelas dificuldades e questões inerentes ao tema, mas mais acentuadamente pela singularidade dos nossos processos, percurso histórico e posição no sistema e organizações internacionais.

O momento actual é de ensaio de conjugação e cruzamento de várias dinâmicas, internas como no caso da reorganização e reequipamento das Forças Armadas, externas e mais vastas como no caso da transformação da defesa, e transversais na nossa tradição societária ocidental/europeia, como o é a lenta mas concreta evolução do conceito do *soldado-guerreiro*

⁶⁶ No sentido que lhe dá José Gil, em *Portugal, hoje – O Medo de Existir*.

para algo ainda não totalmente definido, mas que poderá estar próximo do *soldado-civilinizado* que Mira Vaz refere.⁶⁷

E nesta área, como em muitas outras, existem registos que raramente coincidem: o da expectativa, o do *wishfull thinking*, o do quadro jurídico. Este último constituindo aquele que formalmente condiciona a realidade prática em que os diversos protagonistas se movem e actuam. Deve ainda ser considerado um aspecto inerente à área da defesa e segurança: se é prioritário ou estratégico, não é para ser anunciado e discutido publicamente. Donde, muitas vezes, apenas podermos avaliar o que emerge a médio/longo prazo como consequência de opções tomadas ou manifestações superficiais de reacção corporativa. Estas quase sempre remetendo para o domínio de uma sociologia militar e não para a análise e discussão das grandes opções estratégicas.

Não sendo possível nesta matéria um escrutínio tão abrangente e transparente quanto ocorre noutras, restará a profissão de fé de que, no actual quadro democrático, o ponto de partida e de chegada terá de ser sempre a Constituição da República Portuguesa. Mas também a esperança de que os instrumentos de acompanhamento e tomada de decisão (entre os quais avulta a figura do Presidente da República⁶⁸, permitimo-nos referir) funcionem, assumindo e defendendo o designado *interesse nacional*.

Impõe-se uma afirmação do óbvio. A de que todo e qualquer militar é, antes de mais, um cidadão da República. Mas também a de que ambos, República e cidadão que se predispõe a exercer funções militares, estabelecem um pacto, algo leonino diga-se, através do qual este se compromete a defendê-la, aceitando uma mitigação dos seus direitos, liberdades e garantias. O cidadão investido de funções militares, o militar, pauta a sua actividade através de um instrumento jurídico-legal designado Lei do Serviço Militar, que é complementado, neste particular pelo Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

⁶⁷ *Civilinização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*, pp394-395. Um cidadão autorizado a usar a arma ao serviço do Estado, mas obrigado a avaliar em cada momento se a forma como age é compatível com os parâmetros de comportamento fixados pelo próprio Estado às operações militares.

⁶⁸ Ver Jorge Sampaio, *Um olhar sobre Portugal*, pp. 19-20 e 100.

Acontece que o militar confia, não apenas que o Estado Português lhe determine, com rigor e transparência, as tarefas e missões, mas também que lhe conceda os recursos técnicos e económicos para as levar a bom porto, na salvaguarda permanente do interesse nacional.⁶⁹

A propósito desta ideia de interesse nacional, em 2005, Nuno Severiano Teixeira, à data académico e investigador, elencava e explicitava um conjunto de desafios para Portugal, sistematizados sob o título *O interesse nacional ainda existe*:

- *O primeiro desafio é o da UE, o sucesso do projecto europeu e a centralidade de Portugal nesse projecto. (...) Como foi fundamental a presença no euro, será fundamental a presença em todos os núcleos duros, inclusive os de natureza militar, como a Política Europeia de Segurança e Defesa e as missões militares sob comando da UE (...).*
- *O segundo desafio de interesse estratégico é a superação da crise transatlântica aberta pela invasão do Iraque e a manutenção do vínculo transatlântico. Não só porque constitui um garante da segurança internacional mas também porque corresponde ao interesse nacional. País simultaneamente europeu e atlântico, não interessa a Portugal a clivagem entre os dois lados do oceano e muito menos uma opção entre Europa ou EUA (...).*
- *O terceiro desafio começa, mas não termina, no quadro ibérico. No modelo tradicional a Espanha era a ameaça e toda a lógica das relações bilaterais era a lógica da fortaleza. (...) Numa economia aberta e num espaço sem fronteiras como é o das relações Portugal-Espanha, no quadro da UE, a estratégia não está na fortaleza. Está na competitividade da economia (...).*
- *Finalmente, o desafio pós-colonial. No plano bilateral, é óbvio, é do interesse nacional o reforço das relações com os países de expressão portuguesa. (...) Num mundo em globalização e em que se multiplicam as redes de pertença, faz todo o sentido uma rede de língua portuguesa e Portugal deve potenciá-la.⁷⁰*

Hoje, Severiano Teixeira é o Ministro da Defesa e tem como linha orientadora o Programa de Governo. Os traços gerais da política para qualquer sector encontram-se plasmados neste Programa, que é (foi), recorde-se, objecto de sufrágio.

⁶⁹ Entre algumas das mais marcadas fragilidades que podem ser identificadas no processo português, conta-se o actual e pouco dignificante processo de negociação entre tutela e chefias militares a propósito das dotações orçamentais e dos respectivos exercícios, onde imperam a “engenharia financeira e contabilística”. Parece-nos pouco dignificante e fragilizador, para ambas as partes.

⁷⁰ Teixeira, Nuno Severiano, *O interesse nacional ainda existe*, in Diário de Notícias, 09.02.05, consultado em <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=9&ida=108>, a 13.11.06, 00h21. Nossos sublinhados.

Pese embora a sua análise possa não constituir um exercício particularmente aliciante, ela é necessária de um ponto de vista formal. Assim, procurámos o que de relevante pudesse constar nos Programas dos últimos Governos Constitucionais.

O **Programa do XV Governo** (Durão Barroso), manifestava face aos *momentos de grande perturbação que afectam profundamente uma ordem internacional que tarda em definir-se, (...) empenhamento no esforço de actualização do funcionamento das instituições internacionais (...) às exigências do novo ambiente estratégico.*

Que instituições, e por que ordem? A Organização das Nações Unidas - ONU, Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN, União Europeia - UE, União Europeia Ocidental – UEO e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.⁷¹ Mais tarde, a páginas 17 do documento, surge a referência à OSCE – Organização de Segurança e Cooperação Europeia.

Mais adiante, assumia-se claramente *a sua inserção geográfica e política no espaço euro-atlântico*, bem como o *empenhamento no reforço dos laços de amizade e cooperação com os Países Africanos de língua oficial portuguesa (...)*, também ao nível técnico-militar, como no caso de *Timor-Leste após a sua independência*. Na política externa, para além da definição dos “habituais” eixos estratégicos: Europa, Lusofonia, em concreto PALOP, Brasil e Timor, o aprofundamento das *relações bilaterais com os países vizinhos e os parceiros estratégicos.*

Quanto ao **Programa do XVI Governo** (Santana Lopes), para além do decalque da maioria do seu articulado, veio introduzir uma *nuance*, apresentando a novidade dos *Assuntos do Mar*. Afirmava-se uma aposta estratégica, a *nomeação de um Secretário de Estado dos Assuntos do Mar, na dependência do Ministro de Estado e sem intromissão orgânica na esfera da Defesa Nacional, mas beneficiando das óbvias sinergias que a proximidade das duas tutelas proporciona* (...). Mais adiante, (...) uma das *prioridades estabelecidas no âmbito dos Assuntos do Mar* era a da *revitalização, recuperação, modernização e internacionalização das capacidades industriais de Portugal no sector da Construção Naval, articulando com uma política de estaleiros com especial atenção para os Estaleiros Navais de Viana do Castelo e para o potencial económico que deriva da Lei de Programação Militar (...)*.⁷²

⁷¹ Documento disponibilizado em <http://www.pdsp.pt.vu> , p.12.

⁷² Documento disponibilizado em <http://www.pdsp.pt.vu> p.59-60

Aqui, pensamos que onde o político-programador via *óbvias sinergias*, nos parece estarmos perante uma evidente fonte de entropias. Até pela incongruência, objectiva, formal e prática, entre a questão da não *intromissão orgânica na esfera da Defesa Nacional* e o referido *potencial económico que deriva da Lei de Programação Militar*, num ambiente internacional em que cada vez mais a componente civil e militar se articulam efectivamente no âmbito das Defesas Nacionais, mimetizando os princípios do *downsizing* e *outsourcing* do meio empresarial. Para um exemplo recente desta filosofia, e da sua aplicação neste particular âmbito, ver o artigo *La Cooperation civilo-militaire dans le domaine du SEALIFT*.⁷³

E quanto ao actual Governo? Com o **Programa do XVII Governo** (José Sócrates) à Defesa Nacional são destinadas as últimas 5 das 162 páginas do documento. O que dizem?

Que a Defesa Nacional deve ter como objectivos fundamentais, não só a capacidade para garantir a Segurança do Estado e dos Cidadãos, mas, também, a capacidade de projectar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças em favor da segurança internacional e da Paz. (...)

Que neste sentido, constituem objectivos da política de defesa: a garantia da independência nacional, da integridade do espaço territorial, da liberdade e da segurança dos cidadãos e da salvaguarda dos interesses nacionais, como também, no quadro de uma segurança cooperativa, a participação activa na produção de segurança internacional e, em particular, em missões internacionais de gestão de crises, de carácter humanitário e de apoio à paz.

*Mas também, que o novo quadro de segurança internacional e a resposta adequada da política de Defesa Nacional apontam, necessariamente, para uma concepção mais alargada da segurança e para uma concepção mais integrada da política defesa com reflexos inevitáveis na doutrina estratégica e operacional, na definição das estruturas de comando e controlo e nas próprias missões das Forças Armadas.*⁷⁴

Curiosamente é apresentada neste documento uma nóvel noção de Portugal: **país com fortes relações pós-coloniais**.⁷⁵

⁷³ Beroard, Frank, *La Cooperation civilo-militaire dans le domaine du SEALIFT*, Technologie & Armement, n° 3, Octobre-Décembre 2006, pp.72-73

⁷⁴ In "Programa de Governo do XVII Governo Constitucional" consultado no sítio do Governo.

⁷⁵ Documento disponibilizado em <http://www.pdsp.pt.vu>, p. 162. O conceito de relações pós-coloniais, assim plasmado, não parece ser estranho à colaboração de Nuno Severiano Teixeira na elaboração do documento.

No entanto, parece resultar razoavelmente evidente, que não será através destes documentos que encontraremos pistas claras para os rumos traçados para o país no âmbito do tema deste trabalho, para além daquilo que é *tradicional*.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional revela a mesma *predisposição*. Ainda assim, nele Portugal elenca ameaças *que considera relevantes*, das quais Proença Garcia⁷⁶ destaca:

- 1) O terrorismo nas suas variadas formas;
- 2) O desenvolvimento e proliferação não regulados de armas de destruição maciça bem como dos respectivos meios de lançamento;
- 3) O crime organizado transnacional;
- 4) Os atentados ao ecossistema.

Verifica Proença Garcia, como afinal todos aqueles que se dedicam profissional e academicamente a estas matérias tão sensíveis e problemáticas, que *o primeiro desafio na análise das novas ameaças prende-se com a determinação de qual delas é a mais crítica para a segurança (...)*.

O actual Conceito Estratégico de Defesa Nacional constitui a Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003 de 20 de Janeiro. Dele decorre, naturalmente, o Conceito Estratégico Militar (CEM), que constitui o ponto de partida para a *“preparação e actualização dos planos de defesa militar e dos planos de contingência, conforme apropriado”*. Para a sua definição, concorrem a situação geoestratégica de Portugal, o “Espaço Estratégico de Interesse Nacional” e o “Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente”.

Na declinação destes conceitos e, em termos práticos, na procura de assegurar o cumprimento das missões das Forças Armadas, foi definido um determinado Sistema de Forças, a nível operacional e de natureza administrativa e técnica, para apoio geral das Forças Armadas.

Quanto às missões das Forças Armadas elas incluem a defesa da integridade do território nacional, as missões em apoio à política externa do Estado, e outras missões de interesse público. Estas, que são as que mais particularmente nos interessam, muito embora, na nossa opinião se articulem declaradamente com as missões em apoio à política externa do Estado,

⁷⁶ Proença Garcia, *As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu estudo*, documento disponibilizado pelo autor.

pelo tipo de missões e dos meios e efectivos a afectar, são as *missões desempenhadas em apoio às autoridades civis, destinadas à cooperação com as várias estruturas civis do Estado*:

- *Em caso de emergências públicas, nomeadamente apoiando a protecção civil no combate a incêndios florestais ou outras calamidades;*
- *Em proveito do bem-estar das populações, nomeadamente na busca e salvamento no mar, fiscalização da Zona Económica Exclusiva, prestando apoio em termos de construções, em proveito de autarquias locais.*

Não encontraremos, para lá dos edifícios conceptuais UN/NATO/UE/OSCE, particulares e taxativas orientações expressas, o que tanto pode resultar do carácter crítico da área, que induziria alguma (demasiada) discricção e prudência, como de uma lamentável incapacidade em plasmar, no conjunto da legislação que impende sobre estas questões, princípios próprios, claros e estáveis.

O que temos à disposição que no aspecto concreto que perseguimos? Internamente, uma Lei Orgânica do Exército, publicada em 2006 e uma Lei de Programação Militar, que, no essencial e presentes as nossas especificidades e objectivos estratégicos, tentam mimetizar e acompanhar o processo de transformação em curso, nomeadamente no que diz respeito aos nossos compromissos perante a NATO. A constituição da Força Operacional Permanente do Exército – FOPE, estruturada em três grandes unidades operacionais (Brigada Mecanizada/Brigada de Intervenção/Brigada de Reacção Rápida) complementada por uma componente fixa traduzida na Estrutura de Comando e na Estrutura Base, cuja *missão principal de aprontamento e apoio à Força*,⁷⁷ é disso uma prova.

Já no plano da EU, deve realçar-se o texto do Tratado de Lisboa, de Dezembro/07, que vem estabelecer uma política comum em matéria de segurança e defesa⁷⁸. Esta visa garantir uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares, com vista ao seu emprego em missões no exterior *a fim de assegurar a manutenção da paz, a prevenção dos conflitos e o reforço da segurança internacional*.

⁷⁷ Decreto-Lei 61/2006, de 21.03.2006, Diário da República nº 57/2006, p. 2044.

⁷⁸ Versões Consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia, como alterados pelo Tratado de Lisboa, Fevereiro/2008, pdf disponível no sítio do Governo da República Portuguesa. Secção 2 – Disposições relativas à política Comum de segurança e defesa, artigos 42º e seguintes, pp. 36-40. Também disponível no Jornal Oficial da União Europeia C 306/153, de 17.12.2007.

O documento elenca e tipifica estas missões que *incluem as acções conjuntas em matéria de desarmamento, as missões humanitárias e de evacuação, as missões de aconselhamento e assistência em matéria militar, as missões de prevenção de conflitos e de manutenção da paz, as missões de forças de combate para a gestão das crises, incluindo as missões de restabelecimento da paz e as operações de estabilização no termo dos conflitos.*⁷⁹

Convém no entanto recordar que está presente no espírito e na letra da política comum de segurança e defesa, está a *definição gradual de uma política de defesa comum da União*. No que ao nosso argumento mais diz respeito, o n.º 3 do artigo 42.º do documento em análise, estipula que, *com vista à execução da política comum de segurança e defesa, os Estados-Membros colocam à disposição da União capacidades civis e militares de modo a contribuir para os objectivos definidos pelo Conselho. (...)*.

Também é expresso o compromisso dos Estados-Membros de *melhorar progressivamente as suas capacidades militares. A agência no domínio do desenvolvimento das capacidades de defesa, da investigação, da aquisição e dos armamentos (a seguir denominada “Agência Europeia de Defesa”) identifica as necessidades operacionais, promove as medidas necessárias para as satisfazer, contribui para identificar, e, se necessário, executar todas as medidas úteis para reforçar a base industrial e tecnológica do sector da defesa, participa na definição de uma política europeia de capacidades e de armamento e presta assistência ao Conselho na avaliação do melhoramento das capacidades militares.*

Em termos genéricos, parece resultar evidente uma tensão entre as potencialidades deste figurino ao nível da modernização das forças e da obtenção de níveis majorados de interoperacionalidade, e o conceito de soberania, do qual decorre a missão primeira das forças armadas de qualquer Estado-membro: a defesa daquela e da independência destes.

Esta tensão pode e deve ser contida, mas convoca necessariamente uma avaliação jurídico-constitucional sobre a transferência parcial de soberania ou sobre uma soberania mitigada, avaliação que não estamos preparados para realizar, nem tão pouco resulta relevante para o nosso argumento. O que não significa que não tenhamos bem presentes, pelo menos, dois aspectos do problema.

⁷⁹ Versão consolidada do Tratado de Lisboa, art. 43.º, n.º 1.

Um, o facto do caso português não encaixar naquilo que acima apresentávamos como genérico e equilibrado, muito antes pelo contrário, é invulgar em todas as vertentes, positivas e negativas, que se tomem para análise. É desequilibrado porque as necessidades de modernização e *upgrading* dos meios, equipamentos e armamento, são imensas e porque o quadro que a política comum de segurança e defesa apresenta e propicia ao nível do apoio à transformação, se constitui em maça demasiado apetecível.

Desequilibrado ainda, porque a profunda crise estrutural que o país carrega, agravada pela conjuntura internacional de crise financeira e económica, nos torna ainda mais dependentes e mais sequiosos deste tipo de oportunidades, logo mais expostos e mais fragilizados em qualquer negociação ou dirimição de contencioso.

Como sinal de tudo isto, o exemplo prático da anunciada recente aquisição dos carros de combate Leopard, evidenciada como um dos aspectos da modernização e acréscimo de capacidade por parte do Exército português. Não nos permitimos discutir a oportunidade e alcance de tal aquisição, mas o facto é que ela levanta directamente, entre outros, um problema ao nível da sua própria mobilidade e do apoio à mobilidade de que eles dependem operacionalmente. Faltam os necessários veículos pesados de transporte dos carros de combate e as pontes sobre lagartas (as actuais pontes M60 não suportam a tonelagem dos Leopard). Quanto a este problema, mas também quanto à eventual previsão para a aquisição de veículos blindados de engenharia, carros de combate de engenharia ou similares, obtivemos informação de que *o assunto encontra-se em estudo/análise não havendo, no momento, decisões sobre essas matérias.*⁸⁰

Outro aspecto que não esquecemos é o que se prende com a aparentemente óbvia e gritante distinção entre os tipos de missão: as novas, que vão no sentido do humanitarismo e/ou da imposição e manutenção da paz, com as suas múltiplas declinações nas doutrinas americana, NATO e EU, e as velhas missões e compromissos de defesa do solo pátrio, da soberania e independência com o sacrifício, se necessário for, da própria vida.⁸¹

⁸⁰ Resposta em 10.07.08, às questões colocadas via e-mail ao Gabinete CEME.

⁸¹ Sendo que é costume esquecer-se que este sacrifício é, em última análise, pedido a todo e qualquer cidadão, como decorre do nº1 do artigo 276º da Constituição da República Portuguesa.

E é este, quanto a nós, um dos pontos de tensão que prefiguram uma mudança de paradigma, que a transformação da defesa simultaneamente provoca, acelera e enquadra. São cada vez mais ténues as distinções entre os *soldados da paz*⁸² e os *verdadeiros* soldados, até porque ambos os grupos partilham o espectro do sacrifício da vida no cumprimento da missão. O concomitante processo de civilização das Forças Armadas, por não ser ainda um adquirido sólido do ponto de vista sociológico (até porque não existiu ainda uma crise que permita validar uma ou outra via), não nos pode oferecer muitas certezas, para além do aumento exponencial da interpenetração da área civil com a militar e vice-versa.

No entanto, convém ter bem presente, como elemento de ponderação, o alerta do Embaixador José Cutileiro: “*Não há Forças Armadas para missões de Paz e Forças Armadas para a Guerra: há Forças Armadas para a guerra que podem também ocupar-se de missões de paz.*”⁸³

Tudo pode, afinal, constituir apenas mais um estágio de afinação e evolução do processo de transformação da defesa e da máquina militar, como é possível intuir a partir da ideia de *capacidade operacional apoiada em meios civis e militares*, constante das disposições sobre a política europeia comum de segurança e defesa, a qual prefigura e visa enquadrar os inevitáveis desenvolvimentos que a realidade vai a pouco e pouco introduzindo numa estrutura eminentemente conservadora.

3.2 – A importância da componente de política externa

*(Portugal) não pode jogar em tabuleiros errados, ainda por cima com o baralho errado.*⁸⁴

Em certa medida, a importância da componente da política externa nesta análise vem já evidenciada no capítulo anterior. Mas o que aqui vamos referir é o facto de, na ausência de previsível conflitualidade próxima e com as responsabilidades que hoje são atribuídas aos exércitos, nomeadamente as missões de apoio à manutenção da paz ou de imposição da paz,

⁸² Sintomaticamente, a expressão que habitualmente é utilizada para nos referimos aos bombeiros.

⁸³ Citado em *Política de Defesa Nacional - As Novas Missões das Forças Armadas Portuguesas*, conferência na Universidade do Minho, em 03.05.00, nos XVII Colóquios de Relações Internacionais Económicas e Políticas, documento disponibilizado pelo autor, Ten.Cor. Proença Garcia.

⁸⁴ General Abel Cabral Couto, citado por Marques Guedes, 2006, *Pensamento Estratégico Nacional: que Futuro?*, in “O Pensamento Estratégico Nacional: que Futuro?”, pp. 243-295, (p. 290).

ter ganho uma particular dinâmica a utilização das forças armadas como instrumento de afirmação de política externa.

Não nos velhos termos “imperialistas” que ainda prevalecem, nomeadamente ao nível da potência hegemónica e da *regressada* Rússia, mas agora muito mais voltadas para o apoio directo às populações, seja através da sua protecção directa e efectiva, seja através da reposição ou criação de condições para uma qualidade de vida razoável, pela construção ou reconstrução de casas, escolas, hospitais, abastecimentos básicos e outras facilidades.

Uma abordagem a sistemas complexos, como são as organizações internas dos países, sobretudo se consideradas as consequências e condicionantes que advêm da sua participação e interacção no sistema internacional, implica uma flexibilidade permanente. Para além dos compromissos e responsabilidades que decorrem da participação em organismos internacionais e do cumprimento do articulado de tratados e convenções, existe toda uma dinâmica mundial, seja ela social, política, económica, mas fundamentalmente natural, com o seu cortejo de imponderáveis que desafiam as melhores e mais afinadas previsões e organizações. O caso do Katrina e o recente sismo na região chinesa de Sichuan, constituem bons exemplos do que atrás fica dito.

Portugal é membro da Organização das Nações Unidas, membro fundador da NATO e integra a União Europeia. Procura assumir-se como actor internacional respeitado, no âmbito das alianças e parcerias estratégicas, e outras, que enquanto estado soberano entenda promover. E o ambiente internacional, em que Portugal age, manifesta ultimamente uma grande tendência para a instabilidade e difusão, que as também recentes crises dos combustíveis e dos alimentos vêm confirmar.

Como refere Proença Garcia⁸⁵, para as Nações Unidas *existem 6 grandes ameaças com as quais a comunidade internacional deve estar preocupada, agora e nas próximas décadas (Nações Unidas, 2004):*

- 1) *Ameaças económicas e sociais, onde se incluem a pobreza, as doenças infecciosas e a degradação ambiental;*
- 2) *Conflitos entre Estados;*

⁸⁵ Proença Garcia, *As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu estudo*, documento disponibilizado pelo autor.

- 3) *Conflitos internos, incluindo a guerra civil, o genocídio e outras atrocidades em larga escala;*
- 4) *As armas NBQ;*
- 5) *O terrorismo;*
- 6) *O crime organizado transnacional.*

A estas o Congresso norte-americano acrescenta ainda o ataque aos sistemas de informação.

Seguindo com Proença Garcia⁸⁶, a Segurança passou (assim) a ter interesses além dos vitais, por vezes materializados longe da base territorial dos Estados. (...) Não esqueçamos que, de acordo com o Prof. Adriano Moreira, temos uma fronteira de segurança que coincide basicamente com a definida pela OTAN, uma fronteira económica e tendencialmente política coincidente com a da UE, e uma fronteira cultural, assumida, que corresponde à Comunidade de Povos de Língua Portuguesa; às quais acrescentamos a fronteira da vulnerabilidade, na expressão do General Garcia Leandro.

Recorda ainda este autor que a Defesa Nacional para além da tradicional salvaguarda da integridade territorial e da independência nacional, tem também de prosseguir a defesa dos interesses nacionais nos grandes espaços onde estamos inseridos. E relembra que o novo conceito estratégico da OTAN, documento exclusivamente político e não normativo, evidencia a noção de intervenção out of area, que possibilita o alargar da área operacional, podendo vir a realizar intervenções militares fora das suas fronteiras geográficas, desde que justificadas por alegadas razões humanitárias e/ou razões claras de violação dos Direitos Humanos, sem a necessária aprovação à priori do Conselho de Segurança das Nações Unidas e caso hajam interesses da organização em jogo.

Defende Proença Garcia que, ao nível da Componente Militar da Defesa, Portugal deve preparar-se mediante o levantamento e sustentação de um Sistema de Forças Nacional capaz de satisfazer as missões específicas das Forças Armadas. O Sistema de Forças que deve ser desenhado e implementado, para além de permitir a defesa do Território Nacional, deve fazer face a 3 grandes tarefas: satisfazer os compromissos internacionais, colaborar em missões de apoio à política externa e em missões de interesse público⁸⁷.

⁸⁶ Já citado “Política de Defesa Nacional - As Novas Missões das Forças Armadas Portuguesas”.

⁸⁷ Nosso sublinhado.

Se quanto às tarefas, estamos já desde há algum tempo a assegurar-las, quanto ao Sistema de Forças encontra-se ainda em fase de implementação e equipamento, de forma a garantir o efectivo cumprimento das missões sem colocar em causa o prestígio do país e das Forças Armadas e a integridade e operacionalidade das forças projectadas.

Em 02.03.2006, o Almirante Mendes Cabeçadas, então CEMGFA, na cerimónia militar de despedida das Forças Armadas ao Presidente Jorge Sampaio, afirmava:⁸⁸ *A “internacionalização” das Forças Armadas validou a utilização do vector militar como instrumento de afirmação externa do Estado e reforçou a cooperação bilateral, em especial com os países lusófonos. As excelentes qualidades e virtudes militares do nosso Soldado foram relevadas, assim como a aptidão intrínseca do Português para comunicar com outros povos e culturas. (...) O reequipamento em curso, que irá ter certamente continuidade, mas em ambiente de contenção financeira, exigindo portanto, a definição de prioridades realistas.*

Severiano Teixeira confirma: *as populações de regiões e áreas carecidas de operações de apoio humanitário, vêem, nos soldados portugueses, garantes de uma esperança para a paz.*⁸⁹

De facto, os nossos aliados e parceiros (mas também os nossos potenciais inimigos ou adversários) podem contar, da nossa parte, com pequenas forças dotadas de capacidade operacional e aptas para integrar operações conjuntas ou combinadas, no actual quadro de desenvolvimento tecnológico. Temos, no entanto, as nossas fragilidades no aprontamento das forças projectadas, com episódios de recurso a empréstimos temporários de equipamentos e/ou aquisições de resultados duvidosos ao nível da adequação e da operacionalidade de meios, equipamentos e até armamento e munições.

Aliás, vem a propósito uma chamada de atenção de Veiga Simão sobre a nossa prestação noutra área de actuação das nossas Forças Armadas, a da cooperação técnico-militar: *No caso da cooperação portuguesa, a evidência de algumas fragilidades internas, designadamente nos sistemas da educação, da formação, da saúde e da Administração Pública e, mais recentemente, no sistema das Forças Armadas, leva a pensar que o nosso país está em dificuldades para dinamizar uma política de cooperação activa que respire eficácia e*

⁸⁸ <http://www.mdn.gov.pt/primeira.asp>, consulta 22.10.06, 16h22. Nossos sublinhados.

⁸⁹ Declarações de Nuno Severiano Teixeira, já como Ministro da Defesa Nacional.

*competência (...) com sério prejuízo para a afirmação da personalidade nacional na Europa e no Mundo.*⁹⁰

Por seu turno, Proença Garcia, sustenta que *nunca o Poder do Estado, na sua manobra externa se baseou tanto no vector militar, e que há muito Portugal não tinha uma tão firme e prestigiada posição internacional, para tal tendo contribuído a flexibilidade que as Forças Armadas frequentemente têm proporcionado aos governos, na tomada de decisões políticas nos âmbitos da cooperação, OTAN, UEO, OSCE e da ONU.*⁹¹

Reforça-se assim a ideia de que *as Forças Armadas não são um fim em si mesmo; são, e vão continuar a ser, um instrumento da política, um meio que o poder político pode e deve utilizar (e utiliza), para alcançar os seus objectivos e afirmar o prestígio e a credibilidade internacional que hoje alcançamos; mas para tal tem que as sustentar e modernizar, sob pena de as esgotar prematuramente se em tempo não forem executadas tarefas de revitalização.*

3.3 – Problemas

3.3.1 – As Forças Armadas e a sociedade

Antes de avançar, parece-nos importante estabelecer e proclamar (nunca é demais fazê-lo) a evidência do preço que os militares podem ser chamados a pagar pelo cumprimento das suas missões e pelos compromissos decorrentes do enquadramento constitucional e do juramento de bandeira.

Não desvalorizamos, muito antes pelo contrário, a noção, que deve estar sempre presente, da disponibilidade para o sacrifício supremo, e que acompanha qualquer militar que saiba, queira e possa, honrar a sua farda e o seu país. Temos para nós que hoje, e por um conjunto de circunstâncias que para isso concorrem, pode estar em causa um adquirido deficientemente explicitado e percebido, quer por uma estrutura militar que goza tempos de paz e que se

⁹⁰ Simão, José Veiga, Oliveira, Jaime da Costa, 2002, POTENCIALIDADES DE COOPERAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE – Regiões e Países de Interesse Estratégico para Portugal, AIP/IPCE, Lisboa, pp.86-87

⁹¹ Novamente da já citada conferência “Política de Defesa Nacional - As Novas Missões das Forças Armadas Portuguesas”.

encontra sociológica e informalmente condicionada pela poderosa instância escrutinadora da sociedade civil, quer por esta mesma sociedade.⁹²

Dito isto, constatamos que, em Portugal, as Forças Armadas sempre exerceram, formal ou informalmente, papéis ou tarefas que extravasam as suas competências constitucionalmente estabelecidas. Importará esclarecer que estamos a pensar especificamente situações que, com bondade, todos admitimos como necessárias e decorrentes de fragilidades estruturais do país, jamais suscitando repúdio ou questionamento jurídico-constitucional. E para que fique absolutamente claro, referimo-nos, por exemplo, à formação e desenvolvimento individual de muitos recrutas, paralela à instrução militar, o que permitiu a muitos milhares de portugueses entrar com sucesso na vida activa, como o podem atestar ainda muitos enfermeiros, electricistas, mecânicos e por aí adiante. Parece um facto indesmentível e nem sequer único.

Em 1961, por força da eclosão do conflito colonial, as Forças Armadas foram chamadas a cumprir a sua obrigação, no quadro constitucional então vigente, respondendo também a um apelo e uma vontade partilhados por militares e sociedade civil quase no seu todo. Mas o arrastar do conflito, e a cada vez maior e mais difundida ideia de que não seria possível sustentar, a longo prazo, tal esforço de manutenção de três frentes de combate à distância, com as correspondentes dificuldades logísticas, políticas, económicas e sociais, cavou um verdadeiro fosso entre a população e as Forças Armadas.

Schmitter (1999), identifica mesmo a guerra colonial e o serviço militar prolongado como duas das causas da diminuição do apoio ao regime autoritário, pela redução *da transmissão de lealdade favorável de uma geração para outra entre os filhos de apoiantes aptos para o serviço militar e aumentando as formas de oposição mais activas.*⁹³

Nunca colocando em causa a componente do dever militar e patriótico da defesa do território, da bandeira e da soberania nacional, o facto é que social e psicologicamente se cavou um tal fosso, que este não vem a ser completamente resolvido pela intervenção proto-redentora de 25 de Abril. A agravar o quadro, as próprias Forças Armadas, espelho da sociedade de onde emergem, também elas viveram, então, momentos de grande tensão e conflitualidade interna.

⁹² Esta questão paira sobre qualquer abordagem, quer à realidade mais abrangente da actividade militar, quer a qualquer seu aspecto mais específico.

⁹³ *Portugal: Do Autoritarismo à Democracia*, p. 197.

Finalmente, em 1982, as Forças Armadas colocaram-se formalmente sob a alçada do poder político, remetendo-se voluntariamente ao seu papel constitucional de instrumento de garantia e defesa da independência, da soberania nacional e da democracia. No entanto, de alguma forma continuaram a ser olhadas pela sociedade como um corpo estranho, directamente ligado a um pesadelo vivido nas décadas anteriores. Sintomaticamente, ainda em 02.03.2006, o então CEMGFA Almirante Mendes Cabeçadas, na cerimónia militar de despedida das Forças Armadas ao Presidente Jorge Sampaio,⁹⁴ afirmava: (...) *Saliento o cuidado manifestado por Vossa Excelência no estabelecimento de condições que (...) não suscitasse divergências ou acentuassem o distanciamento do país relativamente às suas Forças Armadas, mas antes pudessem fomentar uma identificação com a sociedade de que são parte.*

É preciso compreender que em determinadas regiões do país mais profundo, a “tropa” continua a ser tradicionalmente vista como um dos pilares de um Estado mais opressor, repressor e cobrador, que regulador e/ou protector. Pulido Valente afirmava em tempos, em coluna de opinião, e a propósito do fenómeno da corrupção e do caso Felgueiras, que *quem estudou a história política do país não se deve espantar. No antigo regime, ou seja, na monarquia absolutista, o povo só conhecia o Estado por duas razões: porque lhe tirava o imposto (em dinheiro ou em espécie) e porque o mandava para a tropa. Uma vez por outra, embora raramente, também o enforcava ou metia na cadeia.*⁹⁵

Na realidade, hoje, o país e a sociedade parecem conhecer melhor o papel das Forças Armadas, que devem, no entanto, demonstrar sempre e inequivocamente a bondade dos investimentos e afectações orçamentais. E ainda assim, *nem sempre é dada merecida divulgação e reconhecimento ao contributo das Forças Armadas para o desenvolvimento da sociedade, através da realização de tarefas essenciais para o bem-estar das populações.*⁹⁶

Significativo também é o facto de termos forças militares projectadas no Afeganistão, numa operação internacional de grande escala, com missão clara e inequívoca de combate (o que ocorre pela primeira vez desde o fim da guerra colonial, há já 34 anos), sem que isso pareça suscite particular preocupação ou acompanhamento por parte da comunicação social e opinião pública, para além da mediatização das partidas e chegadas das unidades e da dramatização

⁹⁴ <http://www.mdn.gov.pt/primeira.asp> , consulta 22.10.06, 16h22.

⁹⁵ Recorte da coluna de opinião no Diário de Notícias, infelizmente sem data.

⁹⁶ Cerimónias militares do Dia de Portugal, 10.06.06

associada à ocorrência de alguma baixa. Talvez o facto de possuímos, hoje, umas Forças Armadas profissionalizadas, contribua para a inexistência de qualquer “ruído” ou “fricção” a propósito de tão assinalável facto. Por quem esvoaçam as bandeiras nas janelas?

Ora, no caso particular do Exército, a Arma de Engenharia parece particularmente apta para o cumprimento de uma função que estando implícita no quadro normativo e legal-constitucional que sobre elas impende, não é explicitada. De facto, constata-se que o cumprimento do serviço militar nos moldes em que, hoje mesmo, ele se desenvolve na Engenharia, fará porventura mais pelo fortalecimento do sentimento de unidade e solidariedade nacionais do que muitos dos famosos «kit’s de cidadania».

Para além disso, como pretendemos evidenciar mais adiante, respira-se uma atmosfera diferente em Engenharia. Vive-se um quotidiano atarefado, propiciador de elevados níveis de operacionalidade e prontidão, num convívio próximo com uma das mais vibrantes áreas do conhecimento humano e com conceitos e doutrinas essencialmente humanistas, arredias dos aspectos doutrinários de outras armas, o que, no seu conjunto, permitem adivinhar na Engenharia Militar uma ponta de lança na transformação da defesa, do exército e do próprio país.

3.3.2 – Corporativismo e tribalismo nas Forças Armadas

Pretende-se aqui atestar a consciência da existência dessas manifestações, procurando incorporá-las construtivamente na nossa equação. A singularidade do processo português não se esgota no facto de ter construído a *primeira aldeia global*⁹⁷, de ter constituído o primeiro poder global, ou no facto de ter dado o “pontapé de saída” para a 3ª vaga de democratização mundial no decurso do século XX, surpreendendo chancelarias, analistas, historiadores e politólogos (utilizando retroactivamente uma designação mais tardia), ao desafiar todos os paradigmas e conceptualizações teóricas e analíticas vigentes.

A propensão nacional para quadros merecedores da classificação de *case-study* é confirmada pelas características do corporativismo português, estudado por Schmitter.

⁹⁷ Page, Martin, 2003, *The First Global Village – How Portugal Changed the World*, 4ª ed., Notícias, Lisboa.

Este autor põe a nu a fraude que constituía o edifício do corporativismo, referindo que na reconstrução do sistema de intermediação de interesses organizados, na sequência do fulminante derrube das suas instituições de corporativismo estatal após a revolução, Portugal evoluiu no sentido da norma da Europa continental.

Não deixam de ser curiosas (mas na nossa modesta opinião, não suficientemente valorizadas pelo seu papel de pilar do regime) as referências à instituição militar no período autoritário que vai de 1933 a 1974: *Até aos anos 60 poder-se-ia descrevê-lo (ao processo geral de formulação de políticas), como um sistema centrado no poder executivo, altamente personalista, baseado numa coligação ou «corte», em que Salazar se rodeava de um conjunto de indivíduos da sua confiança ou amigos pessoais, cada um dos quais representava uma hierarquia funcional distinta: a Igreja, as Forças Armadas, a alta finança, a indústria, o professorado, a agricultura, as pescas, o partido governamental e a burocracia civil.*⁹⁸

Em nota de rodapé, a páginas 135, lê-se: (...) *um jornalista brasileiro analisou os conflitos que se desenrolaram em torno da recondução do almirante Américo Thomaz à Presidência da República. Segundo ele, as candidaturas concorrentes e a maior parte dos grupos de manobra provinham de facções das Forças Armadas (...). Mais adiante, a constatação: Os oficiais das Forças Armadas tiveram uma representação decrescente na Câmara (Corporativa) em termos proporcionais (...). Tinham uma representação maior na composição da Assembleia (Nacional).*⁹⁹

De qualquer forma, não nos interessa o “corporativismo” enquanto conceito ou doutrina. Interessa-nos antes a sua manifestação enquanto processo, no sentido em que pode identificar *uma defesa exclusiva dos próprios interesses profissionais por parte de uma categoria funcional*, ou ainda identificando *o que age segundo os interesses da categoria profissional a qual pertence, não considerando o todo social,*¹⁰⁰ mas também e fundamentalmente enquanto *manifestação de espírito de corpo ou de grupo.*¹⁰¹

E aqui, podemos identificar um processo externo e interno às Forças Armadas.

⁹⁸ Obra citada, p.133.

⁹⁹ Idem, p. 138

¹⁰⁰ Da entrada **corporativista** no Dicionário Houaiss, TomoVI, p.2425

¹⁰¹ Da entrada **corporativismo** no Dicionário Houaiss, TomoVI, p.2425

O primeiro verifica-se na interacção e correlação das Forças Armadas com outras instituições, sejam elas de poder, de soberania ou da sociedade civil. O segundo, que particularmente nos interessa aqui, verifica-se na interacção e correlação inter-ramos e inter-armas e manifesta-se naturalmente na disputa, por exemplo, do bolo orçamental da Defesa e da dotação de cada ramo/arma., mas também pela disputa, sempre pelos ramos e armas, dos lugares chave de decisão e poder militar, seja no acesso às carreiras de oficial-general, seja no acesso aos postos nos respectivos Estados-Maiores, ou no preenchimento, por rotação acordada entre os ramos, do posto de CEMGFA. Dir-se-ia que não é nada de novo e que não é muito diferente do processo que se verifica no sector empresarial, público ou privado.

Problemático é discernir, nos contornos dos procedimentos, o que é uma resultante directa de uma dinâmica de interacção e normal competitividade, ou, por outro lado, o que resulta de uma sociedade que *continua a ser intrinsecamente corporativa (...) no sentido que a mentalidade corporativa domina o funcionamento social.*¹⁰²

Telo, chama a atenção de que a *ideia relativamente normal em certas sociedades, de que a competência deve ser o critério único para avaliar os indivíduos e as instituições (...) é estranha à mentalidade corporativa.*¹⁰³ Por outro lado, desta mentalidade *resultam uma série de consequências práticas* e muito presentes no nosso quotidiano: *abundância de inveja; forma muito particular de viver as regras e a autoridade; relutância do comum dos mortais em respeitar as regras rígidas e abundantes, acompanhada pela geral permissividade pelo seu não-respeito por parte das autoridades; e mesmo a sinistralidade rodoviária, pela permissividade que vai suportando a ideia de que as regras existem para não ser respeitadas. Deixa ainda expressa a ideia, que ao nosso argumento muito diz, de que o corporativismo gera incompetência e complacência, impede a inovação, mata a qualidade, favorece o imobilismo, quando não a imbecilidade, reduz a capacidade de inovação.*¹⁰⁴

Outro aspecto que importa ter presente, e que confere algum dramatismo ao problema, é o facto das Forças Armadas constituírem uma instituição sobre a qual impendem graves responsabilidades constitucionais, que levam a exigir, mais do que pedir, o sacrifício supremo no cumprimento do dever e das missões.

¹⁰² Telo, *História Contemporânea de Portugal*, Vol. 1, p. 385

¹⁰³ Idem

¹⁰⁴ Ibidem pp. 387-391

Donde se deve imediatamente inferir o que é óbvio, mas deve ser afirmado: os militares não são funcionários públicos. Têm um estatuto e uma condição que os diferencia, que os distancia dos restantes agentes do Estado, se nos é permitida esta expressão.

Existe algum risco de confusão, que advêm não apenas da profissionalização das Forças Armadas e da sua entrada directa no mercado de trabalho, constituindo-se em efectiva alternativa de empregabilidade. Ele resulta, também, de um aligeiramento da carga negativa directamente associada ao risco, pela inexistência de ameaças tradicionais à paz e à soberania, e pelo aliciante das missões internacionais, maioritariamente em operações de apoio à paz, de risco reduzido e relativamente bem remuneradas. E se, não apenas de um ponto de vista sociológico mas também operacional, e por força de uma supremacia tecnológica que confere vantagem competitiva, o quadro tende para “zero mortes” no terreno (ainda que em missão de combate, de busca e contacto com hostis, já não inimigos, simplesmente), então, de facto, torna-se difícil não confundir a nobreza da missão das Forças Armadas com uma qualquer outra *profissão*.

Quanto à questão do tribalismo, recuperamo-la de Keegan (2006)¹⁰⁵, nos exactos termos em que este a formula. Se, quanto aos soldados, afirma não serem homens (e mulheres!) como os outros, lição que terá aprendido *ao longo de uma vida construída entre guerreiros*, já quanto aos exércitos, ele sustenta que são tribais, e o britânico a um grau extremo, a partir da sua experiência em Sandhurst: *Um general podia ou não ser admirado. A admiração não provinha das insígnias de posto superior. Era antes fruto da reputação que detinha como homem entre outros homens, uma reputação construída ao longo de muitos anos sob os olhos do regimento tribal. A tribo não era apenas constituída por camaradas oficiais, mas também por sargentos ou soldados rasos. «Não ter jeito nenhum com os soldados» era uma condenação definitiva. Um oficial podia ser esperto, competente e trabalhador, mas se os soldados não tivessem confiança nele nenhuma destas qualidades compensava. Não pertencia à tribo.*

Keegan refere ainda que a guerra é travada por homens cujos valores e competências não são os dos políticos ou diplomatas. São os de um mundo à parte, um mundo muito antigo que existe em paralelo ao mundo do dia-a-dia mas que não lhe pertence. Ambos os mundos

¹⁰⁵ *Uma História da Guerra*, p. 16.

mudam ao longo do tempo, e o mundo dos guerreiros adapta-se a par do civil. Porém segue-o à distância. A distância nunca pode ser colmatada, pois a cultura do guerreiro nunca pode ser a da civilização. Todas as civilizações devem as suas origens ao guerreiro; as culturas civilizacionais treinam os guerreiros que as defendem, e as diferenças entre as várias culturas tornarão os guerreiros de uma, muito diferentes, a nível da aparência, dos de outra. (...) Porém, em última análise, existe apenas uma cultura guerreira. A sua evolução e transformação no tempo e no espaço, desde o início da humanidade até ao mundo contemporâneo, é a história da guerra.¹⁰⁶

Temos bem presentes as profundas diferenças históricas e culturais que separam a sociedade castrense britânica da nossa própria, o que equivale a dizer que se impõem reservas num ensaio de extrapolação da ideia de Keegan para a nossa realidade, nos termos enunciados. No entanto, pensamos que, no essencial, é possível estabelecer pontos de contacto. E um deles é o da evolução e transformação, no tempo e no espaço, da cultura guerreira. Que é, tão-somente, uma das vertentes do processo da transformação da defesa. Outro ponto de contacto é o da evidenciação da história da guerra, actividade para a qual ninguém arriscará a postular um fim próximo, e que, por força da natureza humana, terá muitos próximos capítulos.

3.3.3 – Fragilidades estruturais e económicas

O actual processo de reestruturação e (re)adaptação das Forças Armadas portuguesas às novas exigências e desafios que se lhes colocam, desenvolve-se em conjunturas adversas: uma global, marcada por grande instabilidade, e uma nacional, demasiadamente exposta à primeira por via da incipiente estruturação do país, no sentido em que é verificável, no nosso entendimento, um funcionamento inadequado de algumas áreas de “comando e controlo” do estado, para além de clamorosas fragilidades, que os recentes protestos dos camionistas, a propósito do aumento dos combustíveis, vieram colocar a nu.

Quanto aos indicadores socioeconómicos, parece-nos útil, cingindo-nos apenas ao nosso século XX, recuperarmos um conjunto de exemplos, devidamente datados:

¹⁰⁶ Idem, p.17.

*Em 1913, a distância que nos separava dos países mais ricos era provavelmente maior do que jamais tinha sido. (...) De tal modo que, Portugal estava, em termos de desenvolvimento económico, na cauda da Europa. Na linguagem da época, era «uma nação decadente».*¹⁰⁷

*Em 1960 (...) apesar de progressos significativos no decurso da década anterior, as características da economia nacional eram ainda então de claro subdesenvolvimento: o rendimento nacional per capita correspondia apenas a cerca de um terço do dos países mais prósperos da Europa; a agricultura ocupava cerca de 45% da força de trabalho; (...) o baixíssimo nível de vida de grande parte da população era revelado por múltiplos indicadores (carências alimentares não só qualitativas, mas também quantitativas; elevado número de mulheres e crianças descalças; altas taxas de mortalidade infantil; baixas percentagens da população com acesso à electricidade, a serviços de saúde, à protecção de segurança social, ao ensino secundário e mesmo, por vezes, ao ensino primário, etc.).*¹⁰⁸

Já que estamos em 1960, recordem-se os níveis de literacia registados neste ano: 34% de analfabetos e 29% sem grau de instrução, totalizando 63% da população. Dez anos depois, em 1970, já em plena primavera marcelista os números eram de 25% de analfabetos e 6% sem grau de instrução, totalizando 31% da população.¹⁰⁹

Em 1986, ano da adesão portuguesa à então CEE, eis o retrato que Hans Magnus Enzensberger faz de Portugal, no ensaio *Europe, Europe*, (Londres, 1989) citado por António Barreto¹¹⁰: *Se as estatísticas fossem verdadeiras, os Portugueses estariam quase todos mortos. Trabalhadores a receber salários com atrasos de nove, doze ou quinze meses; pensionistas obrigados a sobreviver com sessenta dólares (nove mil escudos) por mês; desempregados que não recebem o respectivo subsídio; camponeses que retiram uma miserável subsistência de minúsculas parcelas de terra: tudo sugere uma desgraça sem paralelo na Europa. De que vive esta gente? E, no entanto, ninguém grita, ninguém dispara, ninguém morre de fome. Este é o milagre português: um milagre negativo. As estatísticas são um desastre mas não é esse o ponto. Acontece que o sentido do fantástico, próprio dos Portugueses não é apenas uma aberração romântica. Está poderosamente presente no*

¹⁰⁷ Reis, Jaime, 1993, *O atraso económico português – 1850/1930*, INCM, Lisboa, pp. 9-11. É precisamente em 1913 que o nosso aliado inglês aceita discutir com a Alemanha um pacto secreto de divisão das colónias portuguesas em África, o que leva Madrid a equacionar a nossa anexação na Península Ibérica.

¹⁰⁸ *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*, 1996, ICS, Lisboa, pp. 233-363

¹⁰⁹ Quadro 3.03 da lista de tabelas disponibilizadas pela obra *Situação Social em Portugal- 1960/1995*, António Barreto (Org.), Lisboa, ICS-UL, 1996.

¹¹⁰ Na apresentação de *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, ICS, Lisboa, 1996, p. 27.

quotidiano e transforma-se num modo de vida. O produto nacional bruto é, em comparação, uma químera abstracta; e a economia oficial, na qual acreditam Bruxelas e o Banco Mundial, uma mera sombra. As pessoas vivem de três ou quatro empregos numa economia subterrânea multiforme, de hortas alugadas que nunca foram registadas, da troca directa de bens e da entreaajuda familiar.

Hoje, vivemos novamente um período de crise, agravada pela conjuntura internacional, pela crise do *sub-prime* americano e pela crise dos combustíveis e dos alimentos.

No que ao objecto deste trabalho diz respeito, parece-nos interessante rematar este capítulo com o aparente desconcerto entre a tutela e o CEME, aquando das comemorações do Dia do Exército, em 21.10.07, que a Lusa entendeu titular: *Atrasos no reequipamento devem-se a problemas técnicos e não orçamentais.*

*Leiria, 21 Out (Lusa) - O ministro da Defesa Nacional, Nuno Severiano Teixeira, garantiu hoje em Leiria que **qualquer atraso** na modernização do equipamento militar **dever-se-á a questões técnicas e não orçamentais.***

(...) Actualmente, há "vários programas que estão a ser executados" de acordo com a Lei de Programação Militar (LPM), mas têm-se verificado "contratempos técnicos" que nada têm a ver com constrangimentos orçamentais, garantiu.

*(...) Por seu turno, o chefe de Estado-Maior do Exército, o general Pinto Ramalho, defendeu a **urgência** que existe em relação à **aquisição** de helicópteros, uma solução que vem alargar a capacidade operacional deste ramo militar.*

*(...) As actuais "**dificuldades e restrições orçamentais**" são encaradas pela hierarquia "como uma situação conjuntural, não nos faltando espírito para as compreender e enfrentar", acrescentou.*

De lá para cá a *situação conjuntural* agravou-se, pelo que resta esperar que se mantenha o *espírito*.

3.3.4 – Transformação da defesa no caso português

Nesta abordagem introdutória à questão, realçamos a importância de se que revestem para o desenvolvimento deste trabalho (nomeadamente no que toca ao capítulo seguinte) as *breves considerações* que Telo (2006), fiel à sua linha de pensamento, tece a propósito das diferentes visões e patamares de “transformação de defesa”, debaixo do esclarecedor título “*PROBLEMAS, PROBLEMAS, PROBLEMAS...*”.¹¹¹ Sinteticamente, aqui ficam apenas os respectivos e elucidativos subtítulos: *Tecnologia ou visão? - Ele há transformação e transformação... - Transformar agora ou depois? - Transformar ou fingir que se transforma? - Grandes ou pequenos? - Transformar de forma integrada? - Por onde começar?*

Propomos que, neste ponto, se retenha que estamos perante um processo – *movimento de grande envergadura e duração* – que procura a *adaptação da segurança e defesa* a outro processo – também ele de grande envergadura e duração, mas mais vasto e abrangente - que é a *transição da sociedade industrial para a da idade da informação*. De qualquer forma, parece-nos efectivamente (é essa a base do nosso trabalho) que, no nosso caso, a Engenharia Militar pode constituir um dos catalizadores do processo de transformação, o qual é dotado de uma dinâmica própria, que procura acompanhar a de carácter mais universal, em interacção nem sempre clara ou efectiva. Ser ou não ser, eis a questão!

Neste particular, Mendes Dias, chama a atenção para uma “cautela conceptual” que entende dever existir a propósito do conceito de «Transformação da Defesa», sustentando que, para o caso português, pela sua especificidade e existência de componentes militares e não militares, se deveria utilizar a expressão «Transformação da Defesa Militar»¹¹². Pensamos que o facto de ocorrerem no mesmo momento, mas em registos ou planos distintos, processos de transformação formal, orgânica e tecnológica, constitui “apenas” mais uma das nossas especificidades. Esta situação deve merecer alguma atenção, pois em dado momento, pode ocorrer alguma confusão com aspectos que se prendam mais com uma ou outra transformação, tornando algo caótica a escolha dos rumos e a definição formal e aplicação dos princípios enformadores do conceito estratégico nacional.

¹¹¹ *Transformação da defesa ou revolução militar?*, pp. 36-41.

¹¹² Já citado *O Exército e a Transformação da Defesa*, p. 10

No caso do Exército, a concretização da transformação em curso, *seleccionou o caminho do primado de uma Força Operacional (FOPE) com as valências de projecção, da mobilidade, da prontidão, da modularidade, e da capacidade de planeamento e execução também em ambiente internacional, conjunto e combinado. O núcleo é constituído por três unidades de escalão Brigada (Brigada Mecanizada, Brigada de Intervenção e Brigada de Reacção Rápida), complementadas com uma unidade de Aviação Ligeira do Exército (UALE) e por outras unidades pertencentes aos sistemas de manobra, de apoio de combate e de apoio de serviços, para além das forças especiais (Dias [et al.], 2006, p.101).*¹¹³

A realidade presente do desenvolvimento universal (ou pelo menos no mundo ocidental) da actividade militar, evidencia:

- Uma vaga de inovação militar;
- Avanços tecnológicos no domínio da informatização e miniaturização de equipamentos;
- Noção do valor estratégico da informação e correspondente conceito associado de superioridade de informação;
- A infocentralização e digitalização do espaço de batalha, com a correspondente aplicação do conceito de guerra em rede – operações centradas em rede;
- Crescente interpenetração das áreas civil e militar, visando capacidades e competências acrescidas na componente operacional ao nível estratégico mas também ao nível tático.

Um país pequeno, com fracos recursos e grandes fragilidades estruturais, deve apostar em quê? Com que estratégia? Os especialistas vão alertando para algumas das vertentes do problema, porque elas nem sempre são claras, e nem sempre estão conscientemente presentes na discussão.

Ângelo Correia, assinala que (...) *o peso da tradição, o modo como organizámos a vertente militar, a localização geográfica, a nossa inserção em espaços políticos e político-securitários, praticamente determinam a “opção” a respeitar, pelo que, mais do que discorrer sobre hipóteses parece-me mais adequado assumir com toda a clareza os traços caracterizadores da **nossa “opção”**. (...) Os EUA devem ser uma referência - são sempre uma referência para tudo - incluindo as transformações que aí ocorrerem. Estas devem ser fonte de meditação para Portugal e não de pura réplica. (...) Portugal é Portugal e as suas*

¹¹³ Idem, pp. 16-17, nossos sublinhados.

*circunstâncias, e estas são a sua articulação com a Europa e a NATO. Ou seja, em termos de meios militares e de segurança, respondemos àquilo que são as nossas necessidades e às daqueles países, ou organizações com que estamos ligados. E isto diz tudo. Poder-se-ia pôr a questão: são coincidentes ou antagónicas? Parece-me óbvia a resposta. Em geral coincidem e são por isso sobreponíveis.*¹¹⁴

António Telo avisa que “*um estado que não se faça ouvir num nível superior de decisão, tem a sua soberania limitada e amputada. É por isso que, hoje mais do que nunca, a independência e a soberania nacional, entendidas num conceito moderno, dependem da capacidade de criar forças que estejam ao nível de exigência dos aliados, mesmo que sejam numericamente reduzidas. Quem não tiver forças de nível um, não terá voz a esse nível. (...) Qualquer pequeno poder está em larga medida condicionado às tecnologias e soluções desenvolvidas aliados e que estes queiram partilhar.*”¹¹⁵

Partilha parece ser uma das palavras-chave no nosso caso (as outras poderão muito bem ser inovação e criatividade). Porque de uma negociação se trata e de uma negociação cujos termos estão em permanente avaliação, quando não recomposição. A nossa disponibilidade para integrar operações internacionais, ainda que com efectivos *numericamente reduzidos*, para além do cumprimento das nossas obrigações para com os nossos aliados, arrasta como contrapartida, ainda que o seja meramente operacional, o acesso e a partilha de meios e recursos avançados. A actuação em ambiente internacional, conjunto e combinado, como é o caso do Afeganistão, muito para além da demonstração formal da capacidade das nossas forças e da afirmação da sua mais-valia no plano táctico e operacional, pode constituir um aporte significativo ao nosso processo de transformação.

Como constata Victoria Nuland¹¹⁶, *a verdade é que os nossos militares no Afeganistão já estão a utilizar sistemas comuns de comunicação e de logística, porque não é possível que vinte e seis Aliados e onze Parceiros operem juntos de outra forma. A Aliança reconheceu este facto, que os comandantes também têm sublinhado.*

¹¹⁴ Correia, Ângelo, *Opções e Transformações na Segurança e Defesa Nacional*, in Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa, AM/IAEM, 2004, pp 205-220.

¹¹⁵ *Portugal e a Transformação da Defesa*, pp. 31-33.

¹¹⁶ *A missão da OTAN no Afeganistão: pôr a teoria em prática*, Notícias da OTAN – Inverno 2006, consultado em <http://www.nato.int/docu/review/2006/issue4/portuguese/art3.html>, em 09.06.07, 15h00. Victoria Nuland é a Representante Permanente dos Estados Unidos junto da OTAN.

Ora, as necessidades elencadas pelas hierarquias e tutela política das Forças Armadas, no âmbito da sua reorganização e reapetrechamento são, não apenas compagináveis com os princípios e filosofia da transformação da defesa em curso, como por eles quase integralmente solucionadas – *aligeiramento das forças; aumento do grau da exigência qualitativa dos recursos humanos; diminuição dos efectivos, material e equipamento necessários; acréscimo de capacidades.*¹¹⁷ Entretanto, não deve ser desvalorizado que em paralelo a este processo, se assiste como que a um equilíbrio nos papéis formais e simbólicos de homem e máquina, pela constatação de que, até agora, *paradoxalmente, perante os desenvolvimentos ao nível da mecanização, da aviação e da capacidade submarina, o elemento humano constituía, o parente pobre, quer do ponto de vista tecnológico, quer da execução estratégica.*

Henratin¹¹⁸ propõe que este volte-face na valorização do papel do soldado se encontra enraizado numa combinação complexa de evoluções políticas, sociológicas, tecnológicas e militares, *modificando tanto as suas missões como a sua (auto) representação.* Esta parece ser uma das poucas facetas do problema que vem ao encontro das condições e especificidades do problema português, o que talvez resulte um pouco mais claro através da análise do quadro seguinte, onde procurámos distinguir, pelas suas especificidades, o processo (subentenda-se o soldado) norte-americano do europeu:

	Estados-Unidos	Europa
Escalão Etário	Média bastante jovem	Pessoal mais experiente
Valorização da componente tecnológica	Muito forte Hiper-especialização	Pragmática Algum atraso técnico Maior sentido tático Rusticidade
Modelo simbólico de auto-representação	“Guerreiro” “Soldado Universal”	Militar Actor de R.I.
Perspectiva macro	“Guerra selvagem pela paz”	Manutenção de paz
Modelo de actuação	Tecno-barbarização	Dissuasão, mediação
Visão do campo de batalha	Tecno-centrada Soldado integra sistema de arma	Humano-centrada Privilegia a rusticidade e inteligência tática

119

¹¹⁷ Idem, adaptado.

¹¹⁸ Henratin, Joseph, *Le soldat, révélateur des armées*, in DSI – Défense & Sécurité Internationale, nº 18 – Septembre 2006, p. 80, tradução livre.

¹¹⁹ Tabela construída com base nos dados fornecidos por Henratin, no artigo citado.

O soldado português parece encaixar como uma luva no perfil europeu, isto sem considerar, sequer, a importante mais-valia que constitui para o conjunto das Forças Armadas nacionais a ainda (muito) recente e dilatada experiência operacional em teatro de operações. Confirmando esta ideia, Telo, constata que *a mudança e a inovação são palavras-chave do novo espírito militar. (...) Neste campo, qualidades que normalmente se associam aos portugueses, como a versatilidade, capacidade de diálogo e improvisação, serão particularmente importantes, o que é uma vantagem relativa.*¹²⁰

O quadro universal de desenvolvimento do processo de transformação da defesa, resulta de uma combinação complexa de evoluções políticas, económicas, sociológicas, tecnológicas e militares. A aplicação prática do conceito, coloca problemas de selecção de prioridades nacionais, regionais e institucionais, de definição de estratégias a médio/longo prazo, de pesquisa, desenvolvimento, teste, partilha (mitigada ou não) de conhecimento, estabelecimento de parcerias, adaptação e integração de estruturas civis e militares.

No caso português agudizam-se, tornam-se mesmo dramaticamente críticos, os aspectos acima referidos, pelo contexto de crise generalizada e continuada em que se encontra mergulhada a sociedade portuguesa. Por outro lado, parece claro que o Portugal integrado na Europa – um pequeno poder com aptidões para o exercício de pequenos mas decisivos papéis, numa companhia mais vasta e recheada de *individualidades* – começa a assumir um protagonismo que o vai gradualmente libertando da imagem de país atrasado e rude. Nuno Severiano Teixeira (2006) realça *o abandono da posição tradicional de consumidor líquido de segurança internacional e o assumir de uma posição activa de produtor de segurança internacional, com tudo o que isso significa, ao nível do prestígio internacional do país e da credibilidade externa do Estado.*¹²¹

Forças Armadas modernas, conquanto de reduzida dimensão, mas dotadas de capacidade operacional – entenda-se de meios humanos e materiais ao nível dos desafios decorrentes das missões constitucionais e da integração em organizações políticas, político-militares e militares – constituem portanto um importante pilar de afirmação, não apenas da soberania, mas também da nossa imagem externa, da nossa identidade nacional e da nossa forma de estar no mundo, em tempos de aparente desvalorização e desvanecimento destas.

¹²⁰ Portugal e a Transformação da Defesa, p. 37

¹²¹ A Democracia, a Defesa e as Missões Internacionais das Forças Armadas, p. 89.

Porque as Forças Armadas são um espelho do país, porque elas integram a sociedade e dela emanam. E também porque *o soldado revela o exército*.¹²²

Com o fim do Serviço Militar Obrigatório, as Forças Armadas viram consumado o seu *downsizing*. Com a necessidade de estabelecimento de parcerias ao nível da formação, da investigação e da indústria, elas aderiram ao *outsourcing*. E isto, muito para além da apropriação já datada do jargão económico e empresarial, constitui prova clara de que está em curso uma revolução dos assuntos militares, que acompanha a evolução da sociedade e que levará a uma transformação da defesa em Portugal. Mendes Cabeçadas era claro no aviso: às Forças Armadas *serão requeridas aptidões para actuar em toda a tipologia de conflitos, e capacidade para interoperar com os seus congéneres. Isto pressupõe uma organização mais eficaz e eficiente, liderança superior, treino de qualidade, e armamentos e equipamentos tecnologicamente modernos e compatíveis*.¹²³

Ora, precisamente, um dos aspectos sempre presentes quando se aborda a questão da Transformação da Defesa é o da inovação, imediatamente associado ao da tecnologia. Significa isto que a inovação é essencialmente tecnológica? Socorrendo-nos de um artigo de Vítor Corado Simões,¹²⁴ onde este investigador propõe seis teses sobre inovação, podemos afirmar que não necessariamente. Corado Simões elenca três aspectos determinantes da denominada Economia do Conhecimento: rendimentos crescentes; transacções sobre informação em relação de partilha e não de troca; capacidade de interpretar criativamente a informação disponível.

Retemos *transacções sobre informação em relação de partilha*, pela importância estratégica que o racional inclui e pelo que ele implica ao nível da necessidade de adequação de estruturas e mentalidades. E interessa-nos particularmente o último aspecto, *capacidade de interpretar criativamente a informação disponível*, pelo que ele implica ao nível de uma cultura de inovação e criatividade, naturalmente ancorada na canalização, processamento e exploração da multiplicidade de perspectivas, observações, *inputs*, produzidos em todos os níveis e sectores de uma dada estrutura. Acresce o facto da optimização desta actividade depender da transversalidade daquela capacidade ao nível da organização.

¹²² Henratin, título do artigo citado.

¹²³ CEMGFA, discurso citado.

¹²⁴ *No limiar de um novo milénio: seis teses sobre inovação na economia do conhecimento*,

Já Beja Eugénio (2007), afirma que *no âmbito restrito militar, inovação pode ser uma novidade nos seguintes elementos: tecnologia, doutrina, organização, liderança, formação e treino, política de pessoal, infra-estruturas, ou combinação de alguns destes elementos.* Aponta ainda os processos de inovação como *um exercício de gestão e de redução da incerteza.*¹²⁵

Tendo em vista a abordagem ao caso português, ensaiámos uma sistematização do que admitimos poderem ser as condicionantes mais relevantes no nosso caso concreto, bem como o tipo de resposta e o tipo de problemas colocados pela transformação da defesa:

Quadro de partida	Aspectos críticos	Objectivos
Crise generalizada da sociedade portuguesa	Definição de prioridades nacionais e sectoriais. Estratégia clara e informada. Defesa Nacional como elemento alavancador/coadjuvante da indústria, da economia e da auto-estima.	Modernização; Sociedade da Informação; Investimento em R&D. Choque tecnológico; Partilha e permuta de <i>know-how</i> .
Crise de valores	Superação pela articulação entre identidade nacional, investigação e desenvolvimento, afirmação e explicação de um Portugal actor no plano das relações internacionais, dentro do quadro conceptual europeu, em harmonia com terceiros países amigos/aliados, mas diferenciando-se pelas qualidades intrínsecas do soldado português e pela sua bagagem histórica e simbólica.	Integração no <i>mainstream</i> com adição de mais-valia. Criação de força Nível 1. Capacidade operacional nos desígnios nacionais. Valorização simbólica. Suporte ao estatuto de actor internacional..
Fim do SMO	Redução drástica nos efectivos. Fim da “muita mão-de-obra barata”. Quadro mais vasto da reorganização/modernização das Forças Armadas.	Profissionalização; Maior especialização e capacidade operacional; Rácio custo/benefício mais evidente; Renovação imagética; Atractividade.

Incluímos aqui a já antes referida constatação de que, a mais meios e pessoal, não corresponde necessariamente melhor e maior operacionalidade. Dela nos deu conta o Tenente-Coronel. Martins Costa, referindo que, encontrando-se a frequentar um curso de construção de vias em Espanha, foi em dado momento surpreendido por uma elevada concentração de meios e pessoal no terreno. Indagando das razões, foi-lhe transmitido que tal se devia à necessidade de reparação de um troço com cerca de 150 metros de comprimento.

¹²⁵ *Inovação e Defesa*, pp.36-37.

Pela sua experiência, estranhou o volume dos meios empenhados e o facto da operação ser comandada por um tenente-coronel, que a dado momento dava ordens ao sargento manobrador de uma moto-niveladora. Sendo que cada equipamento tinha o seu manobrador ou condutor específico.

Na organização portuguesa, seria um sargento no lugar do oficial e uma praça no lugar do sargento. Àquele bastaria dar as necessárias indicações à praça, para que esta desenvolvesse autonomamente a sua tarefa. Esta, pela abrangência e qualidade da sua formação, opera, com competência e igual grau de autonomia, qualquer equipamento de que a força disponha. Chama-se polivalência, esta qualidade que tantas vezes é desprezada ou minorizada. E chama-se capacidade operacional a característica que ela confere numa força de engenharia.

4 – O quadro actual da Engenharia Militar Portuguesa

Criada por decreto de D. João IV, em 1647, mas presente, *através das técnicas e dos meios que lhe são próprias, no esforço de afirmação da nacionalidade que marcou o período da primeira dinastia e também, de forma muito impressiva na expansão ultramarina e sobretudo no estabelecimento da presença portuguesa nos novos territórios,*¹²⁶ a Arma de Engenharia é hoje servida por 1523 efectivos, com a seguinte distribuição: 136 oficiais, 388 sargentos, 938 praças e 61 civis.¹²⁷

Para um objectivo estrutural do Exército de 24 600 efectivos, incluindo oficiais, sargentos, praças e funcionários civis (após uma redução de cerca de 50%, com igual expressão na arma, após a reestruturação das Forças Armadas com o fim do Serviço Militar Obrigatório e o início do processo de profissionalização), a Engenharia representa 6,2% do total dos efectivos. Importa aqui sublinhar que, pela sua especificidade e ambivalência, a Engenharia é a única arma:

- **Com duplo encargo operacional**, isto é, para além de exercer as suas missões de combate específicas – apoio à mobilidade, à contra-mobilidade, apoio à protecção – e o apoio geral de engenharia, ela pode ser chamada a combater como unidade de

¹²⁶ Do louvor constante em Portaria CEME de 31.03.07, in Ordem do Exército nº 5, 1997, 1ª série, pp. 86-88.

¹²⁷ Dados recolhidos junto do Gabinete CEME.

infantaria¹²⁸. (A **própria EPE** – Escola Prática de Engenharia tem **um duplo encargo que é único** no quadro das unidades-escola: para além de ministrar a formação na área, assegura a operacionalidade de um Batalhão de Engenharia, em ordem a garantir a prontidão de: 1 Companhia de Pontes, 1 Companhia de Defesa NBQ, 1 Pelotão de Engenharia do Batalhão de Apoio Aeroterrestre e um Grupo de Equipas EOD);

- **Certificada para ministrar formação** com base em protocolos estabelecidos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- **Com responsabilidades no apoio às autarquias**, no âmbito de protocolo específico;
- Que, no âmbito da **colaboração com o SNBPC**, tem acordos no âmbito dos Planos Lira (fogos) e Aluvião (cheias). Existe ainda um protocolo com a Direcção-Geral dos Recursos Florestais, através do Plano Vulcano (prevenção de fogos nas grandes manchas florestais do País).

Dada a exiguidade dos seus recursos e dimensão, face à multiplicidade de tarefas que lhe podem ser cometidas, parece resultar evidente um desequilíbrio que mais não será, bem vistas as coisas, do manifestação do desequilíbrio endémico nos mais diversos sectores de actividade nacionais. Este é mais ou menos problemático e acarreta mais ou menos consequências, consoante o grau de visibilidade e escrutínio do sector. Mas aqui, estamos perante um problema de operacionalidade de uma área que muito contribui para a imagem e prestígio do país (de qualquer país) no sistema internacional, para além de constituir a nossa garantia de salvaguarda da soberania e independência. E estamos perante uma área de conhecimento e actuação que se assume como instrumento da política externa nacional, mas à qual não foi ainda reconhecida, internamente, o seu papel na formação, coordenação e gestão da protecção civil, como acontece em sociedades mais estruturadas.¹²⁹ De referir ainda, a título informativo, que enquanto em alguns casos, como o português, a Engenharia viu autonomizarem-se e/ou desaparecerem capacidades como as transmissões e os sapadores de caminhos-de-ferro, noutros, como é o caso espanhol, elas permaneceram ou foram mesmo potenciadas.

A partir da informação disponibilizada no sítio do Exército, podemos perceber quais as grandes unidades de Engenharia e respectivos encargos operacionais:

¹²⁸ Em princípio, apenas os sapadores e em missão defensiva. Manual de Operações de Engenharia do IESM, pp. 1-12/1-13.

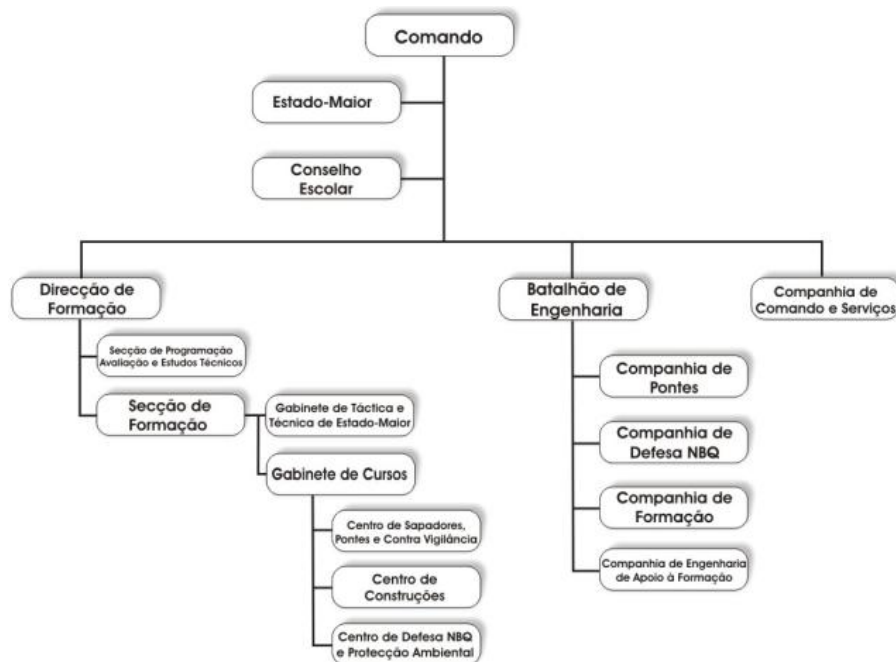
¹²⁹ Como decorre do trabalho, é o caso da Suíça, mas também e de forma talvez mais evidente, o caso da França.

Escola Prática de Engenharia

MISSÃO DA EPE - Ministra tirocínios, estágios e cursos de formação, promoção e qualificação na área de Engenharia e outras superiormente determinadas, para a formação de Oficiais, Sargentos e Praças do Exército. Apronta uma Companhia de Pontes, uma Companhia de Defesa NBQ, um Pelotão de Engenharia e Grupo de Equipas EOD.

*POSSIBILIDADES - Ministrar formação de acordo com as directivas do Comando de Instrução e Doutrina; Ministrar formação a outros membros de entidades militares e civis venham a ser estabelecidos; Garantir a prontidão de: Uma Companhia de Pontes; Uma Companhia de Defesa NBQ; Um Pelotão de Engenharia do Batalhão de Apoio Aeroterrestre; Grupo de Equipas EOD.*¹³⁰

No caso da EPE, incluímos o respectivo organigrama¹³¹ pela demonstração da singularidade que encerra - o Batalhão de Engenharia, a sua componente operacional e (nosso entendimento) embrionária dos desenvolvimentos que vierem a ocorrer.



¹³⁰ Nossos sublinhados, o presente e os seguintes.

¹³¹ Disponível em <http://www.exercito.pt/portal/exercito/ specific/public/allbrowsers/asp/projuorg.asp?stage=1>

Regimento de Engenharia nº1 – Lisboa/Pontinha

MISSÃO - Apronta uma Companhia de Engenharia; assegura o apoio de Engenharia às Zonas Militares dos Açores e da Madeira e ao Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil; à ordem apronta uma Companhia Geral CIMIC.

POSSIBILIDADES - Garantir a prontidão de uma Companhia de Engenharia e à ordem uma Companhia CIMIC; Assegurar o apoio de Engenharia às Zonas Militares dos Açores e da Madeira, mantendo um Pelotão de Construções em destacamento permanente nos Açores; Assegurar a integração e coordenação de meios em apoio do SNBPC; Colabora em acções no âmbito das outras missões de interesse público, conforme lhe for determinado.

Regimento de Engenharia nº 3 – Espinho

MISSÃO - Apronta duas Companhias de Engenharia.

POSSIBILIDADES - Garantir a prontidão de duas Companhias de Engenharia; Colaborar em acções no âmbito das outras missões de interesse público, conforme lhe for determinado; Cumprir outras missões ou realizar outras tarefas que lhe sejam atribuídas superiormente.

Este é, portanto, o universo formal da nossa Engenharia, conquanto não reflecta a componente orgânica das brigadas, nomeadamente da brigada mecanizada. Para além da sua diminuta dimensão, ressalta a abrangência e indefinição das designadas “possibilidades” dos dois regimentos. Em linguagem popular, dir-se-ia que é tudo e é nada, ou que “não é peixe nem é carne”. Naturalmente esta é uma condição de meio-termo, que vai deixando em aberto as duas linhas possíveis de desenvolvimento da situação: crescimento estrutural da arma, com o desenvolvimento de novas atribuições e capacidades, ou a sua confinação a um papel e uma dimensão pouco mais do que simbólicos.

Devemos frisar que, da aproximação que realizámos ao ambiente da nossa Engenharia, no terreno, ficámos com a muito forte sensação de que existe uma grande serenidade e uma expectativa contida no espírito do corpo de oficiais da arma com que contactámos, e que admitimos alicerçadas em dados muito concretos:

- A noção, mais do que do cumprimento do dever, de o saber bem cumprir;
- O crescimento do leque de missões que exigem capacidades específicas da arma e outras, de recente factura, que ela, melhor que outras, pode enfrentar;

- A constatação de que, salvaguardadas as respectivas especificidades e face a todos os condicionalismos que afectam o país e as suas Forças Armadas, dificilmente se encontram, mesmo entre as unidades ditas de 1ª linha, tão elevados níveis de efectiva operacionalidade;

Existe uma questão que é para nós particularmente importante e que estará na origem de um espírito de corpo particularmente impressionante. Antes ainda de a abordar, colocamos duas reservas prévias. A primeira, porque não podemos afirmar categoricamente que o aspecto que vamos abordar é exclusivo da arma e da unidade que visitámos, tão só porque não conhecemos a globalidade do universo das nossas unidades militares.

A segunda, porque não reclamamos uma particular aptidão para perceber, em tão pouco tempo e para lá do registo necessariamente superficial das palavras e da postura pontual dos nossos interlocutores, uma estruturação de princípios, pensamento, organização e acção, tão distinta e invulgar para o observador, face aos seus adquiridos e pré-conceitos. No entanto, algum treino e ferramentas que a nossa formação antropológica permitiu colocar ao serviço deste trabalho, associados a uma razoável dose de desfaçatez na abordagem, procurando desarmar e desconstruir o racional militar comum, permitem formular a questão com alguma segurança.

E esta reside na surpresa muito positiva do reconhecimento tácito da importância estrutural do quadro de sargentos e, mais ainda, do reconhecimento da importância das praças, pela sua preparação, capacidade e versatilidade, no esforço da unidade e da arma. Aliás, a expressão exacta, que por tão repetida quase parecia ensaiada, ia no sentido de que atribuída uma missão e dadas as ordens por um oficial, o sargento *toma conta de uma qualquer frente de trabalho, transmitindo as necessárias indicações aos praças que as executam quase “de olhos fechados”*, em tempo útil e sem falhas. De “olhos fechados”, foi a expressão que mais ouvimos da boca dos diversos oficiais e ela só poderia denotar orgulho no nível de operacionalidade dos comandados.

Isto por si só parece remeter para algo semelhante a uma inversão do quadro simbólico e da hierarquia de valores informais que se respira tradicionalmente em meio militar. Confessamos que chegámos a ser provocadores, em ordem a procurar perceber se estávamos perante uma artificialidade do discurso, ou se eram genuínos os sinais percebidos.

E o resultado pareceu-nos absolutamente fidedigno. Todos sem excepção realçaram o orgulho que tinham, enquanto militares e oficiais, nos seus homens e mulheres. E não deixámos de verificar aqui e ali, no quotidiano da unidade, as marcas de um relacionamento que se percebe diferente. Este conjunto de dados, está certamente na origem da ideia plasmada na avaliação que muitos oficiais, de outras armas, fazem do pessoal de engenharia: *eles têm a mania que são diferentes. Os praças têm a mania que são sargentos, os sargentos têm a mania que são oficiais e os oficiais têm a mania que são civis.*

Não deixámos de confrontar todos e cada um dos nossos interlocutores com este “dixote”. Todos anuíram que, para além de um conjunto de implícitos de ordem corporativista, uns mais redutores ou desvalorizadores que outros, existia alguma razão de ser nesta avaliação, a qual, se bem percebida, radicava na preparação e capacidade do pessoal de engenharia que, associada à sua diminuta expressão em efectivos, levava à já referida assumpção, por parte dos sargentos da arma, do comando efectivo de uma ou mais frentes de trabalho. Naturalmente este comando é exercido sob a coordenação pontual de um oficial, o qual, no entanto, não está necessariamente presente, como já se percebeu.

Isto implica que, na prática e muito para lá da sua reconhecida e transversal importância orgânica, o sargento age formalmente como o elo da cadeia de comando presente e, informalmente, perante outras entidades (como o designado “dono da obra” ou os seus representantes, no caso de trabalhos no âmbito de protocolos), como o graduado representante do comando e da instituição militar. Aos “incómodos” e estranheza que esta situação pode suscitar noutras áreas e armas, responderam os inquiridos com a demonstração dos elevados níveis de capacidade, disciplina e responsabilidade que é dada pelo seu pessoal, como se verifica em território nacional e no cumprimento de missões no exterior.

Este é um argumento desarmante para qualquer crítica ou insinuação de menor representatividade do ancestral espírito militar, por parte do pessoal de engenharia. Não apenas resulta errado do ponto de vista histórico, como sabemos bem que disciplina e responsabilidade são dois valores fundamentais na sociedade castrense. São fundamentais e determinantes para a avaliação de uma qualquer unidade militar. Não são as armas ou os sistemas de armas que definem o espírito de uma unidade militar, estas antes determinam, enquanto instrumentos ou ferramentas, as suas funções e missões.

E é fácil de perceber que uma qualquer unidade militar que apresente baixos níveis de disciplina e responsabilidade, mais não constitui, na prática, do que um bando armado.

Acresce que encontrámos em Engenharia outras marcas do exercício da função militar em total e reiterado respeito pelos valores e símbolos nacionais. É o caso da evocação do orgulho na forma portuguesa de estar no mundo, na afirmação dos nossos valores civilizacionais e culturais no contacto com outras realidades sociais e geográficas, enquanto dá provas inequívocas de capacidade e desempenho no cumprimento das missões confiadas.

Mas é também o amor à bandeira e ao seu simbolismo, que todos cultivam e que um oficial¹³² sintetizou tão bem e sem hesitar uma fracção de segundo, em resposta à pergunta: “Mas faz sentido investir na cooperação técnico-militar (nestas condições)? *Sabe, é a nossa bandeira que ali vemos. Ali estamos nós e a nossa bandeira e isso faz todo o sentido e faz esquecer as agruras do processo. A presença da bandeira significa muito para nós.*”

Pessoal de engenharia e uma bandeira nacional, seja no Líbano (executando as missões confiadas no âmbito do mandato da força conjunta internacional da ONU), seja nos PALOP's (no âmbito de acordos bilaterais ou no âmbito da CPLP), constituem um binómio extraordinariamente valioso no quadro da política externa e da afirmação internacional de Portugal. Até porque, as missões, que incidem essencialmente sobre aspectos organizacionais, de reabilitação de infra-estruturas militares e de formação de quadros e praças, são levadas a bom porto.

Pensamos que podemos avançar para outras questões, dando como resolvida esta da eventual menorização da Engenharia face às restantes armas, bem como do seu pessoal, perante os restantes militares. Com maior capacidade circunstancial nas tarefas de apoio geral, entenda-se nas construções horizontais (edifícios de variado tipo e dimensão) e/ou verticais (vias de comunicação e redes de distribuição), mas também com competência e capacidade no apoio à manobra, ao combate, assim lhe sejam conferidos os meios necessários, a Engenharia está, sem dúvida alguma, particularmente bem posicionada para enfrentar as novas missões e os decorrentes novos compromissos que se adivinham.

¹³² Ten.-Cor. João Pires, 2º Comandante da EPE. Entrevista em 05.03.2008.

Naturalmente, a Engenharia não constitui, nem constituirá jamais, uma força combatente de 1ª linha, fazendo sentido reafirmá-lo neste ponto do trabalho, até porque não estamos, nem estivemos, confusos quanto a este aspecto, em qualquer momento. Mas isto não significa que ela não esteja na 1ª linha do (no) apoio ao combate. Como não significa que uma unidade de engenharia não saiba e não possa executar missões no âmbito da infantaria, como decorre naturalmente do seu duplo encargo operacional. Como que a confirmar estas capacidades da arma, em 13.07.07, o General CEME Pinto Ramalho afirmava: *a imagem usual do Exército é a sua componente operacional e, neste domínio, a Engenharia Militar tem um papel incontestável e é peça indispensável desse sistema.*¹³³

4.1 - As questões da ambivalência e da escala

Na nossa perspetivação dos horizontes possíveis da nossa Engenharia Militar, partíamos da ideia de que se forem atribuídos meios e recursos à Engenharia Militar, ela poderá reforçar não apenas o seu papel no sistema de forças, como verá reforçada a sua capacidade enquanto instrumento de afirmação externa do país, mas também, internamente, enquanto instrumento de unidade, solidariedade e identificação do país com as suas Forças Armadas. Por via desta linha de pensamento, foram-se impondo questões como a da escala e a da marcada ambivalência da arma. Ainda antes de avançarmos para a conclusão do nosso trabalho, abordaremos brevemente estes aspectos, pelo seu potencial para a construção do nosso argumento.

4.1.1 - A ambivalência

A Engenharia é uma área de conhecimento abrangente, transversal a todos os sectores de qualquer sociedade, que em dado momento se afirmou civil por oposição ao protagonismo e condição militar. Propomos que hoje se pense em termos de uma aplicação prática de conhecimentos ao serviço da comunidade civil e/ou da comunidade militar, elas próprias partes integrantes dessa comunidade maior que é o país, a nação, a pátria.

No caso português, a Engenharia Militar tem naturalmente as suas capacidades e competências estritamente militares, mas detêm, também, algumas que são declaradamente

¹³³ Discurso no Dia da Arma de Engenharia e da EPE, in O Almourol, n.º29, 2º Sem. 2007

civis. E tanto assim é, que o reconhecimento destas capacidades civis é evidenciado pela colaboração com a Administração Central e Local, através dos diversos protocolos estabelecidos, dos quais a formação certificada de operadores de maquinaria pesada e de pessoal especializado da construção civil, não será o menos relevante.

Mas se pelas suas características únicas, a Arma constitui um espaço de afirmação e verificação da interpenetrabilidade e interoperacionalidade dos campos civil e militar, por outro lado, estas suscitam um conjunto de problemas, dos quais não será menor a dúvida sempre presente: à competência acrescida da componente civil poderá corresponder uma diminuição da capacidade operacional militar primária?

Quando colocámos a questão ao Coronel Mira Vaz¹³⁴, este referiu-nos esta mesma discussão no âmbito da Legião Estrangeira francesa. Uma corrente, aparentemente menor, consideraria existir um efectivo perigo de descaracterização do carácter guerreiro. A outra, preferia considerar que as virtudes guerreiras se vêem complementadas, traduzindo-se a simbiose numa valorização do soldado, por mais completo e mais apto.

Mira Vaz expressou ainda a ideia de que *não se sabe o que aí vem. As Forças Armadas não são imunes aos medos atávicos, primários, milenaristas. Mas essa é apenas uma das posturas possíveis, não é a única. Outra visão é a da oportunidade que se constitui para pensar e repensar as questões.*

4.1.2 - A escala

Como se infere do nosso interesse por este trabalho, não acreditamos que a manutenção, para a Engenharia, de um papel e dimensão pouco mais do que simbólico, no conjunto das nossas Forças Armadas, possa constituir uma efectiva opção, por todas as razões aduzíveis. Não apenas pela sua importância estruturante, em relação à qual pensamos não subsistirem dúvidas, mas sobretudo pelos desenvolvimentos e perspectivas que podem ser encontrados em ambiente internacional.

¹³⁴ Durante uma reunião na Academia Militar – Amadora, em 15.01.2008.

Desde os primeiros contactos com alguns dos nossos “informantes”, ressaltou um denominador comum, se bem que com vários matizes: o problema da dimensão, da escala, em termos relativos e/ou absolutos da Arma de Engenharia hoje, no conjunto do Exército.

Já vimos que o efectivo actual da arma de Engenharia corresponde a cerca de 6% do total do exército, o que traduz uma realidade quase universal mas que começa a ficar datada, pois está certamente a caminho de se alterar substancialmente, a crer nos desenvolvimentos e aplicações práticas das, entre outras, já citadas doutrinas MOOTW e CIMIC, bem ilustrados no caso das Forças Armadas Espanholas.

Este “problema” suscita outra questão: devem as missões ser determinadas pela dimensão dos efectivos e equipamentos, ou, pelo contrário, devem estes reflectir um efectivo, estratégico e sustentado investimento nas Forças Armadas, entenda-se nas suas múltiplas capacidades e funções postas ao serviço das populações e do país, no cumprimento das disposições constitucionais?

Não é crível que a sociedade aceite *ad eternum* sustentar¹³⁵ umas Forças Armadas cuja finalidade não compreenda. Como também não faz sentido, que aquelas aceitem dispor de determinados meios, mas não da possibilidade de os utilizar em acções de treino e aperfeiçoamento da operacionalidade dos binómios homem/máquina ou homem/arma, por não existir orçamento que suporte os custos com combustíveis e/ou munições.

Por outro lado, temos consciência (muito nos alertaram para isso) que não é avisado estabelecer comparações directas entre, por exemplo, os custos com a aquisição de carros de combate e com a aquisição de equipamento de engenharia (conquanto estejam intimamente ligados, como já sabemos). E isto, por duas ordens de razões: uma, de ordem argumentativa, pelo risco de se resvalar no senso comum e na demagogia; outra, de ordem técnica, que decorre do facto do carro de combate constituir uma plataforma de um sistema de armas e assim dever ser considerado e valorizado.

Mas perante um quadro restritivo no plano orçamental, exigindo ponderação e o maior rigor e racionalidade económica, e perante um cada vez maior escrutínio público das opções

¹³⁵ Mais um caso de polissemia.

(conquanto nem sempre mais ou melhor esclarecido), podemos avaliar e sopesar os critérios e as condicionantes das decisões tomadas. O terreno não é fácil e esta é certamente uma das áreas em que o embate entre “pombas” e “falcões”, ou entre idealistas e realistas, é mais aceso, apesar de surdo, contido, discreto, como é apanágio da instituição militar. Até porque, bem vistas as coisas, estamos no domínio da estratégia e de uma sua área particularmente interessante: a estratégia genética.

Devemos acrescentar que uma das dificuldades que pensamos prevalecer ainda, no caso português, releva da confusão (que admitimos consciente e que reiteradamente se pretende e se vê reproduzir) entre a discrição normal e exigível na abordagem a estas matérias e a criação de um manto nada diáfano, que vai cobrindo tudo quanto a elas diz respeito. Algo semelhante a uma tensão sagrado/profano, traduzível numa oposição paisano/militar, civil/militar, pese embora o exercício civil da tutela.

Abordamos este problema, porque admitimos que ele possa estar na origem de um (para nós) monumental erro estratégico: a ausência de uma aposta firme, convicta, na manutenção e desenvolvimento da nossa indústria de defesa. Parece existir, quanto a isso, uma espécie de tabu. A existência de uma indústria de defesa não pode ser confundida, levemente, com um posicionamento ou predisposição belicista do país e da sociedade, nem tem que ser coberta de secretismo, muito antes pelo contrário. Existem hoje efectivos instrumentos de fiscalização e aferição constante do exercício da gestão da coisa pública,¹³⁶ haja vontade política. Naturalmente, como é do mais elementar bom senso, deve existir reserva na concepção e no modo de produção de determinados equipamentos. Mas só aí. Quanto ao resto, total escrutínio. Como acontece, ou deveria acontecer, em todos os sectores de actividade económica.

Porque é de actividade económica que estamos a falar, de que estamos carenciados, tendo aqui capacidade e *know-how* para “dar e vender”. Esta é, para nós, uma das várias condições de afirmação e crescimento de escala da Engenharia Militar, uma que classificáramos de endógena.

¹³⁶ E não apenas. Registe-se que sendo as SAD's dos clubes desportivos serem obrigadas a comunicar à CMVM toda a informação relevante, não deixaram de ser reservados os valores e as formulações dos contratos e das remunerações dos futebolistas.

Outras, de carácter bem mais exógeno, são identificadas pelo Tenente-Coronel Rodrigues dos Santos:¹³⁷

- (...) *As Forças Armadas como factor estruturante do Estado, devem estar devidamente preparadas para lidar com este novo conceito de segurança, que exige ir muito para além do uso da força, assumindo mais atributos de cidadania, onde se enquadra a execução de outras missões de interesse público, nomeadamente na área da protecção civil.*
- *A importância das Forças Armadas estarem mais preparadas para este tipo de missões, decorre do previsível aumento da frequência com que são solicitadas para o seu cumprimento devido a alguns factores incontornáveis:*
 - *Ao previsível aumento do número e gravidade de catástrofes naturais em consequência das mudanças climáticas que se vêm tornando cada vez mais perceptíveis, conjugado com a concentração cada vez maior das populações nas grandes cidades;*
 - *Ao conseqüente aumento de pressão sobre o decisor político no sentido de encontrar novas e cada vez melhores respostas para fazer face a essas catástrofes;*
 - *E aos escassos recursos financeiros do país, insuficientes para locar meios específicos com uma só finalidade, privilegiando o duplo uso, civil-militar.*

Depois de referir a nova tipologia de ameaças, *de carácter não estatal e não militar, onde se incluem as ameaças naturais*, conclui que: *As Forças Armadas e o Exército em particular devem, por isso, estar também preparadas para apoiar as autoridades de protecção civil em situações de emergência e catástrofe, no âmbito das outras missões de interesse público, missões estas que cada vez mais as populações valorizam e classificam de capital importância.*

Missões que exigem *articulação, planeamento e gestão de recursos essenciais em situações de crise*, mas que, ainda segundo Rodrigues dos Santos, não podem afectar o cumprimento das missões essenciais do Exército, nem colocar em causa a sua cadeia de comando.

¹³⁷ Comandante do Batalhão de Engenharia da EPE. Partes de apresentação da sua autoria, fornecidas durante a entrevista de 04.03.2008.

E explicita que *o seu equipamento, instrução e treino estão adequados para o combate e não para o socorro*, não devendo assim ser empregue *em substituição de outras organizações, essas sim, especializadas para conduzir acções de socorro*, devendo antes *actuar de forma complementar com essas organizações civis*. Mas então, perguntamos, as Forças Armadas e o Exército não devem *estar devidamente preparadas para lidar com este novo conceito de segurança, (...) assumindo mais atributos de cidadania, onde se enquadra a execução de outras missões de interesse público, nomeadamente na área da protecção civil?*

Será hesitação ou incongruência do discurso? A área militar na sua (tentativa?) de articulação com as organizações civis, nomeadamente a protecção civil,¹³⁸ é fértil numas e noutras. Mas não nos parece que um oficial experiente como Rodrigues dos Santos, detentor de vasta informação, possa de tal ser acusado. Estamos, antes pelo contrário, perante a manifestação de uma visão e de um contributo muito válido, que merece ser bem ponderado.

Vejamos algumas das suas conclusões:

- *O Exército Português não tem unidades específicas prioritariamente vocacionadas para a realização de missões de protecção civil, já que face ao espectro diversificado de acções a desenvolver neste tipo de missões, teriam de ser concentradas numa só unidade valências técnicas significativas. (O que é verdadeiro - ver o caso espanhol com a UEM. A concretizar-se seria um sinal de efectiva transformação do Exército e de potenciação da sua Arma de Engenharia. Porque não discutir essa concentração?)*
- *Para o cabal cumprimento destas missões, o Exército desenvolve a Capacidade de Execução de Outras Missões de Interesse Público, havendo uma rentabilização de meios anteriormente gerados para o espectro de missões intrinsecamente militares, quando empregues em acções de protecção civil. (Denota uma predisposição que é relativamente recente e prova a existência de uma capacidade e a preocupação com a necessidade de rentabilização de meios já existentes, condições que prefiguram a possibilidade de criação de uma unidade específica.)*
- *Embora se entenda que todas as unidades militares podem desenvolver tarefas no âmbito da protecção civil, razão pela qual o Exército utiliza a sua estrutura territorial para a realização de acções na respectiva área de responsabilidade, consideram-se*

¹³⁸ Mas não apenas. Alguém a nível governamental (ou da REFER), ouve o Exército em relação a decisões de carácter tão eminentemente estratégico como o são as que dizem respeito à rede ferroviária, nomeadamente às supressões de linhas e percursos?

especialmente vocacionadas para o efeito algumas forças que se acabam de apresentar, pois possuem meios humanos, materiais e conhecimento acumulado (...).

Ora, a fazer fé no exemplo que nos chega da Zona Militar dos Açores, o Exército pode actuar no âmbito da protecção civil e até tem forças especialmente vocacionadas. De facto, em devido tempo, foi-nos chamada a atenção para a situação na Zona Militar dos Açores, que parece traduzir a referida *Capacidade de Execução de Outras Missões de Interesse Público*.

Antes de mais, importará esclarecer que os Açores constituem um caso particular, sob qualquer ponto de vista, e também ao nível da organização militar. Seja pela descontinuidade geográfica, seja pela ocorrência frequente de eventos sísmológicos e outros perigos e riscos naturais, seja pelo grau de reconhecimento da importância do papel do Exército por parte das populações, decorrente da disponibilidade e da entrega deste às missões de protecção e apoio daquelas, mas também às de reconstrução e recuperação de vias e edifícios, quando necessário.

Sob o comando do Major-General Cameira Martins, tem vindo a ser desenvolvido aquilo que achamos poder identificar como um projecto pioneiro, uma verdadeira revolução tranquila. Porque o apoio ao Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores é ali uma das missões fundamentais do Exército, Cameira Martins, partindo do dispositivo sob o seu comando – Regimento de Guarnição 1, Regimento de Guarnição 2, Estado-Maior e Unidade de Apoio, totalizando cerca de 1200 efectivos – entendeu desdobrá-lo no espírito das armas combinadas, procurando reduzir ou eliminar entropias.

Foram assim criadas, paralelamente e em duplo uso dos meios disponíveis, cerca de 50 equipas especializadas, agrupadas em 6 grandes áreas:

- **Gabinete de Operações e Comunicações** – Equipas Ligeiras e de Comunicações;
- **Grupo de Saúde** - Equipas de Evacuação Sanitária e de Triagem e Primeiros Socorros;
- **Grupo de Abastecimento, Abrigo e Bem-Estar** – Equipas de Alimentação, Abastecimento de Água e de Alojamento Temporário;
- **Grupo de Manutenção da Lei e da Ordem** – Equipas de Reconhecimento, Patrulha e Segurança;

- **Grupo de Socorro e Salvamento** – Equipas de Reconhecimento Ligeiro e Pesado, Equipas de Busca e Salvamento e Remoção de Escombros, Equipas de Resgate em Altura;
- **Grupo de Obras Públicas e Transportes** – Equipas de Transporte de Pessoal.

A sistematização do apoio ao SRPCBA, inclui ainda, ao nível da implantação territorial, a constituição e manutenção de Zonas de Reunião / Campos de Desalojados Temporários, de Campos de Desalojados Semi-permanentes e de um Ponto de Recolha e Irradiação de Desalojados (PRID).¹³⁹

Resulta óbvio que as competências e capacidades da Engenharia são transversais neste processo e também aqui declaradamente potenciadoras do nível de operacionalidade da força. Naturalmente, um processo com estas características encerra algumas dificuldades, como o seja a necessidade, verificada em alguns casos, de aquisição de meios que assegurem a efectiva operacionalidade do dispositivo paralelo, sem prejudicar a do dispositivo de origem. Mas os ganhos de causa e de escala são exponenciais, e não apenas ao nível operacional. Não será por acaso que é precisamente nos Açores que o Exército encontra maiores índices de reconhecimento da sua importância no tecido social e nacional.¹⁴⁰

Mas, se assim fica de alguma forma provado que *a qualidade das pessoas e dos empreendedores é mais importante do que o tamanho do país*¹⁴¹, também fica claro que estamos face ao ensaio de uma transformação ao nível da organização do Exército, que pode e deve acompanhar o processo maior da transformação da defesa, complementando-o, potenciando-o e impondo uma reavaliação da escala da Engenharia face às restantes armas. O que nos leva à referência do Cor. Corte-Real Andrade¹⁴², à equação que traduz a realidade da Engenharia Militar: **Necessidade premente + Conhecimento científico = Aplicação prática**

É lícito, mas também matematicamente correcto, extrapolar que com um muito previsível aumento das necessidades prementes, acompanhado por um efectivo crescimento do conhecimento científico, então a resultante só poderá ser um aumento em linha das aplicações práticas e do crescimento em escala da arma.

¹³⁹ Elementos extraídos da apresentação produzida aquando da visita do Comandante Operacional dos Açores ao Regimento de Guarnição nº 1, em 09.08.08, gentilmente cedida pelo Major-General Cameira Martins.

¹⁴⁰ Informação transmitida pelo Gabinete CEME.

¹⁴¹ Roland Berger, Fundador e Chairman da Consultora Roland Berger. Cad. Economia do DN, 14.11.06, p. 12.

¹⁴² Já citado Comandante da EPE.

5 – A caminho de uma nova força?

É chegado o momento de *alinhar* as nossas ideias, aproximando-nos da formulação final do nosso trabalho. Ao longo do breve levantamento sobre a realidade da Engenharia, para além dos aspectos essencialmente tecnológicos, ou da dotação dos meios, ressaltam dois tipos de factores. Uns que identificamos como prévios e que relevam da tipificação dos regimes políticos das realidades observadas – ambiente democrático, ocidental e/ou aliado, porque nesta fase da abordagem ao assunto apenas este nos interessava como referencial -, o que não significa que nos possamos alhear do potencial ilustrativo de realidades como a israelita, a russa ou a chinesa. Foi naqueles, democráticos, ocidentais e/ou aliados, que procurámos perceber em que condições conceptuais e estruturais, se desenvolve a actividade da Engenharia Militar.

Outros factores, preponderantes e incontornáveis mesmo naquele ambiente referencial, são os que se prendem com a saúde estrutural e económica dos países e a existência de capacidade crítica ao nível político e público. Naturalmente, as definições das prioridades e dos objectivos estratégicos nacionais, as decisões estratégicas ao nível das políticas, bem como as decisões tácticas ao nível da implementação, são por eles condicionados, resultando fundamentais efectivos instrumentos de aferição e acompanhamento político e público.

Necessidade de repensar o papel da Engenharia Militar, sem perder de vista o seu percurso histórico, num ambiente marcado pelo processo externo de transformação da defesa, mas, acima de tudo, aproveitando a janela de oportunidade que é constituída pelos processos internos de reorganização e reequipamento das Forças Armadas e, em particular, do Exército, que ocorrem, como é notório, num ciclo de transformação social, política e económica, marcado (ainda) por importantes fragilidades estruturais. Este é o nosso argumento.

Procurámos identificar nos casos abordados, sinais e eventuais balizas para uma evolução futura da arma de Engenharia, salvaguardadas, sempre, as necessárias reservas que um tal exercício impõe. Parece que, face aos diversos processos de transformação em curso; ao tipo de missões que cada vez mais exigem capacidades para além do combate (CIMIC- MOOTW) e ao reforço do papel das Forças Armadas e da Engenharia em particular, como instrumento de política externa; esta tenderá a afirmar-se e a crescer nos exércitos europeus, com novas

competências e uma capacidade de articulação e inter-operacionalidade, quer com os serviços de protecção civil, quer com forças congéneres.

Até porque a Engenharia será porventura, de todas as armas e de todos os ramos, aquela para a qual o contacto com as populações é mais natural e habitual, tanto na paz, como na guerra, e aquela que mais pode fazer por elas. Se a isto associarmos a crescente valorização no campo doutrinal militar de aspectos relacionados com a cooperação, integração e interpenetração civil-militar, bem como o alargamento do leque de missões das Forças Armadas, fácil se torna perceber que estamos perante um quadro de desvanecimento dos limites de cada área, num processo que nos parece indicado designar como osmótico. Quer o quadro quer o processo, constituem uma oportunidade de modernização e inovação, sem perder de vista os riscos inerentes.

Para qualquer processo de transformação sectorial, concorrem vários factores. O reconhecimento da importância do processo e a adesão social, espontâneos ou induzidos, são dos mais determinantes para o sucesso da empresa. Assim acontece com o imperioso (porque inadiável e dotado de uma dinâmica forçada do exterior) processo de transformação da defesa nas Forças Armadas portuguesas.

Quando se fala em reconhecimento e adesão social, deve-se explicitar que isto significa, necessariamente, reconhecimento e adesão civis, pelo que podemos determinar três pontos prévios de convergência da área civil com a instituição militar. O primeiro, esmagador, o do universo de origem, simultânea e paralelamente o universo de inserção das Forças Armadas, o universo que lhe cabe proteger. O segundo, óbvio, o do exercício da tutela política. O terceiro, tantas vezes ignorado, o do escrutínio público.¹⁴³

Noutra perspectiva, que resulta convergente com a ideia anterior, pensamos que resulta hoje anacrónica a separação entre os campos militar e civil, nos termos em que ela vem ainda sendo operada e formulada. Estando em causa um novo homem e uma sociedade nova, a da informação e do conhecimento, não pode deixar de estar em causa um militar novo.

¹⁴³ Devemos aqui esclarecer que vemos o escrutínio público como algo natural numa sociedade evoluída, estruturada, com elevados padrões de educação e cidadania. O conceito, apesar de próximo, não deve ser confundido com a ideia de escrutínio popular, a presumivelmente bem intencionada vox populi. A questão não é apenas semântica.

Não se pretendendo postular o fim seja daquilo que for, parece-nos claro que estamos num tempo que já não reconhece abencerragens, nem tão pouco sectores sociais estanques, herméticos, impenetráveis. Reconhecerá, no entanto e por força das circunstâncias, o papel de uma força militar que avançando na sua transformação e capacitação em novas áreas de actuação e em novos teatros de operações, sem perder as suas competências militares primárias e simbólicas, possa recuperar a ideia bíblica das espadas e dos arados, enquanto diz combater e construir, afirmando a sua ubiquidade¹⁴⁴.

Por outro lado, a transformação, enquanto processo, tem manifestações objectivas, palpáveis, concretas, que estão muito para além dos aspectos mais superficiais que se prendem com a aquisição, venda, ou mesmo eventual armazenamento,¹⁴⁵ de material militar. Mas até se compreende que o momento seja particularmente propício, e que se torne irresistível a conotação de actos, opções e decisões pontuais com a transformação da defesa. Está efectivamente na moda falar de transformação da defesa. Confere um ar de *modernidade*, de acompanhamento das tendências, da linguagem e dos códigos mais recentes. Registe-se, *en passant*, que esta falácia não constitui exclusivo nacional. É na dura prova do confronto com a realidade, que percebemos que é necessário proceder a uma separação entre trigo e joio¹⁴⁶.

Reitera-se a ideia de que os militares confiam, não apenas que o Estado Português lhes determine, com rigor e transparência, as tarefas e missões, mas também que lhes conceda os recursos técnicos e económicos para as levar a bom porto. O país e a sua condição económica exigem que quaisquer dotações orçamentais sejam criteriosas, mas também executadas.

Percebe-se que a transformação da defesa é uma verdadeira janela de oportunidade que se abre à nossa Engenharia. Mas o processo é absolutamente biunívoco: perceba-se a vantagem que constitui a associação dos fundamentos da engenharia a todo o processo de transformação efectiva da realidade nacional, não apenas da defesa, até porque, como é bom de ver, sem uma nunca poderá ocorrer a outra. Aproveite-se a engenharia como área de conhecimento e instrumento ao serviço do engenho humano, a sua importância ao nível da estruturação do pensamento, da organização e da intervenção face a um dado problema, obstáculo ou crise.

¹⁴⁴ *Ubique*, o lema da Engenharia Militar portuguesa.

¹⁴⁵ Referimo-nos ao caso dos carros de combate suíços, como nos poderíamos referir à alienação proposta dos submarinos dinamarqueses.

¹⁴⁶ Mas não apenas. O confronto com a realidade leva-nos também a interrogarmo-nos, por exemplo, sobre a muito duvidosa operacionalidade de tripulações de carros de combate, sem combustível nem munições para treino e aprontamento do binómio homem/máquina.

Não se trata aqui de um endeusamento de uma área de conhecimento, em confronto ou detrimento de outras, nem tão pouco pensamos aqui a engenharia como atributo de classe ou de estatuto social. Trata-se antes de recuperar algo que se terá entretanto perdido, esquecido, e que muita falta faz. Como dizia o Arquitecto Alexandre Alves Costa,¹⁴⁷ *precisamos dos engenheiros como engenheiros.*

Numa outra linha de pensamento, as Forças Armadas, mas também vários autores, sustentam a necessidade do reconhecimento do papel daquelas, no sentido da legitimação/ratificação social dos seus papéis formais. Se por um lado, o país parece padecer de uma estranha anomia, ele não pode permitir-se desprezar o potencial de promoção de sentimentos de unidade e solidariedade nacionais, que as Forças Armadas e o cumprimento do serviço militar encerram.

Sem desvalorizar outras opções e linhas de pensamento, pensamos que sob o ponto de vista do interesse nacional, muito há aqui a fazer, a pensar ou a repensar. Deve ainda ser referido que, paralelamente aos processos e quadros acima referidos, se assiste à evolução e transformação, no tempo e no espaço, da cultura guerreira, ela própria uma vertente fundamental do processo da transformação da defesa. Sendo que a guerra é uma actividade humana para a qual ninguém arriscará a postular um fim próximo, e que, por força da natureza humana, terá certamente muitos próximos capítulos. Pelo que se impõe que as nações estejam alerta e preparadas, na medida do possível, para eles.

No nosso caso, o investimento na Engenharia Militar como fulcro da transformação, libertando-a do secular espartilho do *apoio à mobilidade, à contra-mobilidade e sobrevivência*, ou, na fórmula mais reduzida, *do apoio à manobra*, constituiria por si só uma condição de alerta e preparação. Não que se proponha a desvalorização daquelas competências, que ao contrário devem ser mantidas, como bem nos explicou o Major Nuno Quaresma.¹⁴⁸ O que propomos é o crescimento das competências da arma, para além desses limites tão conservadores e tão limitativos do seu enorme potencial.

¹⁴⁷ Captado em emissão da TSF de 25.08.08, a propósito do traço associado à construção das barragens hidroeléctricas e dos bairros criados à sua beira, como no caso de Picote e outras, mas também sobre as relações entre a Arquitectura e a Engenharia.

¹⁴⁸

Bastará pensar num quadro hipotético de desvalorização dos elementos fundamentais da manobra, produzidos por alteração de conceitos estratégicos ou de desenvolvimentos táticos, ou pela introdução de novos equipamentos ou armamentos. Que espaço, então, para o *apoio à manobra*? Que fazer, então, com a Engenharia?

Encerramos com alguns desafios. No decurso do nosso percurso curricular, constatámos as imensas fragilidades nacionais ao nível da defesa da infra-estrutura crítica de informação. Perdoe-se-nos a expressão, mas esta é uma daquelas áreas cuja defesa não se faz a tiro. Faz-se com inteligência, capacidade, meios e contra-medidas. Faz-se com valências da engenharia. Eis portanto mais uma necessidade premente, que impõe conhecimento científico, em ordem a obter-se uma aplicação prática consequente.

Aproveite-se a oportunidade que consiste na unificação dos institutos superiores militares, pelo potencial de majoração da transversalidade das diversas valências da engenharia, criando uma incubadora de investigação e conhecimento aplicado. Condição, entre outras, para o apoio à constituição de uma indústria de defesa ao serviço do país e da economia.

Finalmente, reconheça-se a competência e capacidade da Engenharia Militar para formar, treinar e certificar o pessoal afecto à protecção civil e aos bombeiros, assegurando competências e eliminando entropias. No conjunto, acreditamos que o interesse nacional sairá acautelado e a Engenharia cumprirá o seu destino e o seu papel.

6 - Bibliografia

- **AAVV**, 2003, *Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa*, AM/IAEM, Lisboa.
- **AAVV**, 2006, *A Transformação da Defesa*, AM/Prefácio, Lisboa.
- **Correia**, Ângelo, 2004, *Opções e Transformações na Segurança e Defesa Nacional*, in Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa, AM/IAEM, pp 205-220.
- **Cann**, John P., 1998 (1997), *Contra-Insurreição em África 1961/1974 – O modo português de fazer a guerra*, Atena, S. Pedro Estoril.
- **Couteau-Bégarie**, Hervé, 2006 (1999), *Traité de Stratégie*, 5^e. édition, Economica, Paris.
- **Bacelar**, Sérgio, 2000, *A Guerra em África 1961/1974 – Estratégias adoptadas pelas Forças Armadas*, Liga Amigos do Museu Militar do Porto/Univ. Portucalense, Porto.
- **Dias**, Carlos Manuel Mendes, 2006, *O Exército e a Transformação da Defesa*, in **PRELIUM**, Revista da Academia Militar, VI Série, n° 6, 2006, pp. 9-23
- **Eugénio**, António Beja, 2006, *Inovação e Defesa*, Lição inaugural do ano lectivo de 2006/2007, in Boletim IESM n° 2, Maio de 2007, p. 25-47.
- **Garcia**, Francisco Miguel Proença, 2000, *Política de Defesa Nacional - As Novas Missões das Forças Armadas Portuguesas*, conferência na Universidade do Minho, em 03.05.00, nos XVII Colóquios de Relações Internacionais Económicas e Políticas, disponibilizado pelo autor.
- **Garcia**, Francisco Miguel Proença, (s/d) *As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados. Subsídios para o seu estudo*, disponibilizado pelo autor.
- **Garcia**, Francisco Proença, **Saraiva**, Maria Francisca, 2004, *O fenómeno da Guerra no novo século – uma perspectiva* in Negócios Estrangeiros, Publicação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, disponibilizado pelo autor.
- **Gil**, José, 2004, *Portugal hoje – O Medo de Existir*, 5^a ed., Relógio de Água, Lisboa.
- **Guedes**, Armando Marques, 2006, *Pensamento Estratégico Nacional: que Futuro?*, in “O Pensamento Estratégico Nacional: que Futuro?”, J.M. F.Nogueira e J. V.Borges (Orgs.), Cosmos/IDN, Lisboa, pp. 243-295.
- **Henratin**, Joseph, 2006, *Le soldat, révélateur des armées*, in DSI – Défense & Sécurité Internationale, n° 18 – Septembre 2006, pp. 80-81.
- **Herz**, Norman, 2004, *Operation Alacrity: the Azores and the war in the Atlantic*, Naval Institute Press, Annapolis.
- **Keegan**, John, 2006 (1993), *Uma História da Guerra*, Tinta da China, Lisboa.

- **Loureiro dos Santos**, José Alberto, 1980, *Forças Armadas Defesa Nacional e Poder Político*, INCM – Estudos Portugueses, Lisboa.
- **Matos**, Luís Salgado de, 2006, *A Opinião Pública e as Forças Armadas*, in *Os Militares e a Democracia*, Ed. Colibri, Lisboa, pp. 119-128
- **Matos**, Luís Salgado de, **Bacalhau**, Mário, 2001, *As Forças Armadas em Tempo de Mudança – Uma sondagem à opinião pública nas vésperas do século XXI*, Edições Cosmos / IDN, Lisboa
- **Nuland**, Victoria, 2006, *A missão da OTAN no Afeganistão: pôr a teoria em prática*, Notícias da OTAN, Inverno 2006, <http://www.nato.int/docu/review/2006>, 09.06.07, 15h00
- **Page**, Martin, 2002, *First Global Village, How Portugal Changed the World*, Notícias, Lisboa.
- **Schmitter**, Philippe, 1999, *Portugal: Do Autoritarismo à Democracia*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- **Simão**, José Veiga, **Oliveira**, Jaime da Costa, 2002, *POTENCIALIDADES DE COOPERAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE – Regiões e Países de Interesse Estratégico para Portugal*, AIP/IPCE, Lisboa.
- **Simões**, Vítor Corado, 1999, *No limiar de um novo milénio: seis teses sobre inovação na economia do conhecimento*, in *Economia&Prospectiva*, nº 10, Jul/Set 1999, p. 19-29, Ministério da Economia, Lisboa
- **Teixeira**, Nuno Severiano (coord.), 2006, *Os Militares e a Democracia*, Colibri-IHC/FCSH/UNL, Lisboa.
- **Teixeira**, Nuno Severiano, 2006, *A Democracia, a Defesa e as Missões Internacionais das Forças Armadas*, in *Os Militares e a Democracia*, Ed. Colibri, Lisboa, pp. 71-89
- **Telo**, António José, 2007, *História Contemporânea de Portugal – Do 25 de Abril à Actualidade, Vol. I*, Presença, Barcarena.
- **Telo**, António José, 2006, *Transformação da defesa ou revolução militar?* in *A Transformação da Defesa*, Prefácio, Lisboa, pp. 15-41.
- **Telo**, António José, 2006, *Técnica, Inovação e Política na Sociedade Portuguesa – O papel dos militares*, in *Os Militares e a Democracia*, Ed. Colibri, Lisboa, pp. 91-117
- **Telo**, António José, 2004, *Portugal e a Transformação da Defesa*, in *Portugal e a Transformação na Segurança e Defesa*, AM/IAEM, pp 19-38.
- **Telo**, António José, **Gómez**, Hipólito de la Torre, 2003, 2003, *Portugal y España en los sistemas internacionales contemporáneos*, ERE, Mérida.

- **Vaz**, Nuno Mira, 2002, *Civilização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*, Cosmos/IDN, Lisboa.

Outras fontes:

- Operações de Engenharia – Volume I, IAEM, ME-20-63-12, Julho 2003, Lisboa
- Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, Vol. II, Livros Horizonte, 1977, Lisboa
- Boletim nº 2, Maio de 2007, do IESM - Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.
- **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**, Tomo VIII, Temas&Debates, 2001, Lisboa
- **MAMA SUME**, Revista da Associação de Comandos, nº 63, 2ª série, Agosto/Dezembro 2005
- **Nova Enciclopédia Larousse**, Vol. 9, Círculo de Leitores, 1997, Lisboa.
- **PRÆLIUM**, Revista da Academia Militar, VI Série, nº 2, 2004.
- **PRÆLIUM**, Revista da Academia Militar, VI Série, nº 3, 2005.
- **PRÆLIUM**, Revista da Academia Militar, VI Série, nº 4, 2005.
- **PRÆLIUM**, Revista da Academia Militar, VI Série, nº 5, 2006.
- **Revista “Visão”**, nº 802 de 17.07.2008

Sítios:

- <http://pt.wiktionary.org/wiki/engenharia>
- http://pt.wiktionary.org/wiki/Instituto_Militar_de_Engenharia
- <http://www.dtic.mil/doctrine/jrm/mootw.pdf>
- http://www.nato.int/ISAF/about/about_afghan.htm
- <http://www.ancientlibrary.com/smith-dgra/0524.html>
- http://en.wikipedia.org/wiki/Roman_military_engineering
- www.mdn.gov.pt
- www.defenselink.mil
- www.defense.gouv.fr/sites/defense
- www.army.mil/fcs/index.html
- www.defense-update.com/1-05.htm
- http://europa.eu/scadplus/glossary/petersberg_tasks_pt.htm
- http://www.remuseum.org.uk/corpshistory/rem_corps_part16.htm#bailey

Breve Currículo do Autor



Informação pessoal

Apelido(s)/Nome(s) próprio(s)

Rebocho Lopes Pinto, João Paulo.

Morada(s)

Rua 12 de Julho, 107 – 2º Esq. 2775-052 Parede, Portugal

Telefone(s)

+ 351 214523973

Telemóvel: + 351 962414325

Correio(s) electrónico(s)

joarebochopinto@sapo.pt

Nacionalidade

Portuguesa

Data de nascimento

30.07.1959

Sexo

Masculino

Experiência profissional

Datas

2007/2008

Função

Colaborador e Consultor Externo

Principais actividades

Produção de conteúdos

Empresa

Generator Beyond the Brand

Área de actividade

Consultoria de Gestão, Imagem e Comunicação

Datas

1999/2006

Funções

05.2006 – Colaborador de Delloite&Touche em Projecto de Inventariação de Imobilizado da Sub-Região de Saúde de Portalegre.

09.2004 a 09.2005 – Colaboração em trabalhos de levantamento topográfico e produção de informação a clientes - COOPAS, Scrl.

03.2004 a 08.2004 – Planeamento de Produção e Responsável de Armazém Consignado, na empresa Clara Cunha, Lda.

06.1999 a 08.2000 – Exercício de funções na Junta de Freguesia de Cascais, ao nível do Apoio aos Órgãos Autárquicos e Toponímia.

Datas

1981 a 1998

Funções

Escriturário Comercial / Assistente de Clientela / Assistente Direcção Clínica

Principais actividades

Gestão de Débitos / Clientela / Apoio Administrativo – Contratação e Gestão de Pessoal, Relações com entidades oficiais, Concursos Públicos Nacionais e Internacionais.

Empresa

EDP – Electricidade de Portugal, Sávica – Medicina Apoiada S.A. (Grupo EDP)

Área de actividade

Produção, Transporte e Distribuição de Energia Eléctrica / Prestação de Cuidados de Saúde

Educação e formação

Datas

2006/2007

Pós-Graduação em História Defesa e Relações Internacionais

Estabelecimentos de ensino

Academia Militar / ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Datas

1996/2001

Licenciatura em Antropologia

Estabelecimento de ensino

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

Actividade científica

07.2008 – A concluir a Tese de Mestrado em HDRI.
 07.2007 – Conclui a fase curricular do Mestrado de HDRI, com média de 16 valores.
 09.2006 – Frequenta o Mestrado de História, Defesa e Relações Internacionais - HDRI, ministrado pelo Departamento de História do ISCTE e pela Academia Militar.
 11.2004 a 09.2006 – Elaboração e desenvolvimento do projecto do Museu da Publicidade, a solicitação da APAP – Associação Portuguesa das Agências de Publicidade e Comunicação, discutido e aprovado em reunião da Direcção a 18.05.2005. Projecto suspenso.
 06.2003 – Inicia colaboração como investigador no Museu da Música Portuguesa (Casa-Museu Verdades de Faria, Monte Estoril), assumindo o projecto de inventariação, catalogação e transcrição do Dossier de Imprensa coligido por Michel Giacometti e integrante do espólio daquela instituição. Projecto entretanto suspenso, em Janeiro/04, por falta de verbas.
 14.10.2002 – Co-apresenta o livro A Economia deriva da Religião – Ensaio de Antropologia do Económico, no lançamento da obra.
 10.2002 – Conclusão do estágio no Museu Nacional de Etnologia, com entrega do Relatório Final de Estágio, que obteve a classificação de 17 valores.
 08.2002 – Participa no debate A CULTURA POPULAR (AINDA) EXISTE? organizado pela Associação Abril em Maio.
 10.2001 – Inicia estágio pós-licenciatura no Museu Nacional de Etnologia, tendo como objecto de investigação o espólio de recolhas sonoras de Música Tradicional Portuguesa, de Michel Giacometti.
 07/08.2001 – Colabora com o Prof. Doutor Raul Iturra, na preparação do livro A Economia deriva da Religião – Ensaio de Antropologia do Económico.
 2001 - Colabora, no âmbito do Seminário de Doutoramento em Antropologia Económica, na coordenação e preparação do 1º Curso de Mestrado de Antropologia da Educação, ministrado no ISCTE.
 2001 - Integra, por convite, o Seminário de Doutoramento em Antropologia Económica orientado pelo Professor Doutor Raúl Iturra. Frequência interrompida em 2004.
 1997 - Sócio e investigador do Centro de Estudos de Antropologia Social (CEAS), do ISCTE, até 2004.

Aptidões e competências pessoais

Língua materna

Outra(s) língua(s)

Auto-avaliação

Português

		Compreensão		Conversaço				Escrita		
		Compreensão oral		Leitura		Interacção oral		Produção oral		
Inglês	C1	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente	B2	Utilizador independente	B2	Utilizador independente	B2	Utilizador independente
Francês	C2	Utilizador experiente	C2	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	B2	Utilizador independente
Espanhol	B1	Utilizador independente	B2	Utilizador independente	B1	Utilizador independente	B1	Utilizador independente	A2	Utilizador elementar
Italiano	B1	Utilizador independente	B1	Utilizador independente	A2	Utilizador elementar	A2	Utilizador elementar	A2	Utilizador elementar

Informação adicional

Titular da Carta de Condução nº L – 845025, Categorias A e B (Ligeiros e Motociclos)

Dador benévolo de sangue.

Praticante de Mototurismo.

06/2005 - Sócio-fundador de Trilhos Calmos – Actividades na Natureza, Lda., responsável pelo processo de constituição da empresa e autor da designação comercial. Cessão de quotas em Maio/2006, por discordância com as orientações entretanto assumidas pelos gerentes.

2002/2003 – Vogal da Associação de Pais da Escola Secundária Fernando Lopes Graça.

Em 2000/2001 e enquanto sócio da "GRIFO – Associação de Formação, Desporto e Tempos Livres da Juventude da Costa do Sol":

- colabora na realização de Acções de Prevenção e Segurança Rodoviária, em Escolas Secundárias do Concelho de Cascais, destinadas a jovens ciclomotoristas;
- colabora no arranque do Clube de Educação Rodoviária – CER, da Escola Secundária Fernando Lopes Graça, em Parede;
- colabora na presença do CER na Semana da Escola –2001;
- colabora na logística e segurança da pista de provas de todo-o-terreno, organizadas pelo Clube Aventura.

1995/6 - Vice-Presidente do Moto Clube de Cascais.

1994/5 – Colabora na organização das provas de 24 Horas de Karting, Braga/94 e Estoril/95.

1972/1991 - Praticante de Râguebi no Clube de Futebol "Os Belenenses".